Jornal O DIA SP

www.jornalodiasp.com.br QUINTA-FEIRA A SEGUNDA-FEIRA, 1, 2, 3, 4 E 5 DE ABRIL DE 2021 Nº 24.881 Preço banca: R$ 3,50

Ministro da Defesa anuncia novos comandantes das Forças Armadas

O ministro da Defesa, Braga Netto, anunciou na quarta-feira (31) o nome dos três novos comandantes das Forças Armadas brasileiras (Exército, Marinha e Aeronáutica).

Para o Exército, foi escolhido o nome do general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, atual chefe do Departamento-Geral de Pessoal (DGP) da corporação. Ele vai substituir o general Edson Pujol, que deixou o cargo ao lado dos outros comandantes das Forças nesta semana por decisão do presidente e do novo ministro da Defesa, em um gesto inédito na histórica do país.

Na Marinha, assume o almirante de esquadra Almir Garnier Santos, no lugar de Ilques Barbosa. Santos deixará o comando da secretaria-geral do Ministério da Defesa.

Já o escolhido para comandar a Força Aérea Brasileira (FAB) é o brigadeiro Carlos Alberto Batista Júnior, atual comandante-geral de apoio (logística) da corporação. Ele substitui Antônio Carlos Moretti Bermudez.

Em um breve pronunciamento para apresentar os novos comandantes, o ministro da Defesa falou sobre a atuação das Forças Armadas no combate a pandemia. "As Forças Armadas são fatores de integração nacional e têm contribuído diuturnamente nessa tarefa com a Operação Covid-19 com inúmeras atividades", destacou Braga Netto. Ele também afirmou os militares se manterão fieis à Constituição Federal.

"A Marinha do Brasil, o Exército Brasileiro e a Força Aéra brasileira se mantêm fieis às suas missões constitucionais de defender a pátria, garantir os poderes constitucionais e as liberdades democráticas".

O presidente Jair Bolsonaro também apresentou os novos comandantes em sua conta no Twitter. (Agencia Brasil)

Taxa de desocupação registra 14,2% no trimestre novembro a janeiro

Página 3

Dólar tem maior queda diária em três semanas e fecha março em R$ 5,62

Página 18

Pagamento do novo auxílio emergencial começa na próxima terça-feira

Foto: Antonio Cruz/Agência Brasil

Página 3

Governo de SP anuncia abertura de 163 novos leitos para atendimento de casos graves de COVID-19

Página 2

Vacina Pfizer/BioNTech é 100% eficaz em adolescentes de 12 a 15 anos

A vacina da Pfizer/BioNTech contra a covid-19 é 100% eficaz em adolescentes entre os 12 e os 15 anos, segundo os resultados de um ensaio clínico, anunciaram na quarta-feira (31) os dois laboratórios.

As empresas esperam que a vacinação dessa faixa etária comece antes do próximo ano letivo.

Os ensaios de Fase 3 realizados em 2.260 adolescentes nos Estados Unidos "demonstraram uma eficácia de 100% e respostas robustas de anticorpos", declararam as empresas em comunicado. Página 3

Nova York aprova legalização da maconha

Parlamentares de Nova York aprovaram na terça-feira (30) proposta que legaliza o uso de maconha por adultos, fazendo do estado o 15º dos Estados Unidos a permitir o uso recreativo da droga.

O governador de Nova York, Andrew Cuomo, disse estar ansioso para sancionar a proposta e transformá-la em lei. Página 3

Rússia registra primeira vacina do mundo para animais contra covid-19

A Rússia registrou a primeira vacina do mundo para animais contra covid-19, informou a agência reguladora agrícola do país na quarta-feira (31). Testes mostraram que ela gerou anticorpos contra o vírus em cães, gatos, raposas e visons. Página 3

DÓLAR

Comercial
Compra: 5,62
Venda: 5,62

Turismo
Compra: 5,51
Venda: 5,72

EURO

Compra: 6,59
Venda: 6,60

Esporte

Vicar incorpora Turismo Nacional para a temporada de 2021

Promotora da Stock Car e da Stock Light, a Vicar anunciou hoje que deu sequência ao plano estratégico da nova Stock Car com a inclusão da categoria Turismo Nacional em sua estrutura. O objetivo da iniciativa é criar uma sequência de patamares, ou categorias, que ajude novos talentos a realizar o sonho de competir no principal campeonato sul-americano. A Turismo Nacional vem se destacando no cenário do esporte a motor brasileiro por seu baixo custo e pela capacidade de atrair novos praticantes para o automobilismo.

"Analisando nosso escopo como negócio percebemos que poderíamos ajudar os pilotos do kart a chegar na Stock Car se tivéssemos uma categoria acessível, mas tecnicamente desafiadora como porta de entrada", diz Fernando Julianelli, CEO da Vicar. "Agora, temos uma sequência evolutiva perfeita, que vai do kart ao Turismo Nacional, e tendo a Stock Light como próximo degrau antes do piloto chegar ao estágio máximo do nosso automobilismo, que é a Stock Car Pro Series", completa o dirigente.

Números de um sucesso – Com o slogan "A categoria dos carros que você dirige", a Turismo Nacional conta hoje com mais de 80 pilotos e 30 equipes, representando 12 estados brasileiros. Ao todo, os grids das classes Super, 1A e 1B contam com 19 modelos diferentes, todos fabricados no Mercosul. Estão representadas dez marcas: VW, Chevrolet, Renault, Hyundai, Citröen, Fiat, Ford, Toyota, Peugeot e Nissan. Os veículos são idênticos aos encontrados nos concessionários, recebendo apenas modificações voltadas para garantir a segurança e uma leve preparação visando o uso em competição.

Foto: Vander de Souza

Com *dez fábricas representadas, Turismo Nacional reúne mais de 80 pilotos*

"Para o Turismo Nacional, integrar a sequência evolutiva que leva até a Stock Car Pro Series será bastante importante, pois reforça ainda mais a seriedade do nosso projeto. É interessante que, agora, os nossos pilotos e equipes poderão fazer um intercâmbio com o padrão profissional da maior categoria do continente. Nós, de nosso lado, continuaremos sendo uma categoria de formação, com custos baixos e grids cheios. E agora ainda mais uma opção de carreira para pilotos iniciantes e experientes de todo o Brasil, mas com a visibilidade que a Stock Car pode proporcionar", resumiu Angelo Corrêa, fundador da Turismo Nacional e responsável pela categoria dentro da estrutura Vicar.

Profissionalização - "Há um grande benefício para o automobilismo brasileiro nessa novidade", frisa Fernando Julianelli. "Jovens talentos poderão mostrar seu potencial para os dirigentes das grandes equipes da Stock Car. Claro, eles ainda deverão evoluir competindo na Stock Light, que tem um carro dimensionado para simular os desafios da categoria principal, mas geralmente quem é bom começa a se destacar cedo. E acho que vai ser interessante ver esse ecossistema funcionando já em 2021, ajudando os novos pilotos a realizar o sonho da profissionalização", completa o CEO da Stock Car.

A Vicar anunciará em breve o calendário conjunto das três categorias.

Caio Collet comemora 19 anos na pista e participa de testes coletivos na Áustria

Quer presente melhor para um piloto do que comemorar seu aniversário na pista? E vai ser assim que o paulista Caio Collet vai celebrar a chegada dos 19 anos, no sábado (3). O piloto participará no fim de semana (3 e 4) dos primeiros testes da pré-temporada da FIA Fórmula 3 no circuito de Spielberg (Red Bull Ring), na Áustria.

Será a estreia do brasileiro como piloto oficial da MP Motorsport, embora ele já tenha testado com o time em outubro do ano passado, em Barcelona, na Espanha.

Além dos dois dias de treinos na Áustria, a categoria também confirmou mais duas datas para testes coletivos. Nos dias 21 e 22 de abril, os pilotos andam em Barcelona, que será o palco da primeira etapa da temporada 2021 entre os dias 6 e 8 maio.

Logo após a etapa inaugural, entre 12 e 13 de maio, eles terão mais dois dias de treinos em Jerez de la Frontera, também na Espanha.

Integrante da Alpine Academy, Collet não vê a hora de voltar a acelerar e o conhecer melhor o FIA F-3. Os carros da categoria possuem chassis Dallara, pneus Pirelli, câmbio sequencial de 6 marchas e motores Bespoke Mecachrome de 6 cilindros, 3.4 litros, com 380 cavalos de potência, atingindo 300 km/h.

"Estou bem animado. Já faz um tempo que não piloto, então, vai ser muito bom voltar a acelerar. Estava bem ansioso para a chegada deste dia, já que em virtude da pandemia houve um atraso e não sabíamos quando poderíamos realmente andar. Agora com os testes confirmados, vou poder conhecer mais a equipe, o carro, os pneus e, com certeza, serão dois dias muito produtivos", comentou o brasileiro, atual vice-campeão da Fórmula Renault Eurocup.

"Sábado é meu aniversário, então, não poderia ter melhor presente do que guiar o carro", comemorou.

"Red Bull Ring é uma pista que eu já conheço, foi onde andei pela primeira vez com um carro de Fórmula Renault. Gosto do circuito e espero que seja um ótimo começo, pois temos muitas coisas para trabalhar", finalizou Collet.

A temporada 2021 da FIA F-3 terá sete finais de semana em rodada tripla, totalizando 21 corridas. As etapas serão sempre preliminares da Fórmula 1, o que faz da competição uma grande vitrine para os jovens e talentosos pilotos.

autojornal
o dia a dia motorizado

Estado de SP garante o abastecimento de oxigênio nos munícipios paulistas

O Governador João Doria anunciou na quarta-feira (31) a compra e o início da distribuição de dois mil cilindros de oxigênio para os municípios de todas as regiões do estado. Serão entregues 216 unidades ainda na quarta-feira. Além disso, foram comprados também mil concentradores de oxigênio, que são aparelhos utilizados de apoio para pacientes menos graves, o que permite que os respiradores possam ser utilizados nos pacientes mais graves.

"O Governo do Estado de São Paulo adquiriu dois mil cilindros de oxigênio e começa a distribuição naqueles municípios que precisam, pois não possuem usinas de oxigênio e são unidades menores de atendimento de saúde", afirmou Doria.

Levantamento realizado pela Secretaria de Desenvolvimento Regional e pelo Conselho dos Secretários Municipais de Saúde (COSEMS) aponta que ao menos 120 munícipios estão em situação emergencial. Além disso, o Governo de SP entrou em contato com todas as universidades para verificar a disponibilidade de cilindros. O município de Registro já recebeu 16 equipamentos da Unicamp no final de semana. Os demais municípios que tiverem demandas também poderão ser atendidos, conforme a disponibilidade.

Mobilização e apoio

As Secretarias de Saúde, de Desenvolvimento Econômico e de Desenvolvimento Regional, InvestSP e Instituto Butantan estão trabalhando em conjunto nesta iniciativa. Na última semana, grandes empresas já aderiram ao chamamento para um esforço conjunto no fornecimento de cilindros de oxigênio para os pacientes graves contaminados pelo coronavírus.

A AMBEV vai montar uma usina exclusivamente dedicada ao envase de oxigênio na região de Ribeirão Preto, para fornecimento gratuito ao setor público de saúde, em especial hospitais municipais.

A Copagaz e Ultragaz também se comprometeram a realizar a adaptação da frota, já utilizada no transporte de botijões de gás, para a distribuição dos cilindros que forem doados, assim como para a logística de abastecimento das unidades de saúde. O acordo de disponibilização da frota também será realizado sem custos para Estado e municípios.

Campanha de doação de oxigênio

O Governo de SP está realizando uma campanha de doação de cilindros de oxigênio para empresas, laboratórios de pesquisa e organizações que puderem doar ou emprestar os equipamentos. Para mais informações, o contato deve ser realizado pelo e-mail doeO2@sp.gov.br.

O resumo com as informações anunciadas durante a entrevista coletiva desta quarta-feira está disponível no link: https://issuu.com/governosp/docs/apresenta__o_oxig_nio_1414f8fecd4dc5

CESAR NETO

www.cesarneto.com

MÍDIAS

A coluna de política do jornalista **Cesar Neto** é publicada na imprensa (São Paulo - Brasil) desde 1993. Na Internet desde 1996, www.cesarneto.com tornou-se referência das liberdades possíveis. Recebeu Medalha Anchieta da Câmara paulistana e Colar de Honra ao Mérito da Assembleia paulista. No Twitter **@CesarNetoReal** ... Email **cesar@cesarneto.com**

.

CÂMARA (SÃO PAULO)

Dia 1º (abril) não é o único Dia da Mentira. Dia da Mentira é todo dia, desde sempre. Graças a Deus, todos os dias podem ser nosso Dia da Verdade e também dos 55 vereadores, ainda que nem todos os colegas creiam em DEUS e no Cristo Jesus ...

.

PREFEITURA (SÃO PAULO)

Dia 1º (abril) não é o único Dia da Mentira. Dia da Mentira é todo dia, desde sempre. Graças a Deus, todos os dias podem ser nosso Dia da Verdade e também do Covas e do Nunes, ainda que nem todos no governo creiam em DEUS e no Cristo Jesus ...

.

ASSEMBLEIA (SÃO PAULO)

Dia 1º (abril) não é o único Dia da Mentira. Dia da Mentira é todo dia, desde sempre. Graças a Deus, todos os dias podem ser nosso Dia da Verdade e também dos 94 deputados estaduais, ainda que nem todos os colegas creiam em DEUS e no Cristo Jesus ...

.

GOVERNO (SÃO PAULO)

Dia 1º (abril) não é o único Dia da Mentira. Dia da Mentira é todo dia, desde sempre. Graças a Deus, todos os dias podem ser nosso Dia da Verdade e também ser do Doria e do Garcia, ainda que nem todos no governo creiam em Deus e no Cristo Jesus ...

.

CONGRESSO (BRASIL)

Dia (1º abril) não é o único Dia da Mentira. Dia da Mentira é todo dia, desde sempre. Graças a Deus, todos os dias podem ser nosso Dia da Verdade e também dos 81 senadores e 513 deputados, ainda que nem todos os colegas creiam em Deus e no Cristo Jesus ...

.

PRESIDÊNCIA (BRASIL)

Dia 1º (abril) não é o único Dia da Mentira. Dia da Mentira é todo dia, desde sempre. Graças a Deus, todos os dias podem ser nosso Dia da Verdade e também ser do Bolsonaro e do Mourão, ainda que nem todos no governo creiam em Deus e no Cristo Jesus ...

.

PARTIDOS (BRASIL)

Dia 1º (abril) não é o único Dia da Mentira. Dia da Mentira é todo dia, desde sempre. Graças a Deus, todos os dias podem ser nosso Dia da Verdade e também dos donos e sócios preferenciais dos partidos, ainda que nem todos os 33 creiam em Deus e no Cristo Jesus ...

.

JUSTIÇAS (BRASIL)

Dia 1º (abril) não é o único Dia da Mentira. Dia da mentira é todo dia, desde sempre. Graças a Deus, todos os dias podem ser nosso Dia da Verdade e também dos 11 ministros no Supremo, ainda que nem todos creiam no Cristo Jesus como Único Juiz (Justo) dos Juízes ...

cesar@cesarneto.com

Anunciada abertura de 163 novos leitos para atendimento de casos graves de COVID-19

O Governador João Doria anunciou na quarta-feira (31) a instalação de 163 novos leitos no complexo do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP (HCFMUSP) para atendimentos de casos de COVID-19. Serão mais 58 vagas de UTI e 75 de enfermaria no Instituto Central (ICHC) e mais 10 de UTI e 20 de enfermaria no Hospital Auxiliar de Suzano (HAS), em parceria com a Prefeitura Municipal de Suzano.

"O Hospital das Clínicas, o maior centro médico da America Latina, abre 163 novos leitos para o atendimento ao Covid-19 em parceria com a iniciativa privada. Quero agradecer aos profissionais de saúde, aos prestadores de serviço do Hospital das Clínicas, um exemplo de atendimento e de superação para salvarem vidas", disse Doria.

Com esse incremento, o HCFMSUP passará a contar com 628 leitos exclusivos para atendimento de casos graves de COVID-19, sendo 268 de UTI e 360 de enfermaria. Para isso, contará ainda com a doação de R$ 5,4 milhões das empresas BTG Pactual, Eurofarma, Cosan e Instituto EDP para a contratação de profissionais da saúde.

Além disso, nos últimos dias, o HCFMUSP tomou medidas emergenciais visando garantir o atendimento dos casos que chegam via Central de Regulação de Ofertas de Serviços de Saúde (CROSS) e Central de Regulação de Urgências e Emergências (CRUE) e que aumentaram exponencialmente. Para isso, tem realizado remanejamentos na destinação de leitos em todo o complexo, de acordo com a disponibilidade e com a capacidade de recursos humanos.

"Eu gostaria de fazer um pedido em nome dos nossos 24 mil funcionários que continuam trabalhando com brilho nos olhos desde o início, distanciamento social, máscara, álcool gel e fique em casa, porque apenas desta maneira vamos conseguir evitar o contágio e vencer esse inimigo", falou Antônio José Rodrigues Pereira, superintendente do HCFMUSP.

Em março de 2020, o HCFMUSP já havia realizado uma megaoperação liberando todos os leitos do Instituto Central para atendimento COVID-19 e tornando-se, portanto, referência em atendimento para os casos graves da doença em São Paulo. Essa iniciativa permitiu que a rede pública de saúde estadual ganhasse tempo para se estruturar e ampliar a quantidade de vagas pelo SUS.

Mais profissionais da saúde

Para a operação dos novos leitos, o HCFMUSP também está reforçando seus recursos humanos em parceria com as empresas BTG Pactual, Eurofarma, Cosan e Instituto EDP, que realizaram um aporte de R$ 5,4 milhões para recrutamento de profissionais da saúde. Serão 386 fisioterapeutas, enfermeiros e técnicos de enfermagem contratados para atuar nos leitos de UTI e de enfermaria voltados aos casos COVID-19. Com esse recurso, também será possível custear 790 plantões médicos de 12 horas.

Lançada campanha "Vacina Contra a Fome"

O Governador João Doria lançou na quarta-feira (31) a campanha "Vacina Contra a Fome". Desenvolvida pela Secretaria de Desenvolvimento Social com participação da Secretaria da Comunicação, a ação convida cada pessoa apta a se vacinar contra a COVID-19 a doar um quilo de alimento não perecível nos municípios participantes.

O objetivo da campanha é beneficiar famílias carentes e com déficit nutricional durante o enfrentamento da pandemia do coronavírus.

"Esse programa incentiva as pessoas que vão se vacinar a doar um quilo de alimento não perecível, preferencialmente arroz, feijão, macarrão e também leite em pó", afirmou o Governador. "A participação daqueles que estão sendo vacinados é absolutamente espontânea. Doa quem pode e quem quer, mas temos nessa doação um gesto de grandeza e solidariedade para quem mais precisa", reforçou Doria.

Até o momento, 389 Prefeituras do interior, litoral e Grande São Paulo já aderiram à campanha, mas a meta do Governo do Estado é obter a adesão de todos os 645 municípios.

As Prefeituras podem aderir à campanha no site www.vacinacontraafome.sp.gov.br. Além do termo de adesão, a página oferece kits de divulgação para download e uso livre pelas administrações municipais para estimular a adesão popular às doações.

O Estado recomenda que os municípios participantes instalem pontos de arrecadação nos postos de vacinação contra a COVID-19, que já chegou a quase 6 milhões de doses aplicadas em São Paulo. A distribuição dos mantimentos será feita pelas próprias Prefeituras a famílias carentes de cada cidade.

"Em um momento tão crítico da pandemia, queremos incentivar a sociedade a contribuir com nossas ações de combate à fome, garantindo a segurança alimentar das muitas famílias em situação de vulnerabilidade", afirmou Célia Parnes, Secretária de Estado de Desenvolvimento Social.

Com a divulgação da campanha nos municípios e a instalação dos espaços de arrecadação nos postos de vacinação, as doações podem começar a partir do dia 5 de abril. Confira abaixo o vídeo da campanha "Vacina Contra a Fome".

Governo de SP abre mais três hospitais de campanha para COVID-19

O Governo de São Paulo ativou três novos hospitais de campanha nas estruturas internas dos prédios dos AMEs (Ambulatórios Médicos de Especialidades) de Andradina, Botucatu e Itapeva, que a partir de quarta-feira, (31) passam a receber casos graves de COVID-19. A medida foi definida para enfrentamento da segunda onda da pandemia e o aumento de internações verificado em todo o Estado.

No total, os serviços contarão com 31 leitos de UTI e 32 de enfermaria, que serão ativados gradativamente. Destes leitos, serão 10 de UTI e 10 enfermaria no AME Andradina; 11 de UTI e 16 enfermaria no AME Botucatu; e 10 UTI e 6 enfermaria no AME Itapeva.

Nos locais, poderão ser atendidos caos graves de COVID-19 encaminhados por meio da Central de Regulação de Ofertas e Serviços de Saúde (CROSS). Mais de 270 profissionais foram contratados para atuar nos serviços, entre médicos e profissionais de Enfermagem, Nutrição, Fisioterapia, Psicologia, setores administrativos e de apoio.

"A ativação destes hospitais de campanha é parte do nosso esforço para combater o recrudescimento da pandemia, garantindo estruturas e equipes qualificadas, com mais leitos regionais para pacientes graves", afirma o Secretário de Estado da Saúde, Jean Gorinchteyn.

Mesmo com as expansões de leitos, é importante que a população respeite o Plano São Paulo, use máscaras, faça distanciamento social, realize a higienização de mãos e dos ambientes e fique em casa, neste momento. Essa conduta é crucial para evitar o aumento de casos, internações e mortes.

Neste mês, também entrou em funcionamento o primeiro hospital de campanha anunciado ao pelo Governo de SP: o da Zona Norte, que possui 50 leitos, incluindo 20 de UTI. Na última quinta-feira (25), também começou a operar o serviço instalado no AME (Ambulatório Médico de Especialidades) de Campinas, que prevê 25 leitos de UTI e cinco de enfermaria.

Estão em andamento as medidas para implementação dos demais hospitais de campanha, com aberturas previstas para o decorrer do mês de abril, devido à necessidade de abastecimento de gases medicinais, como oxigênio.

SP antecipa para esta sexta (2) a vacinação de idosos acima de 68 anos

O Governador João Doria anunciou na quarta-feira (31) a antecipação, para esta sexta-feira (2), do inicio da vacinação contra a COVID-19 para idosos com idade acima de 68 anos. Dados do Plano Estadual de Imunização (PEI) indicam um total de novas 340 mil pessoas aptas a receberem a primeira dose no Estado de São Paulo.

"Vamos acelerando a vacinação nas faixas etárias a partir dos 60 anos e tendo a possibilidade hoje de anunciar que, já nesta sexta-feira, as pessoas com 68 anos estarão sendo imunizadas nos postos de vacinação em todo o estado de São Paulo. A vacina no braço é a vacina da vida", disse Doria.

Também em abril, 530 mil profissionais de Educação e forças de Segurança também poderão receber vacinas.

A campanha ocorre com uma grande operação logística montada para a distribuição das vacinas disponíveis no país, com envio de remessas semanais pela Secretaria de Estado da Saúde para todas as regiões do estado.

Na quarta-feira (31) ocorreu a liberação de mais 3,4 milhões de doses da vacina do Instituto Butantan contra o coronavírus para uso em todo o país. Somente essa semana foram entregues 8,4 milhões ao PNI (Programa Nacional de Imunizações) do Ministério da Saúde. No mês de março o montante chega a 22,7 milhões de doses, quantitativo maior do que o disponibilizado em janeiro e fevereiro juntos.

O pré-cadastro no site "Vacina Já" (vacinaja.sp.gov.br) economiza 90% no tempo de atendimento para imunização: leva cerca de 1 a 3 minutos para quem preencheu o formulário. Presencialmente, em média, a coleta de informações leva cerca de 10 minutos. A ferramenta ajuda a agilizar o atendimento e a evitar aglomerações.

Não é um agendamento e o uso não é obrigatório para receber a vacina, mas utilizá-la contribui para melhorar a dinâmica dos serviços e a rotina do próprio cidadão. O pré-cadastro pode ser feito por familiares de idosos ou de qualquer pessoa que participe dos públicos previstos na campanha.

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
Viaduto 9 de Julho, 180
1º andar - Sala 12
CEP: 01050-060
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,50

Jornalista Responsável
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00
Radiobrás – Agência Brasil

Publicidade Legal
Balanços, Atas e Convocações
R. Albion, 229 - Cj. 113 - Lapa
Telefone: 3832-4488

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Pagamento do novo auxílio emergencial começa na próxima terça-feira

Milhões de famílias em situação de vulnerabilidade social começam a receber, na próxima terça-feira (6), a primeira das quatro parcelas do novo auxílio emergencial. O governo federal prevê conceder o benefício a cerca de 45,6 milhões de pessoas, este ano.

Os recursos serão depositados nas contas digitais que abertas pela Caixa para os beneficiários no ano passado.

Calendário

Na terça-feira, começam a receber os trabalhadores informais, microempreendedores individuais, desempregados e outras pessoas afetadas pela pandemia da covid-19 nascidas no mês de janeiro, além de integrantes do Cadastro Único do governo federal.

Beneficiários do Bolsa Família receberão de acordo com o calendário habitual do programa, que, em abril, começa a ser pago no dia 16.

As pessoas não terão direito a sacar os recursos no mesmo dia em que receberem, conforme explicou o presidente da Caixa, Pedro Guimarães, durante anúncio feito no Palácio do Planalto, esta manhã.

O objetivo do escalonamento é motivar as pessoas a usarem os dispositivos digitais e, assim, evitar a ida a bancos e agências lotéricas. "Nossa expectativa é que mais da metade das pessoas realize o pagamento de contas digitalmente", disse Guimarães. "Já temos tudo muito bem organizado. Vamos minimizar as filas, pagando o mais rápido possível, com o mínimo de aglomeração possível", acrescentou Guimarães.

O calendário completo de pagamentos e saques consta da Portaria nº 622, que o Ministério da Cidadania publicou na quarta-feira (31), no Diário Oficial da União.

Cerca de R$ 44 bilhões foram destinados ao auxílio emergencial por meio da promulgação da Emenda Constitucional 109/2021, a chamada PEC Emergencial.

A emenda constitucional abriu caminho para que o governo federal ultrapasse o limite do teto de gastos, sem comprometer a meta de resultado fiscal primário e sem afetar a chamada regra de ouro (espécie de teto de endividamento público para financiar gastos correntes).

Parcelas

Conforme destacou o ministro da Cidadania, João Roma, durante o anúncio desta manhã, as quatro parcelas de, em média, R$ 250, serão pagas a uma pessoa por família, sendo que mulheres chefes de família receberão R$ 375, enquanto indivíduos que vivem só – família unipessoal – receberão R$ 150.

Do valor total estabelecido pelo Congresso Nacional, R$ 23,4 bilhões serão destinados ao público já inscrito em plataformas digitais da Caixa, R$ 6,5 bilhões para integrantes do Cadastro Único do Governo Federal e R$ 12,7 bilhões para atendidos pelo Bolsa Família.

"Este é um alento para o povo brasileiro. São recursos públicos direcionados para o brasileiro vulnerável, para as pessoas que estão passando muitas dificuldades", comentou Roma, lembrando que o auxílio será concedido automaticamente ao trabalhador informal com renda per capita de até meio salário mínimo e renda mensal total de até três salários mínimos que recebeu o benefício em dezembro de 2020 e que continue fazendo jus à ajuda federal. "O auxílio é uma ferramenta para minimizar o sofrimento e fazer com que nosso povo consiga superar esta pandemia."

Atividade econômica

Durante o anúncio, o presidente Jair Bolsonaro voltou a defender a necessidade de retomada de atividades comerciais. "Tínhamos e temos dois inimigos: o vírus e o desemprego. E não é ficando em casa que vamos solucionar este problema", declarou o presidente, criticando as medidas que restringem o funcionamento de atividades consideradas não essenciais.

"Esta política continua sendo adotada. O espírito dela era buscar achatar a curva de contaminação enquanto os hospitais se preparavam com leitos de UTI e respiradores, para que pessoas não viessem a perder suas vidas por falta de atendimento. O governo federal dispensou bilhões de reais para a Saúde e sabe que não pode continuar por muito tempo com este auxílio [emergencial], que é um custo para toda a população e pode desequilibrar nossa economia", declarou Bolsonaro.

"O Brasil tem que voltar a trabalhar. A fome está batendo cada vez mais forte na casa destas pessoas. Eu temo por problemas sociais gravíssimos no Brasil. O valor do auxílio é pouco, reconheço, mas é o que a nação pode dispensar à população", acrescentou.

Ele apelou para que governadores e prefeitos "revejam" a adoção de medidas restritivas que, segundo o presidente, em alguns casos, "superam, e muito, o que seria [a decretação] de um estado de sítio".

"A população não só quer, como precisa trabalhar. Nenhuma nação se sustenta por muito tempo com este tipo de política. Queremos voltar à normalidade o mais rápido possível", enfatizou o presidente.

Ele destacou que, em termos de vacinação, o Brasil está "em uma posição bastante privilegiada" quando comparado a outros países. O Brasil atingiu, ontem, a marca de 8% da população vacinada com a primeira dose. "Gostaríamos de ser o primeiro, mas fazemos o possível para atender à população com vacinas".

Auxílio emergencial em 2020

Em 2020, o governo federal destinou R$ 295 bilhões ao pagamento do auxílio emergencial e de sua extensão, beneficiando diretamente a 68 milhões de pessoas.

Instituída pela Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, a ajuda foi paga em cinco parcelas de R$ 600 ou R$ 1.200 para mulheres provedoras de família monoparental, enquanto a extensão do auxílio emergencial (MP nº 1000 - MIL) teve até 4 parcelas de R$ 300 para o público geral e de R$ 600 para a cota dupla.

Na página do Ministério da Cidadania é possível esclarecer dúvidas sobre o auxílio emergencial. (Agencia Brasil)

Setor de máquinas e equipamentos cresce 18% em fevereiro

Com receita de R$ 13,8 bilhões, o setor de máquinas e equipamentos registrou crescimento de 18% em fevereiro em comparação com o mesmo mês de 2020, segundo balanço divulgado na quarta-feira (31) pela Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq).

Nos primeiros dois meses de 2021 a alta ficou em 27,4% em relação ao primeiro bimestre do ano passado.

Segundo o presidente executivo da Abimaq, José Velloso, a indústria de máquinas tem apresentado uma tendência constante de crescimento desde abril do ano passado. "Alguns meses crescendo mais outros menos, mas sempre crescendo", destacou durante a apresentação dos dados.

Velloso pondera, no entanto, que essa expansão acontece a partir de um patamar baixo. "Nós ainda estamos 22% abaixo do que era a média de 2010 a 2013", compara. "Nos últimos cinco anos a taxa de investimento no Brasil é muito pequena", acrescenta.

Para este ano, a previsão da associação é de que o setor de bens de capital registre uma alta de 13%. Esse crescimento deve ser puxado, de acordo com o presidente executivo da Abimaq, por setores que têm apresentado grande atividade nos últimos meses. "Você tem setores de infraestrutura que estão indo bem, especialmente construção de estradas", exemplificou.

Entre os setores que estão aquecidos, Velloso também citou o de saneamento e energia. "O marco do saneamento é recente e a gente tem um otimismo muito grande no setor de saneamento", acrescentou em referência a nova legislação que regulamenta os serviços de água e esgoto, abrindo mais espaço para iniciativa privada, aprovada no ano passado.

As exportações de máquinas tiveram queda de 24,3% em fevereiro em comparação com o mesmo mês de 2020, totalizando US$ 599,5 milhões. Para o presidente executivo da Abimaq, as vendas para o exterior estão prejudicadas pelo desarranjo provocado pela pandemia, que reduziu as rotas de comércio e tem dificultado até a distribuição de contêineres.

O número de postos de trabalho na indústria de bens de capital cresceu 10,6% em fevereiro em relação ao mesmo mês do ano passado, com 337,7 mil pessoas empregadas. (Agencia Brasil)

BNDES anuncia apoio às futuras concessionárias de saneamento no Rio

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) divulgou, na quarta-feira (31), suas condições de apoio aos investimentos para as futuras concessionárias de saneamento do Estado do Rio de Janeiro. O banco poderá participar, de forma direta, com até 55% do valor dos investimentos a serem realizados pelos vencedores da concessão. Os leilões vão definir a prestação dos serviços públicos de água e esgoto nos municípios que aderiram ao projeto.

O BNDES, que vem estruturando as concessões junto ao governo do Rio, também poderá apoiar parte do pagamento da outorga fixa via financiamento. O valor máximo a ser financiado é de até 30% da outorga fixa mínima prevista no edital. O maior valor de outorga oferecido pelos concorrentes é que indicará o vencedor de cada um dos blocos, mas, se houver ágio sobre o valor mínimo estabelecido, o BNDES não aumentará o volume de recursos da outorga financiado.

Caso a futura concessionária opte pelo apoio do BNDES para pagamento de um valor inferior a 30% da outorga fixa mínima, a quantia remanescente poderá ser usada para apoio aos investimentos do bloco ofertado. No entanto, o total de recursos financiados não deve ultrapassar o limite de apoio de até 65% dos investimentos na modalidade direta, nem incluir itens fora da lista dos itens financiáveis.

Leilão

Os vencedores do leilão, previsto para 30 de abril, deverão universalizar os serviços de fornecimento de água e esgotamento sanitário para mais de 12,8 milhões de pessoas em até 12 anos. O projeto deverá gerar 45 mil empregos, investimentos de cerca de R$ 30 bilhões nos 35 anos da concessão e, pelo menos, R$ 10,6 bilhões em pagamentos de outorgas fixas pelos concessionários para o Estado do Rio de Janeiro e para os 35 municípios fluminenses que aderiram ao projeto.

Com a universalização do serviço, cerca de 5,7 milhões de pessoas passarão a ter acesso à coleta e ao tratamento de esgoto.

O documento completo, com as condições de financiamento nas diferentes linhas disponíveis pode ser consultada na página do BNDES. (Agencia Brasil)

Taxa de desocupação registra 14,2% no trimestre novembro a janeiro

A taxa de desocupação no país, entre novembro de 2020 e janeiro deste ano, ficou em 14,2%. O dado faz parte da Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua), divulgada na quarta-feira (31) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A taxa de desocupação é o percentual de pessoas da força de trabalho que estão desempregadas. Segundo o estudo trimestral, a população desocupada no período chegou a 14,3 milhões de pessoas.

Desde que a PNAD Contínua foi criada, em 2012, a taxa só fica atrás dos 14,3% registrados entre agosto e outubro do ano passado.

A população ocupada registrou um aumento de 2%, somando 86 milhões de pessoas, 1,7 milhão a mais que no trimestre anterior.

Já a população desalentada, aquela que desistiu de procurar emprego, somou 5,9 milhões de pessoas, e ficou praticamente estável em comparação ao período anterior. Entretanto, ficou 25,6% acima do mesmo período do ano anterior.

Os números da PNAD Contínua também mostram uma estabilidade na comparação do número de trabalhadores com carteira assinada deste trimestre com o anterior: 29,8 milhões de pessoas. O número exclui os empregados domésticos, que somaram 4,9 milhões no período, um crescimento 4,5% em relação ao trimestre anterior.

Segundo o estudo do IBGE, 34,1 milhões de trabalhadores estão na informalidade, significando 39,7% da população ocupada. No trimestre anterior, esse percentual somava 38,8%.

A renda dos brasileiros caiu 2,9% no último trimestre calculado pela PNAD Contínua, registrando R$$ 2.521. (Agencia Brasil)

Lembre sempre de lavar as mãos

INTERNACIONAL

Vacina Pfizer/BioNTech é 100% eficaz em adolescentes de 12 a 15 anos

A vacina da Pfizer/BioNTech contra a covid-19 é 100% eficaz em adolescentes entre os 12 e os 15 anos, segundo os resultados de um ensaio clínico, anunciaram na quarta-feira (31) os dois laboratórios.

As empresas esperam que a vacinação dessa faixa etária comece antes do próximo ano letivo.

Os ensaios de Fase 3 realizados em 2.260 adolescentes nos Estados Unidos "demonstraram uma eficácia de 100% e respostas robustas de anticorpos", declararam as empresas em comunicado.

A norte-americana Pfizer e a alemã BioNTech vão agora submeter os dados às diferentes autoridades de regulação no mundo, "na esperança de começar a vacinar esse grupo etário no início do próximo ano escolar", declarou em comunicado Albert Bourla, diretor-geral do laboratório farmacêutico norte-americano.

Por parte do laboratório alemão, Ugur Sahin considerou que os resultados sobre a faixa dos 12 a 15 anos são "muito encorajadores, tendo em conta a tendência observada nas últimas semanas relativamente à propagação" da variante do vírus inicialmente detectada no Reino Unido.

A vacina da Pfizer/BioNTech, baseada na tecnologia inovadora de RNA mensageiro (mRNA), foi a primeira contra a covid-19 aprovada no ocidente, no final de 2020.

Os Estados Unidos e a União Europeia autorizaram a utilização para as pessoas com 16 anos ou mais.

Até agora, a vacina foi usada em milhões de adultos com mais de 65 anos.

Estudo realizado em 1,2 milhões de pessoas em Israel demonstrou eficácia de 94%.

As crianças são menos propensas a casos graves da doença, por isso a vacinação não é prioritária neste momento. (Agencia Brasil)

Nova York aprova legalização da maconha

Parlamentares de Nova York aprovaram na terça-feira (30) proposta que legaliza o uso de maconha por adultos, fazendo do estado o 15º dos Estados Unidos a permitir o uso recreativo da droga.

O governador de Nova York, Andrew Cuomo, disse estar ansioso para sancionar a proposta e transformá-la em lei.

"Nova York tem uma história consolidada de ser a capital progressista da nação, e essa importante lei vai, mais uma vez, levar esse legado adiante", disse ele em comunicado.

O Senado estadual de Nova York aprovou a lei por 40 votos a 23, enquanto a Assembleia votou por 100 a 49 a favor da proposta.

A decisão também foi saudada pela NORML, um grupo pró-maconha, que disse que dezenas de milhares de nova-iorquinos foram presos todos os anos por pequenas violações relacionadas à maconha e que a maioria era jovem, pobre e de cor.

"A legalização da maconha é um imperativo social e de justiça criminal, e a votação de quarta-feira é uma passo crítico em direção a um sistema mais justo", disse a procuradora-geral de Nova York, Letitia James, também em comunicado. (Agencia Brasil)

Rússia registra primeira vacina do mundo para animais contra covid-19

A Rússia registrou a primeira vacina do mundo para animais contra covid-19, informou a agência reguladora agrícola do país na quarta-feira (31). Testes mostraram que ela gerou anticorpos contra o vírus em cães, gatos, raposas e visons.

A produção em massa da vacina, batizada de Carnivac-Cov, pode começar em abril, anunciou a agência Rosselkhoznadzor.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) manifestou preocupação com a transmissão do vírus entre humanos e animais. A agência reguladora disse que a vacina conseguirá proteger espécies vulneráveis e impedir mutações virais.

Até agora, a Rússia só registrou dois casos de covid-19 entre animais, ambos em gatos.

A Dinamarca abateu todos os 17 milhões de visons de seus criadouros no ano passado, depois de concluir que uma linhagem do vírus havia passado de humanos para visons e que linhagens do vírus que sofreram mutações apareceram por sua vez em pessoas.

A Rosselkhoznadzor disse que os criadouros russos de cultivo de peles planejam comprar a vacina, assim como negócios da Grécia, Polônia e Áustria. O cultivo de peles da Rússia representa cerca de 3% do mercado global, mas era de 30% nos tempos soviéticos, de acordo com a principal entidade comercial do setor.

Alexander Gintsburg, chefe do instituto que desenvolveu a vacina para humanos Sputnik V, afirmou que provavelmente os animais serão as próximas vítimas da covid-19, segundo citação de segunda-feira (29) do jornal Izvestia. (Agencia Brasil)

ASSOCIAÇÃO EVANGELICA BENEFICENTE

CNPJ 61.115.105.877/0001-72

BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2020 E 31/12/2019

ATIVO	31/12/2020	31/12/2019
CIRCULANTE		
Caixa	145,75	-
Bancos Conta Movimento	2.833,98	5.136,99
Aplicações Financeiras	251.058,02	34.436,93
Recursos Financeiros Vinculados	2.445.576,82	1.949.868,97
Adiantamentos a Terceiros	653.628,48	434.099,72
Impostos a Recuperar	-	-
Despesas Antecipadas	4.228,80	1.443,04
Contas a Receber de Convênios	-	-
Outras Contas a Receber	163.997,73	137.440,70
TOTAL DO CIRCULANTE	**3.521.469,58**	**2.562.428,95**
NÃO CIRCULANTE		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
Depósito Judicial	-	-
Títulos Precatórios a Receber - Longo Prazo	1.138.064,65	-
Outras contas a Receber – Longo Prazo	310.711,09	422.396,05
PERMANENTE		
Imobilizado	18.057.347,74	35.082.669,39
(-) Depreciação	(7.972.893,77)	(8.765.998,92)
Intangível	5.839,00	5.839,00
(-) Amortização	(2.919,55)	(1.459,80)
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	**11.536.188,16**	**26.743.485,72**
TOTAL DO ATIVO	**15.057.658,74**	**29.305.914,67**

PASSIVO	31/12/2020	31/12/2019
CIRCULANTE		
Empréstimos Bancários	-	-
Fornecedores	41.794,60	77.445,02
Obrigações Fiscais e Sociais	108,23	221.939,32
Salários, Provisão de Férias e Encargos Sociais	1.990.193,26	1.983.308,18
Empréstimos de Terceiros	34.141,83	248.688,04
Processos Trabalhistas	-	13.435,95
Saldos com Convênios	2.595.127,53	1.818.177,77
Outras Contas a Pagar	240.000,00	-
Provisões	161.018,31	-
TOTAL DO CIRCULANTE	**5.062.384,76**	**4.362.994,28**
NÃO CIRCULANTE		
Parcelamentos de Impostos	518.778,10	649.279,17
Processos Trabalhistas	81.000,00	-
Outras Contas a Pagar - Longo Prazo	3.106.366,36	-
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	**3.706.144,46**	**649.279,17**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Patrimônio Social	7.377.974,76	10.558.916,53
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	(2.192,74)
Reserva de Avaliação	-	16.915.696,46
Déficit do Exercício	(1.088.845,24)	(988.725,92)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**6.289.129,52**	**24.283.671,22**
TOTAL PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**15.057.658,74**	**29.305.914,67**

Demonstração das mutações no patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 (Em reais)

	Patrimônio Social	Reserva de Reavaliação	Superávit (Déficit) Acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**7.113,528**	**17.651.162**	-	**25.282.396**
Transferência para Patrimônio Social	517.707	-	-517.707	-
Déficit do Exercício	-	-	-988.726	-988.726
Realização da Reserva de Reavaliação	735.465	-735.465	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**8.366.700**	**16.915.697**	**-988.726**	**24.293.672**
Transferência para Patrimônio Social	-988.726	-	988.726	-
Superávit do Exercício	-	-	-1.088.845	-1.088.845
Baixa da Reserva de Reavaliação	-	-16.915.697	-	-16.915.697
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**7.377.974**	**0**	**-1.088.845**	**6.289.130**

Demonstração dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em reais)

Das atividades operacionais	31/12/2020	31/12/2019
Déficit do exercício	(1.088.845)	(988.726)
Ajuste para conciliar o resultado às disponibilidades pelas atividades operacionais:		
Doação de Imobilizado	(1.305.468)	(16.892)
Depreciação/amortização	679.285	1.416.729
Ajuste de exercícios anteriores	-	(2.192.216)
Baixa de Imobilizado/Intangível	-	4.047
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-
Créditos Tributários	-	-
Transferências internas	-	-
Superávit (déficit) ajustado dos exercícios	(1.715.029)	(1.777.058)
Adiantamentos a Terceiros	(219.529)	(238.537)
Impostos a Recuperar	-	8.653
Despesas Antecipadas	(2.786)	(1.295)
Contas a Receber de Convênios	-	-
Outras Contas a Receber	(26.557)	-137.441
Depósito Judicial	-	241.977
Outras contas a Receber – Longo Prazo	111.685	-422.396
Títulos Precatórios a Receber - Longo Prazo	(1.138.065)	-
Aumento (redução) nos passivos		
Empréstimos Bancários	(68)	-
Fornecedores	(35.650)	(87.151)
Obrigações Fiscais e Sociais	(221.830)	105.448
Salários, Provisão de Férias, 13º e Encargos Sociais	6.885	136.762
Empréstimos de Terceiros	(214.546)	62.668
Processos Trabalhistas	(13.436)	(155.206)
Saldos com Convênios	776.950	1.818.178
Outras Contas a Pagar	240.000	(82.110)
Parcelamentos de Impostos - Curto Prazo	161.018	-
Processos Trabalhistas – Longo Prazo	81.000	(261.899)
Parcelamentos de Impostos - Longo Prazo	(130.501)	456.105
Outras Contas a Pagar - Longo Prazo	3.106.366	-
Caixa e equiv de caixa gerado nas atividades operacionais	766.006	(333.372)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Adições no ativo Imobilizado e intangível	(55.837)	(145.728)
Caixa e equiv de caixa aplicados nas ativ. de investimento	(55.837)	(145.728)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Caixa e equiv de caixa gerados nas atividades de financiamento	-	-
Aum. (Diminuição) líq. do saldo de caixa e equiv. de caixa	**710.169**	**(479.100)**
Variações líquidas no caixa e equivalente de caixa		
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	1.989.445	2.468.545
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	2.699.615	1.989.445
(Diminuição) Aum. líq. do saldo de caixa e equiv. de caixa	**710.169**	**(479.100)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS EM 31/12/2020 E 31/12/2019

	31/12/2020	31/12/2019
RECEITAS COM RESTRIÇÃO		
Fundações	130.995,96	193.180,96
Públicos	17.791.399,73	19.083.942,68
TOTAL DA RECEITA COM RESTRIÇÃO	**17.922.395,69**	**19.277.123,64**
DESPESAS COM RESTRIÇÃO		
Despesas Administrativas	(1.840.304,97)	(2.663.777,23)
Despesas com Alimentação	(4.265.606,86)	(3.859.188,89)
Material de Consumo e Pedagógico	(860.114,37)	(695.527,67)
Tarifas Públicas	(339.842,01)	(482.775,97)
Despesas Promocionais/Arrecadações	(502,46)	(1.732,84)
Despesas com Materiais Hospitalares	(45.639,60)	(27.665,47)
Recursos Humanos	(10.596.384,75)	(11.418.618,79)
TOTAL DA DESPESA COM RESTRIÇÃO	**(17.948.396,03)**	**(19.148.848,86)**
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO C/ RESTRIÇÃO		
Receitas Financeiras	28.171,87	54.351,78
Despesas Financeiras	(2.171,53)	(883,02)
TOTAL RES. FINANCEIRO LÍQUIDO C/ RESTRIÇÃO	**26.000,34**	**53.468,76**
TRANSF. DO RES. DO EXERCÍCIO C/ RESTRIÇÃO		
DÉFICIT COM RESTRIÇÃO	**0,00**	**(18.256,46)**
RECEITAS SEM RESTRIÇÃO		
Aluguel	783.998,43	779.239,49
Cursos e Eventos	3.708,07	83.183,91
Contribuintes	958.795,54	771.633,82
Doações	561.711,52	493.271,11
Fundações	99.936,00	-
Igreja	49.250,00	36.246,44
Mensalidades	253.397,52	327.456,79
NFP	246.583,12	247.673,02
Serviço Voluntário	19.257,64	37.259,04
Outras Receitas	10.007,79	-
Doação de Imobilizado	1.305.468,40	-
Créditos Tributários	659.053,24	-
Gratuidades	18.600,00	33.600,00
TOTAL DA RECEITA SEM RESTRIÇÃO	**4.975.767,27**	**2.809.563,62**
DESPESAS SEM RESTRIÇÃO		
Despesas Administrativas	(3.795.258,52)	(771.431,16)
Despesas com Alimentação	(320.021,04)	(308.685,36)
Material de Consumo e Pedagógico	(276.854,32)	(123.901,91)
Tarifas Públicas	(55.776,71)	(83.731,91)
Despesas Promocionais/Arrecadações	(1.976,00)	(300,00)
Despesas com Materiais Hospitalares	(1.242,71)	(720,67)
Recursos Humanos	(757.526,62)	(947.656,93)
Gratuidades	(18.600,00)	(33.600,00)
TOTAL DA DESPESA SEM RESTRIÇÃO	**(5.230.756,12)**	**(2.269.080,94)**
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO S/ RESTRIÇÃO		
Receitas Financeiras	1.635,78	4.446,67
Despesas Financeiras	(156.207,39)	(97.869,82)
TOTAL RES. FINANC. LÍQUIDO S/ RESTRIÇÃO	**(154.571,61)**	**(93.423,15)**
SUPERÁVIT SEM RESTRIÇÃO	**(509.560,46)**	**446.259,53**
SUPERÁVIT DO EXERC. ANTES DA DEPRECIAÇÃO/ AMORTIZAÇÃO	**(509.560,46)**	**428.003,07**
DEPRECIAÇÃO/AMORTIZAÇÃO	**(679.284,78)**	**(1.416.728,99)**
DÉFICIT DO EXERCÍCIO	**(1.088.845,24)**	**(988.725,92)**

EDEMAR DE SOUZA AMORIM - PRESIDENTE
CPF: 004.210.578-15
THIAGO JEFERSON NASCIMENTO SILVA - CONTADOR
CRC: 1SP 271.559/O-4

1025240-44/2018 30/9 Vistos. Estando nos autos confirmando o desaparecimento de Dolorges do Amaral, CPF 827.938.678-53, há mais de 50 anos, nos moldes do artigo 1159 do Código de Processo Civil, declaro a ausência do requerido, o que faço, inclusive para os fins previdenciários. Nomeio ao ausente curador na pessoa de Dalva do Amaral Simões, RG 6478666-3, CPF 852.413.348-15, servindo esta decisão como termo de compromisso e certidão de curadoria, independente de assinatura do curador. Após, devendo ser realizada a arrecadação dos bens do ausente, se houver bens. ESTA SENTENÇA SERVIRÁ COMO EDITAL, publicado o dispositivo pela imprensa local e pelo órgão oficial durante um ano, reproduzidos de dois em dois meses, anunciando a arrecadação e chamando o ausente a entrar na posse de seus bens. B 01 e 06/04

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0001360-14.2021.8.26.0008. O MM. Juízde Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional VIII - Tatuapé, Estado de São Paulo, Dr. LUCIANO GONÇALVES PAES LEME, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a JOSÉ ALEXANDRE DO NASCIMENTO, brasileiro, RG 4355513, CPF:185.213.048-20, que ARMANDO ASCENÇÃO FROZ requereu o CUMPRIMENTO DA SENTENÇA, para receber a quantia de R$22.369,98 (Out./2020). Estando o executado em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 15 dias, a fluir do prazo supra, pague o débito, atualizado e acrescido das importâncias de direito e demais cominações legais, sob pena de multa e honorários advocatícios de 10%, sobre o valor total da dívida (art. 523, § 1º do CPC), iniciando-se o prazo de 15 dias que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente impugnação nos próprios autos (art. 525 do CPC). Será o edital, afixado e publicado na forma da Lei.

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0039339-93.2019.8.26.0100. O MM. Juiz de Direito da 7ª Vara Cível, do Foro Central da Capital, Estado de São Paulo, Dr. Sang Duk Kim, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a **STAR COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA** (CNPJ/MF: nº 14.458.743/0001-14), e **JOSÉ CASIMIRO LOBARTO** (CPF: nº 263.205.417-68), que **DINO GURATTI FILHO E OUTROS** requereram o **CUMPRIMENTO DA SENTENÇA**, para receber a quantia de R$401.603,61 (01/03/2021). Estando os executados em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 15 dias, a fluir do prazo supra, paguem o débito, atualizado e acrescido das importâncias de direito e demais cominações legais, sob pena de multa e honorários advocatícios de 10%, sobre o valor total da dívida (art. 523, § 1º do CPC), iniciando-se o prazo de 15 dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente impugnação nos próprios autos (art. 525 do CPC). Será o edital, afixado e publicado na forma da Lei.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 15 DIAS. PROCESSO Nº 1073396-26.2019.8.26.0002. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 5ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). CLÁUDIO SALVETTI D ANGELO, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a(o) **ROGÉRIO ALVES DE ARAÚJO**, Brasileiro, RG 39.839.273-0, CPF:265.279.873-15, com endereço à Avenida Pascoal da Rocha Falcao, 726, Jardim Santa Helena, CEP 04185-000, São Paulo - SP, que lhe foi proposta uma ação de Monitória por parte de Colégio Alcance Ltda - EPP, alegando em síntese que as partes celebraram contrato de prestação de serviços educacionais pra filha do réu, não adimplindo com as parcelas no vencimento. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **CITAÇÃO**, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo embargada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS.** Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 03 de fevereiro de 2021.

Edital de Citação. Prazo: 20 dias. Processo nº 1112831-38.2018.8.26.0100. O Dr. Valdir da Silva Queiroz Junior, Juiz de Direito da 9ª Vara Cível do Foro Central da CapitalSP, Faz Saber a M A M Horschutz Lanchonete Me (CNPJ: 18.738.226/0001-50), que Banco Bradesco S/A lhe ajuizou ação de Cobrança de Procedimento Comum, objetivando a quantia de R$ 69.449,02 (outubro de 2018), decorrente da utilização de empréstimo de conta corrente nº 100163-9, Carteira/Contrato nº 385/9564254. Estando a requerida em lugar ignorado, fica deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, ofereça contestação, sob pena de presumirem-se como verdadeiros os fatos alegados. Não sendo contestada a ação, a requerida será considerada revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 15 de março de 2021. 31/03 e 01/04/2021

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0007695-03.2018.8.26.0704. A MM. Juiza de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional XV - Butantã, Estado de São Paulo, Dra. Thomaz Pérez Rios Lobo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a J.R.O. Serviços de Telestendimento Ltda ME (CNPJ:12.618.812/0001-84), Olivia Marcolino da Silva (CPF:944.123.168-57) e Rosangela de Oliveira da Silva (CPF:130.489.488-10), que nos autos da Ação de Cobrança, de Procedimento Comum, ora em fase de cumprimento de sentença, ajuizada por Pessoa Company Especializada em Creditos Financeiros S/A, procedeu-se a penhora sobre as quantias bloqueadas judicialmente de R$ 17,29, R$ 10,13 e R$ 573,59. Estando as executadas em local ignorado, fica deferida INTIMAÇÃO da PENHORA por EDITAL, para que em 05 dias, a fluir após os 20 dias supra, ofereçam impugnação, na ausência dos quais prosseguirá o feito em seus ulteriores termos. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 08 de março de 2021. 31/03 e 01/04/2021

Travessia Securitizadora de Creditos Financeiros XIV S.A.

CNPJ/MF nº 38.042.694/0001-00

Demonstrações Contábeis referentes período compreendido de 03 de julho de 2020 a 31 de dezembro de 2020 *(Valores expressos em Reais, exceto quando mencionado de outra forma)*

Balanços patrimoniais

Ativo	Notas	31/12/2020
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	3	1
Total do ativo circulante		1
Total do ativo		1
Passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)	**Notas**	**31/12/2020**
Passivo circulante		
Fornecedores	4	1
Partes relacionadas	5.1	25
Total do passivo circulante		26
Patrimônio líquido		
Capital social	6.1	1
Prejuízos acumulados		(26)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		(25)
Total do passivo e patrimônio líquido		1

Demonstrações do resultado

	Notas	De 03/07/2020 a 31/12/2020
Despesas operacionais		
Despesas gerais e administrativas	8	(24)
Despesas Tributárias		(2)
Resultado operacional		(26)
(=) Resultado antes das provisões tributárias		(26)
Resultado líquido do exercício		(26)
Prejuízo básico por ação - Reais		-0,05200

Demonstração do resultado abrangente

	De 03/07/2020 a 31/12/2020
Resultado do período	(26)
Resultado abrangente do período	**(26)**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Capital		Total do
	Notas	social acumulados	patrimônio líquido
Saldos iniciais	-	–	-
Integralização de capital	6.1	1	1
Resultado do período	–	(26)	(26)
Saldos em 31/12/2021		(26)	(25)

Demonstração do fluxos de caixa

Atividades operacionais	**De 03/07/2020 a 31/12/2020**
Prejuízo do período	(26)
Aumento(redução) no passivo:	
Contas a pagar	1
Partes relacionadas	25
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**0**
Das atividades de financiamento com sócios	
Integralização de capital	1
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento	**1**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**1**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	1
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**1**

Demonstração do valor adicionado

	De 03/07/2020 a 31/12/2020
Insumos aquisridos de terceiros	
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(24)
Valor adicionado total a distribuir	(24)
Impostos Taxas e Contribuições	2
Impostos e contribuições	2
Remuneração do Capital Próprio	(26)
Prejuízo do Período	(26)
Valor total adicionado	(24)

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras:

1. Contexto operacional: A Travessia Securitizadora de Creditos Financeiros XIV S.A. ("Companhia"), foi constituída por meio da Assembleia Geral de Constituição, realizada no dia 03 de julho de 2020. A Companhia tem por objeto social: **(i)** a aquisição e securitização de créditos, desde que enquadrados no artigo 1º da Resolução CMN nº 2.686/2000 ("Créditos Financeiros"); **(ii)** a emissão e colocação privada ou junto ao mercado financeiro de títulos de capitais, de qualquer título de crédito ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites e legislação aplicável; **(iii)** a realização de cessão de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos securitizadas; e **(iv)** a realização de operações de hedge em mercados de derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos. **1.1 Impactos do COVID-19:** Em atendimento ao Ofício Circular SNC/SEP 02/2020 da CVM, a Companhia analisou e não identificou quaisquer alterações significativas na operação. Os possíveis impactos econômicos esperados foram devidamente amenizados com intensificação na cobrança dos recebíveis, além de revisão dos cálculos de provisão para perdas que foram ajustados para que possam demonstrar os efeitos de maior dimplência considerando os impactos do COVID-19 na elaboração das informações contábeis intermediárias. Ainda sob os possíveis efeitos da redução ao valor recuperável nas informações contábeis intermediárias, a Companhia decorrem da perda estimada e incorrida por parte do devedor (da operação, tendo sua contraparticipa direta o valor presente das obrigações com investidores da securitização. Assim, no contexto das demonstrações financeiras, a Companhia há riscos de créditos que possam ser assumidos no âmbito da Companhia e consequentemente, sobre suas informações contábeis intermediárias. A Administração revisou os possíveis impactos e conclui que não existe ajustes ou considerações a serem realizadas nas informações contábeis findas em 31 de dezembro de 2020. **2. Base de elaboração e apresentação das informações financeiras e principais práticas contábeis adotadas: 2.1. Autorização:** Em conformidade com o Artigo 25, § 1º, incisos V a VI da Instrução CVM nº 480/09, os Diretores declaram que revisaram, discutiram e aprovaram as informações financeiras da Companhia e o relatório dos auditores independentes em 30 de março de 2021. **2.2. Base de apresentação:** As presentes demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras, bem significativos sujeitos a essas estimativas e premissas, por exemplo, a vida útil de ativos, provisão para riscos, provisão para litígios e riscos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, não superior a um ano. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, quando mensurados pelo valor justo. **2.3. Apuração do resultado:** As receitas, custos e despesas são contabilizados pelo regime de competência, incluindo os efeitos das atualizações monetárias incorridas sobre ativos e passivos indexados. **2.4. Imposto de renda e Contribuição social:** A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro tributável (lucro real) à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10%, e sua são para contribuição social à alíquota de 9%, conforme legislação em vigor. A Companhia não constituiu créditos tributários, quando sem recorrência somente no momento em que houver perspectiva consistente de sua realização. **2.5. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **2.6 Ativos financeiros e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constitucional como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **2.7. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido, no caso de ativo financeiro ou passivo financeiro não pelo valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias: **(i)** Custo amortizado; **(ii)** Valor justo por meio do resultado e **(iii)** Valor justo por meio de resultado abrangente. Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser exercível no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. **2.7. 1. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos principalmente com a finalidade ativa e frequente de negociação de curto prazo.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **Travessia Securitizadora de Creditos Financeiros XIV S.A.** São Paulo - SP - **Opinião sobre as demonstrações financeiras.** Examinamos as demonstrações financeiras da **Travessia Securitizadora de Creditos Financeiros XIV S.A. ("Companhia"),** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, e suas respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o período de 03 de julho de 2020 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2020, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Travessia Securitizadora de Creditos Financeiros XIV S.A.**, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 03 de julho de 2020 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações financeiras:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase - Impactos do Covid-19 nas demonstrações financeiras:** Sem ressalvar a nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1.1 as demonstrações financeiras, na qual a Sociedade avalia os impactos do COVID-19 em seus negócios e as ações em curso para mitigar seus efeitos. **Principais Assuntos de Auditoria ("PAA"):** Com exceção do assunto descrito na seção Base para opinião, não existem principais assuntos de auditoria a comunicar em nosso relatório. **Outras assuntos - Demonstração do Valor Adicionado (DVA):** Revisamos também as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros XIV S.A., cuja apresentação é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Estas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em seu agregado, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria com base nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detectar distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais, ou sobrepujar controles internos. Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e das respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza material, relacionada a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incertezas relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais ser capaz de manter a continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2021.

bakertilly

Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP-031.269/O-1

Fábio Rodrigo Muralo
Contador
CRC 1SP-212.827/O-0

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0032261-14.2020.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 22ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). FERNANDO HENRIQUE DE OLIVEIRA BIOLCATI, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) Ricardo Ferreira de Maio (CPF: 011.074.238-99), que a ação de Cobrança, de Procedimento Comum, ajuizada por Inexive Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S/A, foi julgada procedente, condenando-o ao pagamento da quantia de R$ 226.742,35 (julho de 2020). Estando o executado em lugar ignorado, foi deferida a intimação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, efetue o pagamento, sob pena de incidência de multa de 10%, pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% e expedição de mandado de penhora e avaliação. Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 do CPC sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 04 de março de 2021. 31/03 e 01/04/2021

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO

EU MIGUEL DONHA JR., **LEILOEIRO OFICIAL – JUCEPAR – 14/256L**, VENHO A PÚBLICO DECLARAR QUE NO MÊS DE ABRIL 2021 (DO DIA 06.04.2021 AO DIA 27.04.2021)
SERÃO REALIZADOS OS SEGUINTES LEILÕES :

Leilões de Abril/2021

On-Line
Rua Pedro Zanetti, 230 – Jd. Canguiri – Colombo - PR
06.04.2021 Terça-feira
Leilão Início 11h

On-Line
Rua Pedro Zanetti, 230 – Jd. Canguiri – Colombo - PR
13.04.2021 Terça-feira
Leilão Início 11h

On-Line
Rua Pedro Zanetti, 230 – Jd. Canguiri – Colombo - PR
20.04.2021 Quarta-feira
Leilão Início 11h

On-Line
Rua Pedro Zanetti, 230 – Jd. Canguiri – Colombo - PR
27.04.2021 Terça-feira
Leilão Início 11h

Miguel Donha JR LEILOEIRO OFICIAL
JECEPAR 14/256L
Fale conosco
www.donhaleiloes.com

EPT - ENGENHARIA E PESQUISAS TECNOLÓGICAS S/A. - CNPJ (MF) nº 60.730.645/0001-01 - NIRE 353.000.58861 - **Convocação de Assembleia Geral Ordinária** - Ficam convocados os senhores acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária **a realizar-se, na forma semipresencial, no dia 09 de abril de 2021 às 14:30 horas**, em sua sede social situada à Av. São João, 456 - Aymoré - Osasco / SP - CEP 06083-120, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **1)** Leitura, exame, discussão e votação do Relatório da Diretoria, Balanço patrimonial, e das demonstrações do resultado do exercício social encerrado em 31/12/2020; **2)** Destinação dos Lucros Líquidos do Exercício findo de 2020 e distribuições dos dividendos; **3)** Outros assuntos de interesse da Sociedade. Conforme disposto no artigo 5º da Lei 14.010/20, no §2º do artigo 121 da 6.404/74, inserido pela Medida Provisória nº 931 de 30 de março de 2020 e regulado pela INCREI n. 79, os acionistas poderão participar e votar mediante atuação remota, via aplicativo ZOOM, que lera o link previamente disponibilizado por e-mail ao endereço eletrônico previamente informado pelo acionista, até as 11h do dia da assembleia. Os acionistas representados por procuradores deverão enviar, até as 14h da data da assembleia, o instrumento de procuração com fins específicos, devidamente assinado, para o endereço eletrônico ept@ept.com.br **Jonas Francisco Correa Duarte** - Diretor Executivo, **Eduardo Antonio Serrano** - Diretor Comercial. Osasco, 30 de março de 2021.

Câmara aprova doação de crédito de energia para atividades essenciais

A Câmara dos Deputados aprovou na quarta-feira (31) o Projeto de Lei 2474/20, que permite aos micro e minigeradores de energia doarem créditos de excesso de energia elétrica gerada para atividades essenciais. A proposta segue para o Senado.

Pela proposta, toda vez que a energia gerada for maior que o consumo dos micro ou minigeradores em determinado mês, o crédito obtido pela injeção da energia excedente na rede de distribuição de energia poderá ser usada para diminuir o valor da conta de energia de hospitais, por exemplo, cujo consumo aumentou por causa do uso intensivo dos leitos de UTI. Atualmente, o crédito gerado, só pode ser usado pelo gerador da energia para abater o valor de contas de energia registradas em seu nome.

A medida vale por até 12 meses após o encerramento do período de emergência de saúde pública motivada pela pandemia do novo coronavírus.

A duração da situação de emergência é indeterminada. Cabe ao Ministério da Saúde, por meio do Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública (COE-nCoV), declarar o seu encerramento, mas o período não será maior que o tempo de emergência declarado pela Organização Mundial de Saúde, ainda em vigor.

O texto aprovado estendeu a possibilidade de destinação dos créditos, originalmente destinados somente a hospitais, asilos de idosos e outras entidades filantrópicas envolvidas no combate direto ao novo coronavírus.

Agora, eles também poderão ser destinados as atividades essenciais, que não podem ser alvo de limitações durante a pandemia, previstas no Decreto 10.282/20 do Poder Executivo.

O decreto lista mais de 50 atividades consideradas essenciais, entre elas estão serviços de assistência à saúde, segurança pública, de trânsito e transporte interestadual e internacional de passageiros, serviços postais, fiscalização ambiental e do trabalho; call centers, serviços de radiodifusão telecomunicações e internet, etc.

As doações podem ser feitas por pessoas físicas ou jurídicas, mas desde que os beneficiados estejam localizados na mesma área de abrangência da concessão de serviço de energia do doador. Além disso, o projeto diz ainda que a doação não poderá ser objeto de contrato comercial com qualquer contrapartida por parte do beneficiado.

Pela proposta, as concessionárias de distribuição de energia deverão gerenciar o procedimento de doação e recebimento do crédito. Para isso, um sistema deverá permitir o envio de comunicado pelo consumidor que detém os créditos e sua intenção de doá-los.

O comunicado deverá ocorrer em até 15 dias antes da próxima leitura do consumo de energia (ciclo de faturamento). Devem ser informados a quantidade de energia (em kWh) a ser cedida e a unidade consumidora a ser beneficiada. (Agencia Brasil)

Contas públicas têm déficit de R$ 11,77 bi em fevereiro

As contas públicas registraram saldo negativo em fevereiro deste ano. O setor público consolidado, formado por União, estados e municípios, apresentou déficit primário de R$ 11,770 bilhões no mês passado. Os dados foram divulgados na quarta-feira (31) pelo Banco Central (BC). O resultado ficou abaixo do de fevereiro de 2020, antes da pandemia de covid-19, quando o déficit primário foi de R$ 20,901 bilhões.

Segundo o chefe do Departamento de Estatísticas do BC, Fernando Rocha, a diferença é fruto do aumento de receitas acima do aumento de despesa. Na comparação interanual, a despesa do Tesouro Nacional cresceu 9,9% em termos reais, enquanto a despesa cresceu 2,3%. "Isso é resultado do aumento de arrecadação com a retomada das atividades econômicas [após o período mais grave da pandemia no ano passado], enquanto as despesas ficaram mais controladas", disse. Além disso, os governos estaduais também tiveram aumento de 3% na arrecadação com o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) no período.

Em 12 meses encerrados em fevereiro, as contas tiveram déficit primário de R$ 691,720 bilhões, uma redução de 9,4% para 9,2% do Produto Interno Bruto (PIB, soma de todos os bens e serviços produzidos no país), em relação ao registrado em janeiro (R$ 700,851 bilhões). "Mas esse resultado ainda é elevadíssimo e inclui todo o período de gastos extraordinários realizados no ano passado para o combate à covid-19", explicou.

O déficit primário representa o resultado positivo das contas do setor público (despesas menos receitas) desconsiderando o pagamento dos juros da dívida pública. No ano, entretanto, somados janeiro e fevereiro, há superávit de R$ 46,605 bilhões, em razão do superávit primário de R$ 58,375 bilhões de janeiro, que é um mês que tem características sazonais de freio nas despesas públicas.

No mês passado, o Governo Central (Previdência, Banco Central e Tesouro Nacional) apresentou déficit primário de R$ 22,508 bilhões ante R$ 26,893 bilhões de fevereiro de 2020. O montante difere do resultado divulgado ontem (25) pelo Tesouro Nacional, de déficit de R$ 21,217 bilhões em fevereiro, porque, além de considerar os governos locais e as estatais, o BC usa uma metodologia diferente, que leva em conta a variação da dívida dos entes públicos.

Já os governos estaduais registraram superávit de R$ 9,489 bilhões, que corresponde a 0,65% do PIB, o melhor resultado desde maio de 2012 para os estados. No mesmo mês do ano passado, houve superávit de R$ 4,267 bilhões para esses entes. Os governos municipais também anotaram superávit de R$ 1,037 bilhão em fevereiro deste ano – antes o superávit foi de R$ 982 milhão em fevereiro de

As empresas estatais federais, estaduais e municipais, ilustradas as dos grupos Petrobras e Eletrobras, também tiveram superávit primário de R$ 212 milhões no mês passado.

A meta para este ano, definida no Orçamento Geral da União, é de déficit primário de R$ 251,1 bilhões para o setor público consolidado. Em 2020, as contas públicas fecharam o ano com déficit primário recorde de R$ 702,950 bilhões, 9,49% do PIB. Foi o sétimo ano consecutivo de resultados negativos nas contas do setor público.

No caso dos gastos com juros, houve piora, e eles ficaram em R$ 29,197 bilhões em fevereiro, contra R$ 28,454 bilhões no mesmo mês de 2020. De acordo com Rocha, diversos fatores contribuíram para piorar e melhorar esse resultado.

O aumento das despesas com juros foi influenciado pela elevação dos índices de preços, em especial a inflação, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Além disso, houve aumento do estoque da dívida. "Maior endividamento leva a uma maior conta de juros", explicou.

No sentido contrário, houve uma contribuição positiva na conta pela influência das operações do Banco Central no mercado de câmbio (swap cambial, que é a venda de dólares no mercado futuro). Os resultados dessas operações são transferidos para o pagamento dos juros da dívida pública, como receita, quando há ganhos, e como despesa, quando há perdas. Segundo Rocha, em fevereiro deste ano, as perdas foram menores com swap, de R$ 5,1 bilhões. Já em fevereiro do ano passado, as perdas foram de R$ 7,6 bilhões.

Se comparado com o mês anterior, o resultado dos juros em fevereiro também foi melhor em razão da melhora nos swaps. Em janeiro deste ano, os gastos com juros foram de R$ 40,446 bilhões.

Em fevereiro, o déficit nominal, formado pelo resultado primário e os gastos com juros ficou em R$ 40,966 bilhões, contra o resultado negativo de R$ 49,355 bilhões em igual mês de 2020. Em 12 meses, ele acumula pouco mais de R$ 1 trilhão, ou 13,4% do PIB. O resultado nominal é levado em conta pelas agências de classificação de risco ao analisar o endividamento de um país, indicador levado em consideração por investidores. (Agência Brasil)

BRASULA

BRASILATA TRADING S/A

CNPJ - MF 59.920.553/0001-05
Demonstrações Financeiras em 31.12.2020 - (Em Milhares de Reais)

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, esta Diretoria vem submeter à apreciação de V. S.as., as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 2020.
São Paulo, 23 de março de 2021. ***A Administração***

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Valores expressos em milhares de Reais)*

ATIVO	2020	2019
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	869	1.784
Contas a receber	9.802	1.109
Adiantamentos Cambiais Entregues	15.797	10.802
Estoques	30	30
Adiantamentos a fornecedores	2.475	6
Impostos a recuperar	367	112
Despesas antecipadas	180	142
Total do ativo circulante	**29.520**	**13.985**
Ativo não circulante		
Créditos tributários	53	53
Partes relacionadas	-	21.557
Total do ativo não circulante	**53**	**21.610**
Total do ativo	**29.573**	**35.595**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2020	2019
Passivo circulante		
Financiamentos	5.207	14.455
Adiantamentos Cambiais Entregues	15.797	10.802
Fornecedores	1.645	879
Obrigações tributárias	2	6
Obrigações trabalhistas	55	49
Adiantamentos de clientes	3	2
Total do passivo circulante	**22.709**	**26.193**
Passivo não circulante		
Financiamentos	2.222	5.556
Total do passivo não circulante	**2.222**	**5.556**
Patrimônio líquido		
Capital social	2.000	2.000
Lucros retidos	2.642	1.846
	4.642	**3.846**
Total do passivo e patrimônio líquido	**29.573**	**35.595**

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)

	2020	2019
Receita operacional bruta	78.883	41.824
Deduções e impostos s/ vendas	3	(1.188)
Receita operacional líquida	**78.887**	**40.636**
Custo das mercadorias vendidas	(62.496)	(33.072)
Lucro bruto	**16.391**	**7.564**
Receitas (despesas) operacionais		
Despesas gerais e administrativas	(825)	(808)
Despesas comerciais	(9.709)	(6.575)
Despesas financeiras	(13.103)	(4.057)
Receitas financeiras	8.254	3.593
Outras receitas e despesas	14	(4)
	(15.369)	(7.851)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**1.022**	**(287)**
Imposto de renda e contribuição social	(226)	-
Lucro líquido do exercício	**796**	**(287)**

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)

Das Atividades Operacionais	2020	2019
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.022	(287)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa líquido gerado nas atividades operacionais:		
Despesa de juros	-	3
	1.022	(284)
Mudanças nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	(8.693)	125
Estoques	-	3
Adiantamentos a fornecedores	(2.469)	71
Outros créditos	(293)	(140)
Partes relacionadas	21.557	(18.671)
Fornecedores	766	277
Obrigações tributárias	(4)	3
Obrigações trabalhistas	6	10
Contas a pagar	-	-
Adiantamentos de clientes	-	(1)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(226)	-
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	11.667	(18.607)
Das atividades de financiamento		
Financiamentos bancários	-	20.895
Pagamento de financiamento bancário	(12.582)	(1.105)
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(12.582)	19.790
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	(915)	1.183
Caixa e equivalentes a caixa		
No início do período	1.784	601
No final do período	869	1.784
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	(915)	1.183

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital social	Lucros retidos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31.12.2018	2.000	2.135	-	4.135
Lucro líquido do exercício	-	-	(287)	(287)
Reserva legal	-	43	(43)	-
Retenção de lucros	-	(330)	330	-
Saldos em 31.12.2019	2.000	1.846	-	3.846
Lucro líquido do exercício	-	-	796	796
Reserva legal	-	40	(40)	-
Retenção de lucros	-	756	(756)	-
Saldos em 31.12.2020	2.000	2.642	-	4.642

A íntegra das demonstrações financeiras, auditadas pela KPMG AUDITORES INDEPENDENTES, está à disposição dos acionistas na sede da companhia.

Amélia Ramos Heleno Diretora/Presidente | **Tiago Heleno Forte** Diretor Superintendente | **Alexandre Gonçalves** Diretor | **Luiz Cláudio Siqueira** Diretor | **João Vicente de Masi Tuma** Diretor | **Alexandre Amaral Piazza** Diretor | **Carlos Rosmundo Wermann** Contador - CRC/RS 053005-O

GERU SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A

CNPJ nº 28.394.391/0001-95

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras, acompanhadas das notas explicativas, da Geru Sociedade de Crédito Direto S.A., relativas ao período findo em 30 de junho de 2020 que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Operacionalização: A Companhia tem por objeto a realização de empréstimos e de financiamentos exclusivamente por meio de plataforma eletrônica e emissão de moeda eletrônica, nos termos da regulamentação em vigor. Desempenho: A Companhia, autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil em 13 de maio de 2020, encerrou, em base de estruturação de suas operações, de modo que, no período findo, não haviam resultados auferidos. Agradecimentos: Agradecemos aos acionistas, aos clientes e à rede de parcerias pela confiança e pela credibilidade e em especial aos nossos colaboradores, pela dedicação e pelo empenho que possibilitaram o desenvolvimento de nossos serviços. Permanecemos à disposição de V.Sas. para prestar quaisquer esclarecimentos necessários.

A Administração
São Paulo, 30 de março de 2021.

Balanços patrimoniais em 30 de junho de 2020 *(Em milhares de Reais)*

ATIVO	Nota	30/06/2020	31/12/2019
Caixa e equivalentes de caixa		-	-
Total ativo circulante		-	-
Total ativo		-	-

PASSIVO	Nota	30/06/2020	31/12/2019
Capital Social	4	1.000	-
Capital a integralizar	4	(1.000)	-
Total do patrimônio líquido		-	-
Total passivo		-	-

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para o período findo em 30 de junho de 2020 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Capital social	Capital a Integralizar	Reservas de capital	Prejuízos acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2019		-	-	-	-	-
Aumento de Capital	4	1.000	(1.000)	-	-	-
Resultado do período		-	-	-	-	-
Saldo em 30 de junho de 2020		**1.000**	**(1.000)**	-	-	-
Variação das mutações em 2020		**1.000**	**(1.000)**	-	-	-

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultados - Para o período findo em 30 de junho de 2020 *(Em milhares de Reais)*

	Notas	30/06/2020	30/06/2019
Lucro Bruto		-	-
Resultado antes da receitas (despesas) financeiras líquidas		-	-
Despesas financeiras líquidas		-	-
Resultado do período		-	-
Quantidade de ações		1.000	-
Prejuízo por ação		-	-

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes - Para o período findo em 30 de junho de 2020 *(Em milhares de Reais)*

	30/06/2020	30/06/2019
Resultado do período	-	-
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do período	-	-

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Para o período findo em 30 de junho de 2020 *(Em milhares de Reais)*

	30/06/2020	30/06/2019
Lucro (Prejuízo) do período	-	-
Caixa utilizado nas atividades operacionais	-	-
Caixa proveniente das atividades de financiamento	-	-
Caixa proveniente das atividades de investimento	-	-
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	-	-
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	-	-

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais)*

1. Contexto operacional: A Geru Sociedade de Crédito Direto S.A. foi constituída em 19 de agosto de 2019, é uma instituição domiciliada no Brasil, subsidiária da Geru Holding Limited, com sua sede social na Rua Inácio Pereira da Rocha, 514, Pinheiros, São Paulo, Capital, cuja autorização para operar foi concedida pelo Banco Central do Brasil em 13 de maio de 2020, e cujo prazo para início de suas atividades é de um ano, após autorização obtida. Em 30 de junho de 2020 a empresa encontra- se em fase pré-operacional e não possui cadastro nacional de pessoas jurídicas - CNPJ emitido pela Receita Federal do Brasil, conforme mencionado na NE 7. A Companhia tem por objeto a realização de empréstimos e de financiamentos exclusivamente por meio de plataforma eletrônica e emissão de moeda eletrônica, nos termos da regulamentação em vigor.

2. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras: 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com observância das disposições emanadas da Lei da Sociedade por Ações, com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: • Resolução CMN nº 3.566/08 - Redução ao valor recuperável de ativos (CPC 01); • Resolução CMN nº 3.604/08 - Demonstração do fluxo de caixa (CPC 03); • Resolução CMN nº 3.823/09 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (CPC 25); • Resolução CMN nº 3.973/11 - Evento subsequente (CPC 24); • Resolução CMN nº 3.989/11 - Pagamento baseado em ações (CPC 10); • Resolução CMN nº 4.007/11 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro (CPC 23); • Resolução CMN nº 4.144/12 - Pronunciamento Conceitual Básico (R1); • Resolução CMN nº 4.424/15 Benefícios a empregados (CPC 33); • Resolução CMN nº 4.524/16 Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis (CPC 02); • Resolução CMN nº 4.534/16 Ativo intangível (CPC 04); • Resolução CMN nº 4.535/16 Ativo Imobilizado (CPC 27); • Resolução CMN nº 4.636/18 Divulgação sobre partes relacionadas (CPC 05 R1); • Resolução CMN nº 4.748/19 Mensuração do valor justo (CPC 46).

3. Descrição das principais práticas contábeis: 3.1. Moeda funcional: Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.2. Apuração do resultado: O regime de apuração do resultado é o de competência. **3.3. Uso de estimativas contábeis:** A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil, requer que a Administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, como provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, imposto de renda diferido, provisão para contingências e valorização de instrumentos financeiros ativos e passivos. A liquidação dessas transações envolvendo essas estimativas pode resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Em 30 de junho de 2020 a empresa não possui saldos sujeitos a aplicação de estimativas.

3.4. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, cujo vencimento seja igual ou inferior a 90 dias, contados da data da aplicação, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo. Essas aplicações são utilizadas pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **3.5. Aplicações interfinanceiras de liquidez:** As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Em 30 de junho de 2020 a empresa não possui investimentos em aplicações interfinanceiras. **3.6. Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários são classificados em três categorias, de acordo com a intenção de negociação pela Administração, conforme estabelecido pela Circular Bacen nº 3.068 de 8 de novembro de 2001: (i) Títulos para negociação: adquiridos com o objetivo de serem ativa e, frequentemente, negociados, são ajustados pelo valor de mercado, em contrapartida ao resultado do período; (ii) Títulos disponíveis para venda: que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento, são ajustados ao valor de mercado em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e (iii) Títulos mantidos até o vencimento: adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados, pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Em 30 de junho de 2020 a empresa não possui investimentos em títulos e valores mobiliários. **3.7. Outros ativos:** São demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de realização. Em 30 de junho de 2020 a empresa não possui outros ativos. **3.8. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Técnicos, aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do Banco Central do Brasil: (i) Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações contábeis, exceto quando a existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais cabem recursos de natureza não cumprida; (ii) Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação; e (iii) Obrigações legais - ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações fiscais e tributárias, quanto do montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Em 30 de junho de 2020 a empresa não possui ativos, passivos contingentes ou obrigações legais. **3.9. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda da companhia e a contribuição social sobre o lucro líquido são calculados, quando aplicável, com base no lucro tributável ajustado nos termos da legislação pertinente, para o Imposto de renda a uma alíquota de 15%, com o adicional de 10% do adicional, e para a Contribuição social sobre o lucro a uma alíquota de 9%, conforme regulamentado pela Receita Federal, para PJ em geral tributada pelo Lucro Real. Em 30 de junho de 2020 a empresa não possui base tributável. **3.10. Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços. Em 30 de junho de 2020 a empresa não possui outros passivos circulantes ou exigíveis a longo prazo. **3.11. Normas e interpretações alteradas:** A Resolução CMN nº 4.720/2019 e seus normativos complementares subsequentes (Circular nº 3.959/2019, BCB 02/2020), a partir de 01 de janeiro de 2020, alteram os critérios gerais de elaboração e divulgação das demonstrações contábeis até então vigentes: (i) a nomenclatura de rubricas e grupamentos constantes no balanço, demonstração de resultados e demonstração de resultados abrangentes; (ii) a apresentação das contas do ativo e do passivo exclusivamente por ordem de liquidez e exigibilidade de modo que a divulgação da abertura de segregação entre circulante e não circulante passa a ser apresentada apenas nas respectivas notas periódicas, havendo no entanto, a prerrogativa de não apresentar exclusivamente por ordem de liquidez, contanto que evidenciado em notas explicativas o montante esperado a ser realizado ou liquidado em até doze meses e em prazo superior para cada item apresentado no ativo e no passivo, conforme estabelecido pela Resolução BCB 02. Tais alterações não trazem reflexos nas divulgações de 30 de junho de 2020.

4. Patrimônio líquido: Em 30 de junho de 2020, o capital da Companhia é de R$1.000, dividido em 1.000 de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, subscrito pelos acionistas Geru Holding Limited, controladora, e Sandro Weinfeld Reisa. O montante de R$ 1.000 foi integralizado na data base da divulgação. A integralização ocorreu em fevereiro de 2021, conforme divulgado na ata de Assembleia Geral Extraordinária nº 01. **Dividendos:** Os acionistas terão direito a receber, como dividendo obrigatório, em cada exercício, um percentual equivalente a, no mínimo, 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício.

5. Partes relacionadas: Para atendimento da Resolução nº 4.636/18 e também ao Pronunciamento Técnico CPC 05 - Divulgação de Partes Relacionadas, foi definido como partes relacionadas: (i) Pessoal chave dessa instituição: todos os membros que compõem sua Diretoria. (ii) Empresas ligadas: Geru Financeira - CNPJ em 17 de julho de 2020; (iii) Em 25 de fevereiro de 2021 foi integralizado o montante de R$ 1.000.

6. Índice de Basileia: O Geru SCD encontra- se nos limites estabelecidos na Resolução nº 4.606/17. Em 30 de junho de 2020, a empresa não efetuou nenhuma operação, não havendo, portanto, parâmetros a serem auferidos para fins de cálculo. (RWA_{ob} e PR_{ob}).

7. Eventos subsequentes: (i) A Geru SCD obteve o registro no cadastro nacional de pessoas jurídicas - CNPJ em 17 de julho de 2020; (ii) Em 25 de fevereiro de 2021 foi integralizado o montante de R$ 1.000.

A DIRETORIA — **Contador: Samantha Paludetto Flores Melgas** - CRC 1SP333402

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas
da Geru Sociedade de Crédito Direto S.A.
São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Geru Sociedade de Crédito Direto S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo em 30 de junho de 2020, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o sumário das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Geru Sociedade de Crédito S.A em 30 de junho de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo em 30 de junho de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração (adaptar nomenclatura e/ou inclusão de outras informações apresentadas) e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração (adaptar nomenclatura e/ou inclusão de outras informações apresentadas) e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração (adaptar nomenclatura e/ou inclusão de outras informações apresentadas), somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos nosso julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação

GRUPO SBF S.A.

CNPJ/ME nº 13.217.485/0001-11 - NIRE 35.300.394.458
Companhia aberta
Aviso aos Acionistas

GRUPO SBF S.A. inscrita no CNPJ/ME sob o nº 13.217.485/0001-11, com sede na Rua Hugo D'Antola, nº 200, Bloco A, Lapa, CEP 05038-090, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ("Companhia"), comunica aos seus acionistas que, nos termos do artigo 133 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, o relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, as demonstrações financeiras acabadas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e o parecer da KPMG Auditores Independentes, bem como os demais documentos pertinentes à ordem do dia da assembleia geral ordinária e extraordinária da Companhia a se realizar em 30 de abril de 2021 encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, na página de relações com investidores da Companhia (ri.gruposbf.com), no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e no site da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br). São Paulo, 30 de março de 2021.

AZEVEDO & TRAVASSOS S.A.

CNPJ/ME 61.351.532/0001-68
COMPANHIA ABERTA
AVISO AOS ACIONISTAS

Comunicamos que, após a realização da reunião do Conselho de Administração da Companhia, em 31.03.2021, foram alterados o endereço da sede da Companhia, na sua sede bem como nos "sites" da Companhia, da CVM e da BM&FBOVESPA, os documentos do Artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relatórios ao encerrar de 31.12. 2020. São Paulo, 31 de março de 2021.

BAERLOCHER DO BRASIL S.A.

CNPJ nº 43.821.164/0001-92

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

Balanço Patrimonial - Sintético (Em MR$)

	2020	2019
Ativo		
Circulante	136.678	101.492
Não circulante	48.909	49.104
Total do ativo	185.587	150.596
Passivo e Patrimônio Líquido	**2020**	**2019**
Circulante	80.483	61.331
Não circulante	7.777	4.401
Patrimônio líquido	97.334	84.862
Total do passivo e patrimônio líquido	185.587	150.596

Demonstrações dos Resultados - Sintético (Em MR$)

	2020	2019
Receita Operacional líquida	303.425	227.538
Lucro Bruto	66.993	43.860
Resultado Financeiro Líquido	630	(1.226)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	43.644	22.949
Lucro Líquido do Exercício	28.347	16.184

Juarez da Silva Costa - Diretor-Presidente
Sueli Aparecida Sant'Ana Nunes - TC CRC 1SP206089/O-3

As Notas Explicativas na íntegra e o Relatório do Auditor Independente encontram-se na sede da Sociedade.

J.A. Agropecuária e Comercial S/A

CNPJ nº 59.472.050/0001-14

Relatório da Diretoria

Senhores acionistas, Em cumprimento às disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação de V.Sas as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31.12.2015. A Diretoria permanece à disposição dos senhores acionistas para prestar os esclarecimentos que forem necessários.

Balanço Patrimonial

Ativo	2015	2014
Circulante	**4.760.350,21**	**8.913.742,05**
Disponibilidades: Caixa Geral	32.508,54	30.013,23
Bancos conta Movimento	1.726,04	530,66
Clientes:	**192.577,09**	**1.139.600,20**
Outros Créditos	**169.228,54**	**150.997,29**
Contas Correntes	14.163,61	14.163,61
Adiantamento a Fornecedores	155.064,93	136.833,68
Colheita em Andamento	**3.710.912,95**	**4.017.859,53**
Lavoura Cana	2.265.006,01	2.265.006,01
Lavoura Café	1.445.906,94	1.752.853,52
Valores a Resgatar		
Impostos Recuperáveis	24.517,68	31.921,77
Despesas Diferidas	**698.489,39**	**3.542.918,87**
Não Circulante	**8.251,04**	**2.237.867,04**
Contas Correntes	**8.251,04**	**2.277.867,04**
Créditos com Sócios		2.204.627,29
Aplicações Compulsórias	1.192,93	1.192,93
Depósito na Justiça do Trabalho	7.058,11	71.847,43
Permanente	**148.033.236,32**	**148.492.436,54**
Imobilizado	**148.033.236,32**	**148.492.436,54**
Propriedades Agrícolas	127.906.521,32	127.906.521,32
Benfeitorias	21.925.951,39	21.925.951,39
Casa e Vilas Residencial	2.913.386,49	2.913.386,49
Culturas Permanentes	7.930.267,86	7.930.267,86
Outras Imobilizações	3.193.340,34	3.193.340,34
(-) Depreciações Acumuladas	(15.836.251,08)	(15.377.040,86)
Total do Ativo	**152.831.835,57**	**159.694.046,23**

Passivo	2015	2014
Circulante	**3.247.912,13**	**2.585.135,17**
Fornecedores	24.695,42	109.848,65
Contas Correntes	266.845,18	
Obrigações Trabalhistas	1.206.739,13	1.205.493,54
Impostos a Pagar	1.900.292,76	1.269.794,98
Não Circulante	**27.086.391,15**	**32.998.614,10**
Financiamentos	9.430.346,86	12.095.594,70
Contas Correntes - Acionistas		518.617,43
Empréstimos de Terceiros	17.656.014,49	19.984.401,97
Patrimônio Líquido	**122.497.532,29**	**124.508.297,30**
Capital Social	141.420.000,00	141.420.000,00
Reservas de Capital	1.440,21	1.440,21
Prejuízos Acumulados	(18.923.907,92)	(16.913.142,91)
Total do Passivo	**152.831.835,57**	**159.694.046,23**

Demonstração do Resultado do Exercício Findo em 31/12/2015 e 2014

	2015	2014
Receita Bruta de Vendas	**614.802,95**	**91.488,05**
(-) Deduções das Vendas	(17.521,68)	(2.607,41)
Receita Líquida	**597.281,07**	**88.880,64**
(-) Custo das Vendas	(430.362,07)	(64.115,44)
Lucro Bruto	**166.919,00**	**24.765,20**
(-) Despesas Operacionais	**(3.858.915,86)**	**(1.795.583,93)**
Administrativas	(1.456.382,52)	(1.547.330,18)
Tributárias	(307.599,00)	(21.716,60)
Financeiras Líquidas	(2.014.934,74)	(37.076,53)
Outras Receitas/Despesas Operacionais	**2.866.440,90**	**702.895,16**
Aluguéis e Arrendamentos	2.873.747,93	702.895,16
Perdas	(7.304,11)	(77.723,77)
Resultado Operacional	**(825.556,00)**	**(1.068.013,57)**
Lucro ou (-) Prejuízo do Exercício	**(825.556,00)**	**(1.068.013,57)**

Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados

	2015	2014
Saldo anterior de prejuízos acumulados	**(16.913.142,91)**	**(15.845.129,34)**
(-) Ajustes Devedores		
Exercícios anteriores	(1.185.178,95)	
Ajuste de exercício	(825.556,00)	(1.068.013,57)
Prejuízos acumulados	**(18.923.877,92)**	**(16.913.142,91)**

monetárias até 1995. Os bens são depreciados pelo método linear, com base nas vidas úteis estimadas. **Nota 02 – Profissões Contábeis:** As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade as práticas contábeis adotadas no Brasil e a legislação societária. **Nota 03 – Patrimônio Líquido: a) Capital Social:** O capital social da Empresa J.A. Agropecuária e Comercial S/A no valor de R$ 141.420.000,00, está representado por ações ordinárias.

Maria Cristina Moreno Atalla Curi - Diretora
Geraldo Mendes dos Santos - CRC 1MG031485/O-6

J.A. Agropecuária e Comercial S/A

CNPJ nº 59.472.050/0001-14

Relatório da Diretoria

Senhores acionistas, Em cumprimento às disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação de V.Sas as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31.12.2016. A Diretoria permanece à disposição dos senhores acionistas para prestar os esclarecimentos que forem necessários.

Balanço Patrimonial

Ativo	2016	2015
Circulante	**3.583.571,48**	**4.760.350,21**
Disponibilidades: Caixa Geral	48.275,34	32.508,54
Bancos com Movimento	2.037,28	1.726,04
Clientes: Clientes		192.577,09
Outros Créditos	**176.728,54**	**169.228,54**
Contas Correntes	14.163,61	14.163,61
Adiantamento a Fornecedores	162.564,73	155.064,93
Colheita em Andamento	**3.242.794,94**	**3.710.912,95**
Lavoura Cana	2.265.006,01	2.265.006,01
Lavoura Café	977.788,93	1.445.906,94
Valores a Resgatar: Impostos Recuperáveis	24.517,68	24.517,68
Despesas Diferidas	**89.217,72**	**698.489,39**
Não Circulante	**1.012.315,16**	**8.251,04**
Contas Correntes	**1.012.315,16**	**8.251,04**
Crédito com Sócios	998.091,88	
Aplicações Compulsórias	1.192,93	1.192,93
Depósito na Justiça do Trabalho	13.030,35	7.058,11
Permanente	**147.574.327,84**	**148.033.236,32**
Imobilizado	**147.574.327,84**	**148.033.236,32**
Propriedades Agrícolas	127.906.521,32	127.906.521,32
Benfeitorias	21.925.951,39	21.925.951,39
Casa e Vilas Residencial	2.913.386,49	2.913.386,49
Culturas Permanentes	7.930.267,86	7.930.267,86
Outras Imobilizações	3.193.340,34	3.193.340,34
(-) Depreciações Acumuladas	(16.295.140,58)	(15.836.251,08)
Total do Ativo	**152.170.174,48**	**152.831.835,57**

Passivo	2016	2015
Circulante	**3.502.633,35**	**3.604.525,17**
Fornecedores	29.113,89	66.316,58
Contas Correntes	333.150,29	316.393,19
Obrigações Trabalhistas	1.078.634,46	1.206.739,13
Impostos a Pagar	2.061.734,71	2.468.795,94
Não Circulante	**21.275.890,75**	**23.456.303,19**
Financiamentos	8.567.935,35	9.430.346,86
Contas Correntes - Acionistas	606.992,98	104.376,78
Empréstimos de Terceiros	13.701.874,52	16.444.421,08
Patrimônio Líquido	**121.210.372,24**	**124.968.401,30**
Capital Social	141.420.000,00	141.420.000,00
Reservas de Capital	1.440,21	1.440,21
Prejuízos Acumulados	(20.211.068,97)	(16.572.494,09)
Total do Passivo	**145.988.899,34**	**152.170.174,48**

Demonstração do Resultado do Exercício Findo em 31/12/2017 e 2016

	2017	2016
Receita Bruta de Vendas	**1.021.080,44**	**614.802,95**
(-) Deduções das Vendas	(29.118,27)	(17.521,68)
Receita Líquida	**992.575,17**	**597.281,07**
(-) Custo das Vendas	(818.130,93)	(430.362,07)
Lucro Bruto	**74.455,17**	**166.919,00**
(-) Despesas Operacionais	**(1.331.269,23)**	**(3.858.915,86)**
Administrativas	(798.754,12)	(1.456.382,52)
Tributárias	(209.934,90)	(307.599,00)
Financeiras Líquidas	(322.579,61)	(2.014.934,74)
Outras Receitas/Despesas Operacionais	**(3.557.186,18)**	**2.866.440,90**
Aluguéis e Arrendamentos	3.557.080,12	2.873.744,91
Perdas		(7.304,11)
Indenizações Recebidas	106,06	
Resultado Operacional	**2.308.372,12**	**(825.556,00)**
Despesas não Operacionais		
Lucro ou (-) Prejuízo do Exercício	**2.308.372,12**	**(825.556,00)**

Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados

	2017	2016
Saldo anterior de prejuízos acumulados	**(18.923.877,92)**	**(16.913.142,91)**
(-) Ajustes Devedores Exercícios anteriores	59.911,71	(1.185.178,95)
Lucros ou (-) Prejuízo do exercício	2.308.372,12	(825.556,00)
Prejuízos acumulados	**(16.572.494,09)**	**(18.923.877,92)**

Demonstração do Resultado do Exercício Findo em 31/12/2018 e 2017

	2018	2017
(-) Despesas Operacionais	**(1.850.464,81)**	**(1.331.269,23)**
Administrativas	(33.468,43)	(798.754,12)
Tributárias	(678.132,12)	(209.934,90)
Financeiras Líquidas	(1.138.864,26)	(322.579,61)
Outras Receitas/Despesas Operacionais	**4.579.235,31**	**5.431.271,31**
Aluguéis e Arrendamentos	4.579.235,31	4.759.590,95
Recuperação Fiscal Lei 13.496	(140.464,27)	671.680,36
Resultado Operacional	**2.728.770,50**	**4.328.701,86**
Despesas Não Operacionais		**(8.050.010,50)**
Perdas na Alienação de Imobilizado		(5.007.923,98)
Perdas, Deterioração Bens Móveis		(3.042.534,54)
Lucro ou (-) Prejuízo do Exercício	**(3.928.770,50)**	**(3.921.967,06)**

Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados

	2018	2017
Saldo anterior de prejuízos acumulados	**(20.211.068,97)**	**(16.572.494,09)**
(-) Ajustes Devedores Exercícios anteriores	(882.085,36)	
Recuperação Prejuízo Fiscal	1.562.582,02	(945.498,54)
Lucros ou (-) Prejuízo acumulados Lucro real	(18.848.484,95)	(3.921.967,06)
Prejuízos acumulados		(20.211.068,97)
Lucro Líquido do Período	**3.928.770,50**	

Comercial S/A no valor de R$ 141.420.000,00, está representado por ações ordinárias. **Nota 04 – Lucros ou Prejuízos Acumulados:** Em 2018 a Empresa J.A. Agropecuária e Comercial S/A mudou o regime de tributação, saindo do Lucro Real para Lucro Presumido, ficando com prejuízos acumulados do regime do Lucro Real a compensar no valor de R$ 18.848.484,95. O lucro apurado no regime Lucro Presumido em 2018, no valor de R$ 3.080.373,23 foi transferido para a conta Lucros a Distribuir.

Maria Cristina Moreno Atalla Curi - Diretora
Geraldo Mendes dos Santos - CRC 1MG031485/O-6

J.A. Agropecuária e Comercial S/A

CNPJ nº 59.472.050/0001-14

Relatório da Diretoria

Senhores acionistas, Em cumprimento às disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação de V.Sas as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31.12.2017. A Diretoria permanece à disposição dos senhores acionistas para prestar os esclarecimentos que forem necessários.

Balanço Patrimonial

Ativo	2017	2016
Circulante	**3.076.700,20**	**3.583.571,48**
Disponibilidades: Caixa Geral	48.275,34	48.275,34
Bancos com Movimento		2.037,28
Clientes: Clientes	3.004.391,14	
Outros Créditos	**176.728,54**	**176.728,54**
Contas Correntes	14.163,61	14.163,61
Adiantamento a Fornecedores	162.564,73	162.564,73
Valores a Resgatar: Impostos Recuperáveis	391.086,72	391.147,66
Despesas Diferidas	**89.217,72**	**89.217,72**
Não Circulante	**1.767.069,01**	**1.012.315,16**
Contas Correntes	**1.767.069,01**	**1.012.315,16**
Crédito com Sócios	1.765.876,08	157.960,37
Aplicações Compulsórias	1.192,93	1.192,93
Permanente	**142.149.975,84**	**142.149.975,84**
Imobilizado	**142.149.975,84**	**142.149.975,84**
Propriedades Agrícolas	127.906.521,32	127.906.521,32
Benfeitorias	21.925.951,39	21.925.951,39
Casa e Vilas Residencial	2.913.386,49	2.913.386,49
Culturas Permanentes	514.444,48	514.444,48
Outras Imobilizações	3.193.340,34	3.193.340,34
(-) Depreciações Acumuladas	(14.303.618,18)	(14.303.618,18)
Total do Ativo	**146.992.873,17**	**145.988.888,34**

Passivo	2018	2017
Circulante	**1.807.867,57**	**3.502.633,35**
Fornecedores	7.152,25	29.113,89
Contas Correntes	273.790,20	333.150,29
Obrigações Trabalhistas	242.199,64	1.078.634,46
Impostos a Pagar	1.258.910,08	2.061.734,71
Parcelamento Ordinário CORNS-5856	45.222,39	
Não Circulante	**16.002.670,84**	**21.275.890,75**
Financiamentos	7.567.935,35	8.567.935,35
Contas Correntes - Acionistas	364.536,06	606.992,98
Empréstimos de Terceiros	12.730.638,43	13.701.874,52
Patrimônio Líquido	**126.701.725,76**	**121.210.373,24**
Capital Social	141.420.000,00	141.420.000,00
Reservas de Capital	1.440,21	1.440,21
Prejuízos Acumulados	(18.648.484,95)	(20.211.068,97)
Lucros ou Prejuízos Líquido	3.928.770,50	
Total do Passivo	**144.512.273,17**	**145.988.888,34**

Demonstração do Resultado do Exercício Findo em 31/12/2019 e 2018

	2019	2018
(-) Despesas Operacionais	**(1.050.464,81)**	**(1.102.539,45)**
Administrativas	(33.468,43)	(656.272,49)
Tributárias	(678.132,12)	(277.443,45)
Financeiras Líquidas	(338.864,26)	(168.823,51)
Outras Receitas/Despesas Operacionais	**4.579.235,31**	**5.431.271,31**
Aluguéis e Arrendamentos	4.579.235,31	4.759.590,95
Recuperação Fiscal Lei 13.496		671.680,36
Resultado Operacional	**3.080.373,23**	**3.928.770,50**
Lucro ou (-) Prejuízo do Exercício	**3.080.373,23**	**3.928.770,50**

Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados

	2019	2018
Saldo anterior de prejuízos acumulados	(18.648.484,95)	(20.211.068,97)
Recuperação Prejuízo Fiscal	(488.489,14)	1.562.582,02
Lucros ou (-) Prejuízo acumulados Lucro real	(18.199.995,81)	(18.648.484,95)
Lucro Líquido do Período	3.080.373,23	3.928.770,50
Prejuízos acumulados	(15.119.622,58)	(14.719.714,45)

Empresa J.A. Agropecuária e Comercial S/A no valor de R$ 141.420.000,00, está representado por ações ordinárias. **Nota 04 – Lucros ou Prejuízos Acumulados:** Em 2018 a Empresa J.A. Agropecuária e Comercial S/A mudou o regime de tributação, saindo do Lucro Real para Lucro Presumido, ficando com prejuízos acumulados do regime do Lucro Real a compensar no valor de R$ 18.199.995,81. O lucro apurado no regime Lucro Presumido em 2019, no valor de R$ 3.080.373,23 foi transferido para a conta Lucros a Distribuir.

Maria Cristina Moreno Atalla Curi - Diretora
Geraldo Mendes dos Santos - CRC 1MG031485/O-6

J.A. Agropecuária e Comercial S/A

CNPJ nº 59.472.050/0001-14

Relatório da Diretoria

Senhores acionistas, Em cumprimento às disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação de V.Sas as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31.12.2018. A Diretoria permanece à disposição dos senhores acionistas para prestar os esclarecimentos que forem necessários.

Balanço Patrimonial

Ativo	2019	2018
Circulante	**129.018,15**	**595.229,32**
Disponibilidades: Caixa Geral		48.275,34
Clientes: Clientes	-	-
Outros Créditos	-	**176.728,54**
Contas Correntes	1.192,93	14.163,61
Adiantamento a Fornecedores	-	162.564,73
Valores a Resgatar: Impostos Recuperáveis	39.800,43	281.008,72
Despesas Diferidas	**89.217,72**	**89.217,72**
Não Circulante	**1.192,93**	**1.767.069,01**
Contas Correntes	**1.192,93**	**1.767.069,01**
Crédito com Sócios	-	1.765.876,08
Aplicações Compulsórias	1.192,93	1.192,93
Permanente	**142.149.975,84**	**142.149.975,84**
Imobilizado	**142.149.975,84**	**142.149.975,84**
Propriedades Agrícolas	127.906.521,32	127.906.521,32
Benfeitorias	21.925.951,39	21.925.951,39
Casa e Vilas Residencial	2.913.386,49	2.913.386,49
Culturas Permanentes	514.444,48	514.444,48
Outras Imobilizações	3.193.340,34	3.193.340,34
(-) Depreciações Acumuladas	(14.303.618,18)	(14.303.618,18)
Total do Ativo	**142.280.186,92**	**144.512.273,17**

Passivo	2019	2018
Circulante	**4.794.409,76**	**1.807.867,57**
Fornecedores	273.790,20	7.152,25
Dividendos a Pagar	3.928.770,50	
Obrigações Trabalhistas		242.199,64
Impostos a Pagar	587.849,07	1.258.910,08
Parcelamento Ordinário CORNS-5856	24.555,09	45.222,39
Não Circulante	**11.183.963,53**	**16.002.670,84**
Financiamentos		2.997.535,35
Contas Correntes - Acionistas		364.536,06
Empréstimos de Terceiros	11.183.963,53	12.730.638,43
Patrimônio Líquido	**126.301.813,63**	**126.701.725,76**
Capital Social	141.420.000,00	141.420.000,00
Reservas de Capital	1.440,21	1.440,21
Prejuízos Acumulados	(18.199.995,81)	(18.648.484,95)
Lucros ou Prejuízos Líquido	3.080.373,23	3.928.770,50
Total do Passivo	**142.280.186,92**	**144.512.273,17**

Demonstração do Resultado do Exercício Findo em 31/12/2020 e 2019

	2020	2019
(-) Despesas Operacionais	**(944.862,54)**	**(1.050.464,81)**
Administrativas	(2.352,73)	(33.468,43)
Tributárias	(574.640,03)	(678.132,12)
Outras Despesas Operacionais	(351.583,02)	
Financeiras Líquidas	(17.240,76)	(338.864,26)
Outras Receitas/Despesas Operacionais	**4.025.175,71**	**4.579.235,31**
Aluguéis e Arrendamentos	3.695.577,87	4.546.675,06
Recuperação Fiscal	212.312,08	
Receita Redução Encargos PERT Lei 13.496	117.285,64	432.560,31
Resultado Operacional	**3.080.373,23**	**3.928.770,50**
Lucro ou (-) Prejuízo do Exercício	**3.080.373,23**	**3.928.770,50**

Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados

	2020	2019
Saldo anterior de prejuízos acumulados	(18.648.484,95)	(20.211.068,97)
Recuperação Prejuízo Fiscal	(488.489,14)	1.562.582,02
Lucros ou (-) Prejuízo acumulados Lucro real	(18.199.995,81)	(18.648.484,95)
Lucro Líquido do Período	3.080.373,23	3.928.770,50
Prejuízos acumulados	(15.119.622,58)	(14.719.714,45)

Empresa J.A. Agropecuária e Comercial S/A no valor de R$ 141.420.000,00, está representado por ações ordinárias. **Nota 04 – Lucros ou Prejuízos Acumulados:** Em 2018 a Empresa J.A. Agropecuária e Comercial S/A mudou o regime de tributação, saindo do Lucro Real para Lucro Presumido, ficando com prejuízos acumulados do regime do Lucro Real a compensar no valor de R$ 18.199.995,81. O lucro apurado no regime Lucro Presumido em 2019, no valor de R$ 3.080.373,23 foi transferido para a conta Lucros a Distribuir.

Maria Cristina Moreno Atalla Curi - Diretora
Geraldo Mendes dos Santos - CRC 1MG031485/O-6

GAMARO PROPRIEDADES S.A. E CONTROLADAS - CNPJ: 07.177.271/0001-66

Demonstrações Financeiras para o Exercício Findo em 31/12/2020 (Em milhares de reais - R$, exceto o lucro (prejuízo) por ação)
Srs. Acionistas, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à vossa apreciação os Balanços Patrimoniais, as Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, para os exercícios findos em 31/12/2020 e 31/12/2019.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social subscrito	Capital social a integralizar	Transações com acionistas	Legal	Reservas Lucros	Reservas (prejuízos) acumulados	Ajuste avaliação patrimonial	Patrimônio líquido	Patrimônio líquido atribuído aos não controladores	Total
Saldos em 31/12/2018	**198.256**	**(749)**	**1.285**	**14.165**	**7.076**	-	**11.574**	**224.607**	**(1.969)**	**222.662**
Resultado transações com sócios	-	-	1.285	-	-	-	-	1.285	2.270	3.555
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	31.480	-	31.480	23	31.503
Destinação do lucro líquido:										
Reserva legal	-	-	-	1.574	-	(1.574)	-	-	-	-
Realização reserva de reavaliação	-	-	-	-	-	264	(264)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(7.477)	-	(7.477)	-	(7.477)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	4.316	(4.316)	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2019	**198.256**	**(749)**	**2.570**	**15.739**	**11.392**	-	**11.310**	**231.541**	**324**	**231.865**
Aumento de capital em controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	30.880	30.880
Venda investimento controlada	-	-	-	-	-	-	-	-	(69.571)	(69.571)
Resultado transações sócios	-	-	(5.712)	-	1.285	-	-	(4.427)	(45)	(4.472)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	43.533	-	43.533	38.689	82.222
Destinação do lucro líquido:										
Reserva legal	-	-	-	2.177	-	(2.177)	-	-	-	-
Realização reserva de reavaliação	-	-	-	-	-	-	(265)	136	-	136
Distribuição dividendos antecipados	-	-	-	-	-	(41.356)	-	(41.356)	(283)	(41.639)
Distribuição de dividendos de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	(3.792)	-	(3.792)	-	(3.792)
Saldos em 31/12/2020	**198.256**	**(749)**	**(3.142)**	**16.342**	**12.677**	-	**11.045**	**225.685**	**(6)**	**225.679**

Demonstração do Resultado

	31/12/20 Controladora	31/12/19 Controladora	31/12/20 Consolidado	31/12/19 Consolidado
Receita Operacional Líquida	**44.254**	**42.945**	**47.388**	**51.120**
Custo das Locações e dos Serviços Prestados	**(2.491)**	**(2.273)**	**(2.783)**	**(3.080)**
Lucro Bruto	**42.263**	**40.672**	**44.605**	**48.040**
Receita (Despesas) Operacionais				
Despesas gerais e admin.	(5.400)	(6.195)	(5.792)	(7.547)
Resultado equip. patrimonial	2.735	1.750	1.040	(526)
Resultado na venda de investimentos	13.470	-	58.224	-
Outras (despesas) receitas operacionais	(8)	122	8	413
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	**31/12/20 Controladora**	**31/12/19 Controladora**	**31/12/20 Consolidado**	**31/12/19 Consolidado**
Lucro antes do IR e da CS	53.208	36.349	99.227	37.356
Resultado equip. patrimonial	(2.735)	(1.750)	(1.040)	526
Ganho e perdas em invest.	(13.470)	-	(52.159)	-
Depreciações e amortizações	3.945	3.782	4.258	3.911
Prov. (reversão) de prov. ajrisco	807	(120)	807	(120)
Juros sobre empréstimos	-	435	3.102	1.259
Provisões tributárias	-	-	-	-
	41.775	38.696	53.538	44.727
Variação nos ativos operacionais:				
Contas a receber	(7.330)	(457)	(9.478)	(743)
Adiantamentos	-	(54)	-	(54)
Impostos a recuperar	(1.027)	(6)	-	6
Adiantamento	52	131	144	583
Outros ativos	143	105	(801)	57
Variação nos passivos operacionais:				
Fornecedores	(74)	(1.309)	1.170	(1.770)
Obrigações trab. e tributi. correntes	(83)	134	(5.133)	252
Tributos de recol. diferido	1.026	-	(1.305)	(136)
Outras contas a pagar	(2.500)	2.500	(2.500)	2.500
Outros passivos	(820)	1.809	(546)	4.025
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	31.182	41.469	32.098	49.409
IR e contrib. pagos no ano	(9.675)	(4.856)	(9.952)	(4.856)
Juros pagos	-	-	(435)	(3.102)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	21.507	36.579	21.711	40.504

Demonstração do Fluxo de Caixa

	31/12/20 Controladora	31/12/19 Controladora	31/12/20 Consolidado	31/12/19 Consolidado
Aumento de capital	-	-	-	-
Mútuo com partes relac. recebidas	99	-	-	(157)
Recebimento de dividendos	279	2.500	279	2.500
Receb. pela venda de invest.	27.639	-	27.639	-
Adiantamento p/ futuro aumento de capital	3.529	(5.669)	1.925	-
Aquisições projetad. invest.	(526)	-	(526)	-
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	(660)	(2.611)	(1.532)	(7.667)
Caixa líquido aplicado nas (gerado) atividades de investimento	26.860	(5.780)	25.785	(5.324)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento				
Amortização de empréstimos	-	-	(29.978)	(3.874)
Amort. dívidas de cap. (princ)	(737)	(717)	(737)	(717)
Participação não controladores	-	-	30.880	-
Mútuo com partes relac. pagas	(2.090)	-	-	(1.044)
Dividendos pagos	(45.086)	(29.224)	(45.086)	(27.863)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(45.826)	(29.939)	(44.923)	(33.498)
Aumento líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa	4.202	1.869	4.291	1.682
Saldos iniciais de caixa e equivalentes de caixa	5.093	3.224	5.450	3.768
Saldos finais de caixa e equivalentes de caixa	9.295	5.093	9.741	5.450
Aumento Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa	4.202	1.869	4.291	1.682

GAMARO DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO S.A. E CONTROLADAS - CNPJ: 16.416.362/0001-06

Demonstrações Financeiras para o Exercício Findo em 31/12/2020 (Em milhares de reais - R$, exceto o lucro (prejuízo) por ação)
Srs. Acionistas, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à vossa apreciação os Balanços Patrimoniais, as Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, para os exercícios findos em 31/12/20 e 31/12/19.

Demonstrações das Mutações

	Capital	Reserva legal	Transações com acionistas	Reserva de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Patrimônio líquido	Patrimônio líquido atribuído aos não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	134.357	2.027	-	33.703	-	170.087	16.213	186.300
Resultado	-	-	-	-	299.832	299.832	-	299.832
Resultado de transações com sócios	-	-	(17.298)	-	-	(17.298)	-	(17.298)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	89.536	89.536	(631)	88.905
Destinação do lucro líquido:								
Reserva legal	-	4.477	-	-	(4.477)	-	-	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	(21.265)	(21.265)	(1.045)	(22.310)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	63.794	(63.794)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	134.357	6.504	(17.298)	97.497	-	521.092	14.537	535.629
Ações preferenciais	15.346	-	-	-	-	15.346	-	15.346
Dividendos distribuídos no exercícios (PN)	-	-	-	(60.081)	-	(60.081)	-	(60.081)
Reversão dividendos não distribuídos	-	-	-	21.265	-	21.265	-	21.265
Resultado de transações com sócios	-	-	-	18.021	(17.298)	723	1.719	2.442
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	105

Logisport Armazéns S.A.

CNPJ nº 04.058.108/0001-96

Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais - R$)

Balanços patrimoniais

	31/12/2020	31/12/2019
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	136	15
Títulos e valores mobiliários	9.207	3.749
Contas a receber de clientes	602	320
Estoques	453	431
Recebíveis de partes relacionadas	3.814	1.776
Outros bens e direitos	730	470
Despesas antecipadas	204	197
Outros ativos	57	18
Ativo circulante	**15.203**	**6.976**
Depósitos judiciais	1.026	756
Outros ativos	2	4
Propriedades para investimento	4.012	4.012
Imobilizado	35.000	37.540
Intangíveis	52	68
Ativo não circulante	**40.092**	**42.380**
Total do ativo	**55.295**	**49.356**

Balanços patrimoniais

	31/12/2020	31/12/2019
Passivos		
Empréstimos e financiamentos	4.250	3.314
Fornecedores	1.342	936
Ordenados e salários a pagar	562	700
Imposto de renda e contribuição social correntes	175	44
Outros tributos a pagar	180	215
Dividendos a pagar	1.594	994
Pagáveis a partes relacionadas	2.029	4.336
Adiantamento de clientes	1.916	1.028
Outras contas a pagar	463	340
Passivo circulante	**12.493**	**11.907**
Empréstimos e financiamentos	984	4.193
Provisão para demandas judiciais	729	796
Impostos diferidos passivos	6.190	–
Adiantamento de clientes	7.910	9.223
Outras contas a pagar	134	126
Passivo não circulante	**15.947**	**14.338**
Total do passivo	**28.440**	**26.245**
Patrimônio líquido		
Capital social	3.041	3.041
Reserva de capital	16.131	16.131
Reservas de lucros	7.683	3.939
	26.855	**23.111**
Total do patrimônio líquido	**55.295**	**49.356**

Demonstrações dos resultados

	31/12/2020	31/12/2019
Receita operacional líquida	22.088	18.029
Custos dos serviços prestados	(12.795)	(13.409)
Lucro bruto	**8.293**	**4.620**
Despesas comerciais, gerais e administrativas	(1.885)	(1.695)
Outras receitas operacionais, líquidas	360	313
Despesas operacionais	**(1.565)**	**(1.382)**
Resultado antes do resultado financeiro e tributos sobre o lucro/prejuízo do período	**6.728**	**3.238**
Despesas financeiras	(628)	(1.408)
Receitas financeiras	211	276
Resultado financeiro líquido	**(717)**	**(1.184)**
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	**6.011**	**2.054**
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente	(1.075)	(609)
	(1.075)	**(609)**
Resultado de exercício	**4.936**	**1.445**
Resultado básico e diluído		
Por ação ordinária:	2,41842	0,70799

Diretoria

João Alberto Fernandez de Abreu - Diretor-Presidente

Contador

Rodrigo Dueñas Agostinho - CRC 1SP 258.629/O-5

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Reserva de capital: Opções outorgadas	Reserva de capital: Reserva legal	Reservas de lucros: Retenção de lucros	Reservas de lucros: Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2020	**3.041**	–	**16.131**	**447**	**3.492**	**23.111**
Resultado do exercício	–	–	–	–	4.936	4.936
Total de outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	–	–	–	–	**4.936**	**4.936**
Contribuição e distribuições para os acionistas						
Dividendos	–	–	–	–	(1.192)	(1.192)
Constituição das reservas	–	–	–	162	3.582	–
Total das transações com e para acionistas	–	–	–	**162**	**3.582**	**(1.192)**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**3.041**	–	**16.131**	**609**	**7.074**	**26.855**
Saldo em 01 de janeiro de 2019	**3.041**	–	**16.131**	**395**	**3.638**	**23.205**
Resultado do exercício	–	–	–	–	1.445	1.445
Total de outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	–	–	–	–	**1.445**	**1.445**
Contribuição e distribuições para os acionistas						
Dividendos	–	–	–	–	(1.177)	(362) (1.539)
Constituição das reservas	–	–	–	52	1.031	(1.083) –
Total das transações com e para acionistas	–	–	–	**52**	**(146)**	**(1.445)** **(1.539)**
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**3.041**	–	**16.131**	**447**	**3.492**	– **23.111**

Bahema Educação S.A. CNPJ/NME nº 45.987.245/0001-92 - NIRE 35.300.185.366

Comunicamos aos Senhores Acionistas da **Bahema Educação S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1656, 9º andar, conjunto 9A, Jardim Paulistano, CEP 01451-001, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 45.987.245/0001-92 ("Companhia"), em atendimento ao disposto no artigo 133 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("LSA"), que os documentos e informações relacionados às matérias objeto da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 30 de abril de 2021, encontram-se disponíveis para consulta na sede da Companhia, no seu website (www.bahema.com.br) e nos websites da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (http://www.b3.com.br/pt_br). São Paulo, 31 de março de 2021. **Guilherme Alfredo Ferreira Filho** - Diretor de Relação com Investidores.

Bahema Educação S.A. - CNPJ/NME nº 45.987.245/0001-92 - NIRE 35.300.185.366

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ser Realizada em 30/04/2021

Bahema Educação S.A. ("Companhia"), na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1656, 9º andar, conjunto 9A, Jardim Paulistano, CEP 01451-001, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 45.987.245/0001-92 ("Companhia"), vem pela presente, nos termos do artigo 124 da Lei 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada ("LSA") convocar os senhores acionistas para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia Geral"), a ser realizada, em modo exclusivamente digital, no dia 30/04/2021, às 08:00 hora, de forma presencial na sede da Companhia, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: I - **Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório da gerência e parecer emitido pelos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31/12/2020; (ii) deliberar sobre a Proposta da Administração para a destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31/12/2020; e (iii) deliberar sobre a remuneração anual e global dos administradores da Companhia e de representação societária referente ao exercício social findo em 31/12/2021. II - Em Assembleia Geral Extraordinária: (i) Ratificar a celebração, pela Companhia, do Memorando de Entendimentos vinculativo ("Memorando"), celebrado em 13/11/2020 entre a Companhia e as demais acionistas, investidores e detentoras da Escola Mais Educação S.A. ("Escola Mais") e o consequente aumento de participação, pela Companhia, para até 85,4% (oitenta e cinco por cento e quatro décimos) do capital social da Escola Mais, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 256, da LSA. Informações Gerais: 1. Os documentos de que trata o artigo 133 da LSA, referentes ao exercício social findo em 31/12/2020, foram disponibilizados aos acionistas da Companhia nessa data e estão disponíveis para consulta na sede da Companhia, em seu website (www.bahema.com.br) e nos websites da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (http://www.b3.com.br/pt_br) e serão publicados nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo e Jornal O Dia na forma da LSA. Também se encontram à disposição eletrônica e presencial a Proposta da Administração ("Proposta") contemplando toda a documentação relativa às matérias constantes da Ordem do Dia, o boletim de voto a distância ("Boletim"), bem como os demonstrativos previstos no artigo 10 da Instrução CVM nº 481, de 17/12/2009 ("ICVM 481") e informações relevantes para o exercício do direito de voto na Assembleia Geral. 2. A participação do acionista na Assembleia Geral poderá ser presencial ou via boletim de voto a distância, nos termos descritos abaixo e conforme as instruções detalhadas contidas na Proposta e no próprio Boletim (no caso da participação via Boletim): (**a) Presencial:** O acionista deverá apresentar à Companhia os seguintes documentos: (i) no caso de pessoa física, documento de identificação com foto. Exemplos: RG, RNE, CNH ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas; (ii) no caso de pessoa jurídica, documento de identificação com foto do representante legal do acionista, devidamente atualizado nos termos do artigo 126, parágrafo 1º da LSA, e documento que comprove a representação societária identificando o representante legal da pessoa jurídica (data da eleição de diretoria ou da administração); e (iii) no caso de acionista constituído sob a forma de Fundo de Investimento, documento de identificação com foto do representante legal do administrador do Fundo de Investimento (ou gestor do Fundo de Investimento, conforme o caso), acompanhado de cópia autenticada ou original do Regulamento do Fundo e do Estatuto Social ou Contrato Social do seu administrador (ou gestor, conforme o caso), juntamente com a documentação de representação societária identificando o representante legal da pessoa jurídica. Para fins de comprovação da titularidade de suas ações, os acionistas deverão apresentar comprovante emitido pela instituição custodiante ou pelo agente escriturador das ações da Companhia, conforme suas ações estejam ou não depositadas em depositário central, expedido com no máximo 3 dias de antecedência da data de realização da Assembleia Geral. A Companhia solicita aos seus acionistas que depositem no endereço indicado abaixo para participação (inclusive o extrato comprovante de posição acionária) na sede da Companhia até dia 28/04/2021. Não obstante, nos termos da ICVM 481, o acionista que comparecer à Assembleia Geral munido dos documentos mencionados acima até o momento da abertura dos trabalhos poderá dela participar e votar, ainda que tenha deixado de depositá-los previamente. (**b) Boletim de voto a distância:** Os acionistas poderão enviar seus Boletins de voto à distância: (i) diretamente à Companhia; (ii) por instituições de prestadores de serviços financeiros a essas respectivas agentes de custódia que prestem esse serviço, no caso das acionistas titulares de ações depositadas em depositário central; ou (iii) por instruções de prestadores de serviços financeiros contratados pelos acionistas para o exercício de Companhia, Tesouraria de Valores S.A., no caso de acionistas titulares de ações depositadas no escriturador. As orientações detalhadas acerca da documentação exigida para a votação a distância constam do próprio Boletim, que pode ser acessado no website mencionado no item 1 acima. Quando enviado diretamente à Companhia, o Boletim deverá ser acompanhado de cópia de toda a documentação do acionista para participação na Assembleia Geral descrita no item (a) acima, e de quaisquer outras indicadas no próprio Boletim. Em qualquer dessas hipóteses, o Boletim deverá ser recebido pela Companhia em prazo anterior e de acordo com o disposto acima em até, no máximo, 7 dias antes da realização da Assembleia Geral, ou seja, até dia 23/04/2021, quando Boletins recepcionados pela Companhia após a referida data serão desconsiderados. 3. O acionista que seja pessoa física que não puder comparecer à Assembleia Geral poderá, nos termos do parágrafo 1º do artigo 126 da LSA, ser representado por procurador, constituído há menos de 1 ano, que seja (i) acionista, (ii) advogado, (iii) instituição financeira ou (iv) administrador da Companhia. Nesse caso, além dos documentos mencionados no item (a) acima, deverá apresentar o respectivo instrumento de mandato acompanhado do documento de identidade (ou seu(s) procurador(es), que comparecer(ão) à Assembleia Geral. Da mesma forma, a Companhia solicita que tais documentos também sejam depositados na sede da Companhia até dia 28/04/2021. São Paulo, 31/03/2021. Cassio Beldi - **Presidente do Conselho de Administração.**

ENCALSO PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES S.A.

Companhia Aberta

NIRE 35.300.471.776 - CNPJ 21.262.638/0001-70

Assembleia Geral Ordinária – Edital de Convocação

Ficam convocados os senhores acionistas da Encalso Participações em Concessões S.A. ("Companhia"), para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se no dia 30 de abril de 2021, às 11h00, de forma semipresencial em sua sede social na Avenida Brigadeiro Luís Antônio, nº 3421, 8º andar, parte, Jardim Paulista, CEP 01401-001, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a fim de discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório da administração e do relatório dos auditores independentes da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; (**ii**) deliberar sobre a proposta da administração da destinação do lucro líquido referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; e (**iii**) reeleição dos membros do Conselho de Administração. Informamos aos senhores acionistas, ademais, que a Companhia informa de que trata o artigo 133 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("**LSA**"), referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, foram publicados no dia 31 de março de 2021, no Diário Oficial do Estado de São Paulo, e no Jornal O Dia, e estão à disposição dos senhores acionistas na sede da Companhia, bem como nos endereços eletrônicos da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (www.cvm.gov.br). Também se encontram disponíveis nesses endereços eletrônicos todos os demais documentos pertinentes às matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Ordinária. São Paulo, 31 de março de 2021. Sergio Lima Gabionetta – Diretor Presidente.

SAMM – SOCIEDADE DE ATIVIDADES EM MULTIMÍDIA LTDA.

CNPJ/NIRE Nº 10.665.151/0001-12 – NIRE Nº 35.224.589.252

ATA DE REUNIÃO DE SÓCIOS REALIZADA EM 31 DE MARÇO DE 2021

1. DATA, HORA E LOCAL: Em 31 de março de 2021, às 09h00, na sede social da Sociedade, localizada na Avenida Chedid Jafet, nº 222, Bloco C, 5º andar, sala 501, Vila Olímpia, São Paulo, CEP: 04.551-065, São Paulo/SP. **2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Presente a totalidade das Sócias da Sociedade. **3. COMPOSIÇÃO DA MESA:** Presidência: Waldo Edwin Perez Leskovar e Secretário: Marcio Yassuhiro Iha. **4. ORDEM DO DIA: Deliberar sobre: (i)** a 13ª (décima terceira) emissão, pela Sociedade, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, de 7 (sete) notas promissórias comerciais, no valor nominal unitário de R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), em série única, perfazendo o montante total de R$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais) na Data de Emissão (conforme abaixo definido) ("Notas(s) Comercial(is)"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 566, de 31 de julho de 2015, conforme alterada ("Instrução CVM 566"), e segundo os procedimentos da Instrução da CVM nº 476 de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476" e "Oferta Restrita", respectivamente); e **(ii)** a autorização para que os diretores e/ou representantes legais da Sociedade, incluindo, sem limitação, procuradores devidamente constituídos nos termos do Contrato Social da Sociedade, firmem todos os documentos e instrumentos contratuais e eventuais aditivos, conforme o caso, e pratiquem todos os atos necessários para a formalização da ordem do dia descrita no item (i) acima, incluindo mas não limitando, aos registros nos livros sociais próprios, junta comercial competente e publicação da presente ata, observado o disposto no item (ii) das deliberações a seguir. **5. DELIBERAÇÕES:** As sócias, após debates e discussões, por unanimidade e sem quaisquer restrições, conforme atribuições previstas nas alíneas (h), (l), (m) e (q) do artigo 16 do Contrato Social da Sociedade: **(i)** Autorizar a Sociedade a emitir as Notas Comerciais e realizar a Oferta Restrita com as características descritas a seguir: **a. Número da Emissão.** As Notas Comerciais representam a 13ª (décima terceira) emissão de notas promissórias comerciais da Sociedade, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição. **b. Valor Total da Oferta Restrita.** O valor total da Oferta Restrita será de R$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais), na Data de Emissão (conforme abaixo definido). **c. Séries.** As Notas Comerciais serão emitidas em série única. **d. Quantidade.** Serão emitidas 7 (sete) Notas Comerciais. **e. Valor Nominal Unitário.** Cada Nota Comercial terá o valor nominal unitário de R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) na respectiva Data de Emissão (conforme abaixo definido) ("Valor Nominal Unitário"). **f. Garantias.** As Notas Comerciais não contarão com aval da CCR S.A. ("Aval(ista)"), previsto no organograma anual da CCR aprovado na Reunião do Conselho de Administração da Avaliista em 25 de fevereiro de 2021 às 09h00. As Notas Comerciais não contarão com outras garantias reais ou fidejussórias. **g. Forma e Comprovação de Titularidade das Notas Comerciais.** As Notas Comerciais serão emitidas sob a forma cartular e escriturais conforme definido no "Manual de Normas – CETIP – Títulos e Valores Mobiliários, Debênture e Nota Comercial" da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Balcão B3 ("B3"), pelaante instituição financeira habilitada à prestação de serviços de Custodiante de quarda fiscal ("Custodiante"), a ser contratada pela Sociedade para este fim, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade da Nota Comercial será comprovada: (i) pela posse da Nota Comercial emitida fisicamente; e (ii) adicionalmente, se depositada eletronicamente na B3, através de extrato de posição de ativos em nome do(s) detentor(es) das Notas Comerciais, pelo(s) respectivo(s) titular(es) das Notas Comerciais, conforme o(s) extrato(s) emitido(s) pela B3 em nome do respectivo titular. As Notas Comerciais circularão por endosso em preto, de mera transferência de titularidade, de que constará obrigatoriamente a cláusula "sem garantia", dada pelo endossante, sem prejuízo do ônus previsto pela Lei nº 9.514/97, conforme disposto no §1º do artigo 4º da Instrução CVM 566, enquanto objeto de depósito centralizado, circulação das Notas Comerciais se operará mediante registro eletrônico junto aos contas de depósito mantidas junto à B3, que endossará as cártulas das Notas Comerciais ao credor definitivo por ocasião da extinção do depósito centralizado, com exceção do resgate um tenha sido liquidado através da B3. Será contratada através da Instituição Escriturador a prestação de serviços de banco mandatário ("Banco Mandatário"). **h. Data de Emissão.** A data de emissão das Notas Comerciais será a efetiva data em que as Notas Comerciais forem subscritas e integralizadas ("Data de Emissão"). **i. Prazo e Data de Vencimento.** As Notas Comerciais terão prazo de vencimento de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias contados da Data de Emissão, sem prejuízo da possibilidade da liquidação antecipada por força de vencimento antecipado das Notas Comerciais ou, ainda, de um resgate antecipado realizado, nos termos a serem previstos nas respectivas cártulas das Notas Comerciais ("Data de Vencimento"). **j. Forma de Subscrição e Distribuição.** As Notas Comerciais serão subscritas e integralizadas pela subscrição no mercado primário subscritas e integralizadas, pelo seu Valor Nominal Unitário, exclusivamente através do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela B3, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3, podendo ser colocadas com ágio ou deságio, a ser definida, se for o caso, na Data de Emissão em qualquer das condições a todos os investidores. Observadas as condições de liquidação, as Notas Comerciais serão depositadas em nome do titular no Sistema de Custódia Eletrônica da B3. **k. Forma e Preço de Integralização.** As Notas Comerciais serão integralizadas à vista, na Data de Emissão, em moeda corrente nacional, pelo Valor Nominal Unitário, de acordo com as normas e procedimentos da B3. **l. Colocação e Plano de Distribuição.** As Notas Comerciais serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476 e do contrato de distribuição das Notas Comerciais, sob o regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Notas Comerciais a ser prestado por instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenador Líder"), tendo como público alvo investidores profissionais, assim definidos nos termos do artigo 9º-A da Instrução CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada ("Investidores Profissionais" e "Lei 539"), observado, ainda, o *caput* do artigo 2º da Instrução CVM 476. As Notas Comerciais poderão ser ofertadas a até 75 (setenta e cinco) investidores profissionais, conforme o limite estabelecido por até 50 (cinquenta) investidores profissionais. **m. Negociação.** Serão depositadas para negociação no mercado secundário perante o CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente por meio da B3 para as Notas Comerciais depositadas eletronicamente na B3. As Notas Comerciais somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários entre investidores qualificados, após decorrido 90 (noventa) dias a contar da respectiva Data de Emissão, crição ou aquisição pelos investidores profissionais, e observado o cumprimento do artigo 17 da Instrução CVM 476, nos termos da legislação aplicável. **n. Repagamento do Valor Nominal Unitário.** O Valor Nominal Unitário de cada uma das Notas Comerciais será pago em uma única parcela na Data de Vencimento, ou, conforme o caso, na data de eventual resgate antecipado das Notas Comerciais, ou de seu vencimento antecipado, conforme o caso, mais, ou deduzido, de qualquer quantia devida pela Sociedade nos termos da respectiva cártula, na data de pagamento decorrente de declaração de eventual vencimento antecipado das Notas Comerciais em decorrência de evento de inadimplemento, nos termos e condições a serem previstos nas cártulas das Notas Comerciais. **o. Pagamento Remuneratório.** Sobre o Valor Nominal Unitário de cada uma das Notas Comerciais incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100,00% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias do DI – Depósito Interfinanceiro de um dia, "over extra grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados e divulgados pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, no informativo diário disponível em sua página na Internet (www.b3.com.br) acrescida de spread ou sobretaxa de 1,30% (um inteiro e trinta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração"). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorrendo da Data de Emissão (inclusive) até a data do efetivo pagamento da respectiva Nota Comercial (exclusive), em consonância com os critérios definidos no "Caderno de Fórmulas de Notas Comerciais – CETIP21", disponível para consulta na página de B3 (http://www.b3.com.br/pt_br) e nos termos das cártulas das Notas Comerciais. **q. Pagamento da Remuneração.** A Remuneração será integralmente paga em uma única parcela na Data de Vencimento, ou, se for o caso, na data de eventual resgate antecipado nas hipóteses previstas nas cártulas das Notas Comerciais, ou, ainda, na data de eventual vencimento antecipado das Notas Comerciais, em decorrência de evento de inadimplemento, nos termos e condições a serem previstos nas cártulas das Notas Comerciais. **r. Resgate Antecipado Facultativo.** A Sociedade poderá, conforme previsto nos §1º do artigo 5º da Instrução CVM 566, resgatar unilateral e antecipadamente a totalidade das Notas Comerciais, a qualquer tempo a partir da Data de Emissão, mediante pagamento do Valor Nominal Unitário, acrescido (i) da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Data de Emissão ate a Data do Resgate Antecipado Facultativo (conforme abaixo definido) ("Resgate Antecipado Facultativo") e, (ii) de prêmio de resgate flat incidente sobre o Valor Nominal Unitário, correspondente a 1,00% (dez centésimos por cento). O Resgate Antecipado Facultativo somente poderá ocorrer em relação à totalidade das Notas Comerciais e mediante comunicação por escrito enviada diretamente aos titulares das Notas Comerciais, com antecedência de 5 (cinco) dias contados da data do resgate, e, ainda, prévio de publicação de comunicação dirigida aos titulares das Notas Comerciais a ser amplamente divulgada nos termos a serem previstos nas cártulas das Notas Comerciais, com antecedência mínima de 2 (três) Dias Úteis da data pretendida para realização do efetivo Resgate Antecipado Facultativo ("Data do Resgate Antecipado Facultativo"). O pagamento das Notas Comerciais resgatadas antecipadamente, com relação às Notas Comerciais (a) que estejam depositadas eletronicamente na B3, será realizado em conformidade com os procedimentos operacionais e normas da B3; e (b) que não estejam depositadas eletronicamente na B3, será realizado em conformidade com os procedimentos operacionais do Banco Mandatário. O Resgate Antecipado Facultativo implica a extinção do título, sendo vedada sua manutenção em tesouraria, conforme disposto no parágrafo 4º, artigo 5º, da Instrução CVM 566. **s. Oferta de Resgate Antecipado.** A Sociedade poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer momento a partir da Data de Emissão, oferta de resgate antecipado total das Notas Comerciais, com o consequente cancelamento da totalidade das Notas Comerciais, sem distinção, assegurada a estes a igualdade de condições, de acordo com os termos e condições previstos nas cártulas das Notas Comerciais ("Oferta de Resgate Antecipado"). A Sociedade realizará a Oferta de Resgate Antecipado por meio de comunicado dirigido diretamente aos titulares das Notas Comerciais, com cópia ao Agente Fiduciário (conforme abaixo definido) e/ou publicação de Edital de Oferta de Resgate Antecipado, conforme o caso, nos termos a serem previstos nas cártulas das Notas Comerciais, a ser definido e divulgado por meio do Edital de Oferta de Resgate Antecipado, Aceite e Liquidação do Edital de Oferta de Resgate Antecipado, conforme o caso, os titulares das Notas Comerciais que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado deverão se manifestar nesse sentido, de forma irrevogável e irretratável, dentro do prazo máximo (a ser definido), até o encerramento do prazo a ser estabelecido no Edital de Oferta de Resgate Antecipado, findo o qual a Sociedade terá o prazo de 10 (dez) Dias Úteis para proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado, a qual ocorrerá em uma única data para todos as Notas Comerciais indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta de Resgate Antecipado ("Data do Resgate Antecipado Decorrente de Oferta"), observado que a Sociedade deverá comunicar seu interesse em realizar resgate a quantidade de Notas Comerciais por seus respectivos titulares em adesão à Oferta de Resgate Antecipado. A Sociedade deverá: (a) na respectiva data de término do prazo de adesão à Oferta de Resgate Antecipado confirmar ao Agente Fiduciário (conforme abaixo definido) a respectiva Data do Resgate Antecipado Decorrente de Oferta; e (b) comunicar ao Banco Mandatário e a B3 a realização da Oferta de Resgate Antecipado com a respectiva Data do Resgate Antecipado Decorrente de Oferta. **t. Destinação dos Recursos.** Os recursos captados pela Sociedade com a emissão das Notas Comerciais serão destinados, no pagamento, ainda que parcial, se for o caso, dos valores devidos no âmbito de uma 12ª (décima segunda) emissão de notas promissórias comerciais, na respectiva data de vencimento e referro de caixa da Sociedade. **u. Vencimento Antecipado.** Nos termos previstos nas cártulas das Notas Comerciais e na ocorrência de determinados eventos definidos, o Agente Fiduciário (conforme abaixo definido) poderá considerar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Notas Comerciais e exigir o imediato pagamento da Remuneração, do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, *calculada pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento e dos Encargos Moratórios (conforme abaixo definido) imediatamente devidos. A B3 deverá ser comunicada imediatamente após a declaração de vencimento antecipado e em conformidade com os demais termos e condições do manual de operações da B3. **v. Repactuação.** Não haverá repactuação das Notas Comerciais. **w. Agente Fiduciário.** A Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, instituição financeira, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco B, ala B, salas 302, 303 e 304, CEP: 22.640-102, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.343.682/0001-38, atuará como agente fiduciário das Notas Comerciais, nos termos previstos nas respectivas cártulas, em benefício dos titulares das Notas Comerciais ("Agente Fiduciário"). **x. Encargos Moratórios.** Ocorrendo importualidade no pagamento de qualquer valor devido pela Sociedade aos titulares das Notas Comerciais nos termos previstos nas respectivas cártulas, adicionalmente ao pagamento da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data da Emissão (inclusive) até a data do efetivo pagamento (exclusive), sobre todos e quaisquer valores devidos e em atraso, incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial: (i) multa moratória, não compensatória, de 2% (dois por cento); e (ii) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento ("Encargos Moratórios"). **y. Prorrogação dos Prazos.** Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nas Notas Comerciais até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com data que não seja considerada Dia Útil (conforme definido abaixo), sem nenhum acréscimo aos valores a ser pagos. Para fins do disposto nas cártulas das Notas Comerciais, o termo "Dia Útil", seja ela utilizada na sua forma singular ou plural, significa: (i) com relação a qualquer obrigação pecuniária realizada por meio da B3, dia(s) em que for(em) aberto(s) o(s) mercado(s) da(s) mesma(s) sob a(s) mesma(s) denominação(ões) de(s) dia(s) útil(s) e/ou feriado(s) nacional(ais), conforme divulgado pela B3 (ou, caso a B3 não esteja em funcionamento, de qualquer outra entidade que a substituir); e (ii) com relação a qualquer obrigação pecuniária que não seja realizada por meio da B3, qualquer dia no qual haja expediente nos bancos comerciais na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, exceto sábado, sábado, domingo, e (iii) com relação a qualquer obrigação não pecuniária prevista nas cártulas das Notas Comerciais, qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **(ii)** Autorizar a Sociedade a emitir as Notas Comerciais e/ou representantes legais, incluindo, sem limitação, eventuais procuradores desde que devidamente constituídos nos termos do Contrato Social da Sociedade, a discutir, negociar e definir os termos e condições das Notas Comerciais, desde que observado o disposto acima; (b) contratar o Coordenador Líder; (c) celebrar todos os documentos relacionados à Oferta Restrita, incluindo, sem limitação, o Aval, o(s) contrato(s) de distribuição das Notas Comerciais e do contrato de distribuição da Oferta Restrita, incluindo aditamentos a quaisquer dos documentos relacionados à Oferta Restrita, incluindo aditamentos a quaisquer dos documentos supra requeridos a comunicar e inserir bem fidelíssimo nada a relatar e mesmo repetido. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso desta base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realística para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pelas demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente de ser causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou ser de consequência de outras causas, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detectar de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representação falsa intencional. Consideramos os controles internos relevantes para o exercício do direito de voto na Assembleia Geral. 2. A participação do acionista na Assembleia Geral poderá ser presencial ou via boletim de voto a distância, nos termos descritos abaixo e conforme as instruções detalhadas contidas na Proposta e no próprio Boletim (no caso da participação via Boletim): (**a) Presencial:** O acionista deverá apresentar à Companhia os seguintes documentos: (i) no caso de pessoa física, documento de identificação com foto. Exemplos: RG, RNE, CNH ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas; (ii) no caso de pessoa jurídica, documento de identificação com foto do representante legal do acionista, devidamente atualizado nos termos do artigo 126, parágrafo 1º da LSA, e documento que comprove a representação societária identificando o representante legal da pessoa jurídica (data da eleição de diretoria ou da administração); e (iii) no caso de acionista constituído sob a forma de Fundo de Investimento, documento de identificação com foto do representante legal do administrador do Fundo de Investimento (ou gestor do Fundo de Investimento, conforme o caso), acompanhado de cópia autenticada ou original do Regulamento do Fundo e do Estatuto Social ou Contrato Social do seu administrador (ou gestor, conforme o caso), juntamente com a documentação de representação societária identificando o representante legal da pessoa jurídica. Para fins de comprovação da titularidade de suas ações, os acionistas deverão apresentar comprovante emitido pela instituição custodiante ou pelo agente escriturador das ações da Companhia, conforme suas ações estejam ou não depositadas em depositário central, expedido com no máximo 3 dias de antecedência da data de realização da Assembleia Geral. A Companhia solicita aos seus acionistas que depositem no endereço indicado abaixo para participação (inclusive o extrato comprovante de posição acionária) na sede da Companhia até dia 28/04/2021.

autojornal
o dia a dia motorizado

Edição: 519 1 a 9 de abril de 2021

Auto Dicas

Os Escolhidos 2020

A eleição de "Os Escolhidos" é um concurso de caráter cultural que tem por finalidade agregar valor e entretenimento entre leitores, internautas e telespectadores e seguidores participantes para definir "Os Escolhidos" entre automóveis em suas 20 categorias.

Esta eleição está aberta a qualquer pessoa que tenha acesso à internet no Brasil e também no mundo, sem a necessidade de nenhum pagamento ou aquisição de qualquer bem ou serviço, é totalmente gratuita.

Da Votação

O título "Os Escolhidos", é registrado no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), com todos os direitos reservados à JS Comunicação por autorização de Uai Fox Eventos Ltda. Esse prêmio é conferido anualmente pelas marcas AutoReview, Jornal da Savassi, Jornal do Barro Preto, Coreu News, Jornal Horizonte BH, Revista Mecânica Online, Rodas e Motores, Oficina News, Borracha TV, Máquinas da Pan, Memória Motor, Auto News, Motores em Ação, Gazeta do Povo, Mundo sobre Rodas, Auto Pista, Motorpress Brasil, Jornal Eco Curitiba, Auto Mania Net, **Auto Jornal**, Veículos e Turismo, TV do Carro.

Serão considerados votos válidos apenas um voto de cada eleitor, identificado pelo ID de seu computador ou smartfone; de outra forma o voto será invalidado. Os cinco finalistas de cada categoria serão avaliados e escolhidos por um júri composto por uma comissão de notáveis, jornalistas especializados que elegerão o "Os Escolhidos" do ano. Os membros deste júri

são notáveis profissionais de comunicação especializados no setor automobilístico, trabalhando em comunicação (jornais, internet, revistas, rádio, televisão e mídias sociais) sempre habituados a avaliar os lançamentos da indústria automobilística brasileira e mundial. Esta lista de jurados é aberta ao público e será divulgada pelas mídias participantes.

O Prêmio "Os Escolhidos"

É composto pelos seguintes membros: Presidente - Jornalista João Euclides Prata Salgado; Vice Presidente - Jornalista Licinaira Barroso; Diretor de Conteúdo e TI - Engenheiro Matheus Fagiolli.

O corpo de jurados é formado pelos seguintes conselheiros de notáveis: Alberto Otazu, Alex Ruffo, Alexandre Bispo, Carlos Eduardo Silva, Carolina Vilanova, Eduardo Abbas, Eduardo Seger, Edson Ragazzi, Fernando Campos, Freire Neto, Giu Brandão, Isabel Reis, João Euclides Salgado, João Mendes, Licinaira Barroso, Renyere Trovão, Roberto Nunes, Tarcísio Dias e Vagner Aquino.

Este prêmio não aceita patrocínio de nenhuma empresa que tenha ligação direta com alguma marca ou faça parte de um grupo ligado a uma fabricante. O resultado final será publicado através das mídias participantes e os troféus entregues durante um evento exclusivo. Este prêmio se realiza em dois turnos, o primeiro na votação pela internet e o segundo, na final pelos jornalistas especializados participantes.

CARRO DE ENTRADA
1 ° Volkswagen Up MPI
2º Chevrolet Onix 1.0
3º Renault Kwid 1.0 Life
HATCH PEQUENO
1º Hyundai HB20
2º Fiat Mobi 1.0 Easy
3º Ford Ka Freestyle 1.0
HATCH MEDIO
1º Fiat Argo Drive 1.0
2º Honda Fit LX 1.5 CVT
3º Toyota Yaris 1.5 XLS
SEDAN PEQUENO
1º Nissan Versa SV CVT 1.6
2º Renault Logan 1.6 Iconic CVT
3ºToyota Etios 1.5 X-Plus
SEDAN MÉDIO
1ºToyota Corolla 2.0 Altis Hybrid
2º Fiat Cronos Drive 1.8
3 ° Mercedes-Benz C180 Avant Garde
SEDAN GRANDE
1 ºAudi A6 V6 3.0
2º Mercedes-Benz C300
3º Jaguar XF R Sport 2.0
SEDAN PREMIUM
1 º Mercedes-Benz AMG C63 S 4Matic
2º Audi A7
3º Lexus LS 500h
PICK UP PEQUENO
1º Nova Strada Cabine Dupla 1.3 Volcano
2º Nova Strada Cabine Plus 1.3 Freedom
3º Volkswagen Saveiro Robust CS 1.6
PICK UP
1º Nissan Frontier Attack 4x4 AT
2º Ford Ranger XLS Storm
3º Toyota Hillux CD SRX DIESEL 4x4
SPORT UTILITY PICK UP
1º Fiat Toro 2.0 AT9 Ultra Diesel
2º Fiat Toro Ranch Diesel
3º Renault OROCH 2.0 Dynam
SUVs MÉDIO
1º Jeep Renegade Trailhawk 4x4 Diesel
2º Mercedes-Benz GLC 250 Highway
3º Porsche Macan
SUVs
1º Jeep Compass Trailhawk 2.0 Diesel
2º Volvo V60 T5 Momentum
3º Ford Territory 1.5 Titanium
SW GRANDE
1º Porsche Cayenne
2º Audi A4 2.0 Avant
3º Mercedes-Benz C300 State Avantgarde
FURGÃO PEQUENO
1º Fiat Fiorino
2º Fiat Doblo
3º Renault kangoo
FURGÃO VAN
1º Mercedes Sprinter 415
2 º Renault Master
3º Jac T80
CARRO DELAS
1º Mini Cooper Cabrio
2º Audi A3 1.4 Sportback
3ºToyota Corolla

CARRO CONVERSÍVEL
1º Mercedes- Benz C300 Cabriolet
2º Camaro Cabriolet 6.2 V8
3º Porsche 718 Boxster 2.0
CARRO ESPORTE
1º Ford Mustang GT V8 5.0
2º Audi TT Coupe 2.0
3º BMW M5
CARRO DOS SONHOS
1º Ferrari 812 Superfest V12
2º Masserati Grandturismo Sport
3º Audi RS 6 Avant Performance
CARRO ELÉTRICO
1º Audi e-tron
2º Renault Zoe Intense
3º Nissan Leaf EV
Assessoria de Imprensa 2020
FCA
Atendimento Imprensa 2020
FCA
Presidente de Montadora 2020
Antonio Filoza (FCA)
Executivo/ Empreendedor 2020
Marcius Alfonso (Caoa Chery)
Homenageado 2020
Carolina Alves (FCA)
Responsabilidade Social 2020
Instituto Renault
Pós Venda 2020
Toyota

Truck

Mercedes lança novo ônibus urbano

Atenta às demandas dos clientes e às tendências de mercado, a Mercedes-Benz amplia o seu portfólio de ônibus com a chegada do Super Padron O 500 R 1830, o maior chassi da categoria 4x2 urbano do mercado brasileiro, desenvolvido para carrocerias de até 14 metros de comprimento.

Este ônibus pode transportar a mesma quantidade de passageiros que um modelo 6x2 de 15 metros da concorrência. O chassi O 500 com 19.600 kg de PBT, o maior da categoria, tem potência de 310 cv no motor OM 926 LA e o elevado padrão de conforto e segurança da consagrada linha O 500 de motores traseiros, além de caixa automática com retarder integrado e auxílio de partida em rampa.

O novo Super Padron O 500 R 1830 4x2 é especialmente indicado para sistemas de transporte coletivo urbano que utilizam linhas segregadas, corredores e faixas exclusivas.

A Mercedes-Benz já vinha trabalhando no desenvolvimento de um chassi de ônibus urbano que se posicionasse entre o O 500 M 4x2 para carrocerias de até 13,2 metros e o articulado O 500 MA 6x2 de 18 metros, a fim de ampliar a mais completa linha de ônibus do País.

Outra vantagem do Super Padron 4x2 é o fato dele ter um eixo a menos em comparação com seus concorrentes 6x2. Isso significa menor custo de manutenção e de reposição de peças, ou seja, mais rentabilidade para as empresas de ônibus, com a mesma capacidade de transporte de passageiros. Outro ponto importante é que o Super Padron fornece a mesma comodidade, acessibilidade e segurança que os ônibus articulados. Mesmo que o veículo não possua articulação ou terceiro eixo traseiro, ele pode operar na mesma rota sem diminuir o nível de conforto para os usuários.

A versão de chassi 4x2 da Mercedes-Benz tem a vantagem de não precisar de manutenção do 2º eixo direcional, condição necessária nas versões 6x2. Além disso, por apresentar somente dois eixos, há um menor arraste dos pneus traseiros ou dianteiros (conforme a versão do 6x2), o que também se traduz em menor custo de manutenção, contribuindo para a redução do consumo de combustível.

O Super Padron sai de fábrica com piso alto, podendo receber carrocerias de até 5 portas: 3 à direita com degraus para acesso pela calçada e 2 à esquerda para acesso pelos corredores de ônibus centrais. Com isso, atende plenamente à altura de plataformas de embarque de 920 mm, com conforto e segurança de acessibilidade aos passageiros, incluindo os cadeirantes.

Os clientes podem escolher entre três versões de layout do novo Super Padron O 500 R 1830 4x2. A de maior comprimento da carroceria, com 14 metros, pode ser configurada para até 95 passageiros (64 em pé, 30 sentados e 1 cadeirante), ou 90 passageiros (60 em pé, 29 sentados e 1 cadeirante), além do motorista. As duas opções são indicadas para linhas mais longas, em que as pessoas ficam mais tempo sentadas.

Uma outra versão de carroceria de 13,6 metros tem capacidade para até 100 passageiros (76 em pé, 23 sentados e 1 cadeirante), além do motorista. A maior lotação é indicada para linhas com maior frequência de embarque e desembarque. As propostas de layout são flexíveis para os operadores e as empresas de ônibus, que podem elaborar diversas combinações internas para melhor atender o transporte da sua cidade.

Câmbio automático com retarder

Outro importante diferencial de mercado do Super Padron Mercedes-Benz em relação à concorrência é o maior conforto e segurança oferecidos pelo câmbio automático ZF Ecolife AP1200 de série, com retarder integrado e auxílio de partida em rampa.

O alto padrão de conforto da linha O 500 é amplamente reconhecido no mercado, tanto no segmento urbano, quanto rodoviário, destacando-se pela suspensão totalmente pneumática, com 2 bolsões de ar na dianteira e 4 bolsões de ar na parte traseira. Isso traz comodidade e bem-estar a bordo para os passageiros e conforto de dirigibilidade para o motorista.

Para promover mais acessibilidade no embarque e desembarque de passageiros, o Super Padron sai de fábrica com sistema de ajoelhamento da suspensão. Além disso, a posição do motor na traseira aumenta a área de balanço dianteiro do ônibus e produz menos ruído, o que facilita o acesso e também proporciona maior conforto para os motoristas.

No quesito segurança, o Super Padron se destaca por freios a disco, EBS e o exclusivo freio-motor auxiliar Top Brake da Mercedes-Benz, que oferece mais segurança, potência de frenagem e menor desgaste dos freios.

O Super Padron também traz novos recursos para o motorista, como o volante multifuncional com teclas, evitando que ele tire as mãos do volante para navegar no painel. Além disso, a coluna de direção regulável oferece mais ergonomia para o condutor do veículo. E mais: o novo recurso Eco Suporte do painel de instrumentos auxilia para uma condução mais econômica durante a operação. Isso se dá por meio de quatro pontos de acompanhamento: meta de consumo de combustível, rotação do motor, velocidade máxima e pressão do turbo compressor.

O novo modelo de ônibus possui também o EIS (Engine Idle Shutdown), sistema de desligamento automático do motor. Se o ônibus está parado, porém com motor ligado, câmbio no ponto morto e freio de mão acionado, em uma situação que perdure por um longo período – por exemplo, 4 minutos – sem que o motorista acelere o veículo ou acione o freio de serviço, o sistema entra em ação e automaticamente desliga o motor. Esta é uma situação bastante comum em garagens, terminais urbanos e pontos de parada. Nessas circunstâncias, o EIS entra em ação, proporcionando economia no consumo de combustível, além de reduzir as emissões de poluentes e de ruídos.

Nacionais

Pré-venda do Jeep Compass

Em 2021, a Jeep completa 80 anos de muita autenticidade, aventura, paixão e liberdade. Um importante capítulo dessa história, que estreou em 2007 mundialmente, é o Jeep Compass, um verdadeiro ícone de sucesso da marca. E não é para menos. Lançado por aqui em 2012 importado e a partir de 2016 com produção no Polo Automotivo Jeep, em Goiana (PE), o modelo é líder de mercado no segmento de SUVs médios, o utilitário esportivo 4X4 mais vendido do País, o carro mais tecnológico produzido no Brasil e foi eleito nos últimos quatro anos o SUV médio com maior valor de revenda no território nacional.

Para continuar com essa trajetória de sucesso, a Jeep lançará em breve a nova geração do modelo e inicia a pré-venda de um lote de 1.000 unidades do Novo Compass Série Especial 80 Anos na próxima segunda-feira (05/04).

A série especial Compass 80 Anos conta com acabamento externo escurecido em tom grafite, interior em Black Piano, revestimento interno do teto na cor preta e costuras exclusivas, além de badges e tags "80th" na parte externa e interna do carro. O preço do novo Compass Série Especial 80 anos será divulgado no dia do início da pré-venda.

Como comprar

Para participar da pré-venda do novo Jeep Compass Série 80 Anos, o cliente deve acessar o hotsite https://compass.jeep.com.br/pre-venda a partir das 16h da segunda-feira (05/04) e efetuar o pagamento de um sinal de R$ 3.000. Vale dizer que as primeiras 48h serão exclusivas para os atuais clientes Jeep (depois das 16h do dia 07/04, a venda estará disponível para todos). A reserva também pode ser feita diretamente em uma das mais de 200 concessionárias Jeep distribuídas pelo Brasil.

Depois que o cliente pagar o valor, será enviado um voucher por e-mail com a confirmação do pedido. No lançamento oficial do novo Jeep Compass, em breve, todos os detalhes sobre as novidades da nova geração do modelo serão divulgados, assim como os preços de todas as versões. Assim, o cliente poderá definir se quer seguir com a compra e será orientado a ir até uma das concessionárias da Rede Jeep para concluir a aquisição do novo Jeep Compass 2022. Vale dizer que caso, por qualquer razão, ele opte por cancelar, receberá o dinheiro de volta.

Todos os que adquirirem o novo Compass Série Especial 80 Anos já na pré-venda terão vantagens, com faturamento em até 30 dias após o lançamento oficial e welcome kit composto por Echo Dot (4ª Geração) Smart Speaker com Alexa e itens da marca Jeep Gear: nécessaire da coleção Jeep Compass e chaveiro da coleção de 80 Anos da marca. Para clientes que optarem em fazer a compra como pessoa física, no varejo, a Jeep pagará o valor da tabela FIPE no Renegade ou Compass usados.

autojornal
o dia a dia motorizado

Expediente

Diretor e Editor Executivo: J. A. Otazú - MTB: 071836/SP
Editor: Angelo "Guto" Oliveira - MTB: 0069016/SP
Email: autojornal@mastermidia.com.br / Fone: (11) 99681-3549

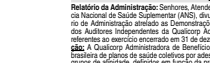
Qualicorp Administradora de Benefícios S.A. e Controladas

CNPJ nº 07.658.098/0001-18

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para os Exercícios Findos em 31/12/2020 e de 2019 (Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

Relatório da Administração: Senhores, Atendendo às exigências da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), divulgamos neste ato, o Relatório da Administração atrelado as Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes da Qualicorp Administradora de Benefícios referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020. **Apresentação:** A Qualicorp Administradora de Benefícios é a maior administradora brasileira de planos de saúde coletivos por adesão e outros benefícios para grupos de afinidade, definidos em função da profissão ou área de atuação em parceria com entidades de classe, com a escala dessa coletividade, a Qualicorp negocia junto às operadoras planos com condições especiais. A empresa também presta serviços para gestão de planos de saúde para clientes coletivos empresariais e outros benefícios para empresas nacionais e multinacionais, dos mais variados portes. **Política de Distribuição de Lucros:** A Companhia, de acordo com as disposições estatutárias, deve distribuir no mínimo 25% do lucro líquido do exercício ajustado a distribuição total dos lucros apurados no exercício de 2020, é pagamento de dividendos intercalares, o que será referendado pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas a ser realizada até 30 de abril de 2021. **Negócios Sociais e Principais Fatos Internos e/ou Externos que tiveram influência na Performance da Sociedade Operadora e/ou No Resultado do Exercício:** Em 2020 o mercado de saúde suplementar sofreu grande impacto em consequência da pandemia causada pelo COVID-19, mesmo frente dessa situação a Companhia, em linha com a expectativa de uma melhora no cenário macroeconômico, segue focada em expandir a base de clientes direcionando esforços não só em oferecer produtos mais acessíveis, mas também no atendimento qualificado e com soluções para pagamento e redução da inadimplência sustentável. **Reorganização Societária:** A Qualicorp Administradora de Benefícios S.A. e suas controladas em 2019 e 2020:

Em 2019:



Clube de Saúde Administradora de Benefícios Ltda.	Quaúde Operadora de Planos de Saúde Ltda.
100%	80%

Em 2020:

Clube de Saúde Administradora de Planos de Benefícios Ltda.	Plural Gestão Ativa de Planos de Saúde Ltda.	Unicoinsult Administradora de Benefícios e Serviços Ltda.
98,81%	75%	75%

Perspectivas e planos da administração para o(s) exercício(s) seguinte(s): Além de uma nova governança corporativa, a Companhia está focada em desenvolver seus canais de vendas e aumentar o portfólio de produtos e expandir as operações através de aquisições estratégicas para o negócio. **Descrição dos principais investimentos realizados, objetivo, recursos alocados (materiais e humanos), inclusive aqueles voltados aos programas de promoção e preservação à saúde:** Os principais investimentos no ano de 2020 foram voltados para a aquisição de infraestrutura de novas filiais empresas, valor de R$ 18.651, conforme demonstrado em nosso fluxo de caixa das atividades de investimento e ações **Emissão de debêntures:** As debêntures escrituradas pelo Qualicorp, são remuneradas com juros que correspondem a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI "over" expressa na forma percentual ao ano, corresponderão a 251 dias úteis (B3), acrescida de "spread" de 1,15% a.a. Mais detalhes na nota explicativa nº 16. **Investimentos da companhia em sociedades coligadas e controladas e mencionar as modificações ocorridas durante o exercício:** Em 2020 houve expansão de nossas operações através de aquisições estratégicas para nosso negócio. Em fevereiro do 2020 foi consumada a aquisição de 75% da Unicoinsult Administradora de Benefícios, com um portfólio de aproximadamente 35 mil vidas, sendo em sua maioria na categoria de planos coletivos abrangendo principalmente o Estado de São Paulo. Em setembro de 2020 a Clube de Saúde Administradora de Benefícios Ltda., controlada da Qualicorp Administradora de Benefícios S.A, adquiriu da Health Administradora de Benefícios Ltda., cessão de direitos de carteira contendo aproximadamente 4,3 mil vidas, no segmento coletivo por adesão, localizados no estado de São Paulo e atendidas pela GNDI - Grupo Notre Dame Intermédica, incluindo portfólios da Green Line e Santamálitu, operadoras de saúde do próprio GNDI. A Transação, que envolveu somente os direitos e obrigações sobre a carteira, está alinhada à estratégia de crescimento da Companhia nas suas frentes de negócio e ao seu objetivo de diversificação do portfólio de vidas em diferentes operadoras. Em reunião realizada em novembro de 2020, celebrou Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças tendo por objeto a aquisição, conjuntamente com sua subsidiária, Quaúde Operadora de Planos de Saúde S.A. ("Qualicorp Administradora"), de 75% do capital social da Plural Gestão em Planos de Saúde Ltda. Com a aquisição da Plural, a Qualicorp passa a complementar sua atuação no mercado brasileiro, adicionando ao seu portfólio cerca de 96.000 (noventa e seis mil) novas vidas e 21 novas operadoras, a Plural tem 96 (noventa e seis mil) vidas que é são em novas praças para a Qualicorp) e atuação em diferentes regiões do território nacional. Dentre as principais cláusulas do vínculo de mercado, o Grupo Qualicorp constitui em 2018 a empresa Quaúde Operadora de Plano de Saúde Ltda. ("Quaúde"), com o objetivo de (i) a comercialização de planos de saúde e odontológicos, coletivos e individuais, de forma privados de todas as modalidades, por meio da garantia da cobertura de custos de assistência médica, hospitalar, médica e laboratorial de seus integrantes através de gestão no credenciamento e no pagamento de prestadores de serviços de saúde e a participação como sócia, acionista e quotista em outras sociedades que desempenhem funções relacionadas ao seu objeto. Em 13 de janeiro de 2020, o Conselho de administração aprovou, a contratação de operação de alienação de todas as atividades, ativos e passivos da Quaúde para o Dr. José Serpieri Filho, Tomador, sócio e administrador, sendo mesma data, o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, pois validade em contrato, celebrado entre os sócios da Companhia e a Operadora de Plano de Saúde Ltda. ("Quaúde"), com o objetivo de (i) a comercialização de planos de saúde e odontológicos, coletivos e individuais, de forma privados de todas as modalidades, por meio da garantia da cobertura de custos de assistência médica, hospitalar, médica e laboratorial de seus integrantes através de gestão no credenciamento e no pagamento de prestadores de serviços de saúde e

↩ continuação

restritas outorgadas em 2019 e identificou inconsistências na forma de contabilização de tais outorgas em seu balanço patrimonial e resultado do exercício de 2019 e 2020. A contabilização anteriormente efetuada e registrada realizada pró-rata dia, equivalente a contabilização correta do plano de outorga de ações restritas deve ser realizada por tranches, de acordo com o CPC 10 (R1). Portanto, após referida retificação, a Companhia promoveu o ajuste e a apresentação dos valores contábeis. Diante disso, a Companhia reapresenta neste relatório os períodos comparativos referentes às ações restritas concedidas em 2019. c) Reclassificação de despesas de comissões: A Companhia revisou o plano de contas das contas e, para estar em conformidade com a legislação vigente, RN 435/2021 foram criadas novas contas de contas padrão da ANS para as operadoras de planos de assistência à saúde, decidiu reapresentar os saldos de comissões de vendas e corretagem do período do exercício de 31 de dezembro de 2019, realocando as contas em seus respectivos grupos. **3. Principais Práticas Contábeis:** As principais práticas contábeis adotadas foram as seguintes: **Princípios gerais:** Ativos, passivos, receitas e despesas são apurados de acordo com o regime de competência. A receita operacional líquida representa o montante do resultado quando os serviços são efetivamente prestados. Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis são ajustados a valor presente, quando aplicados no ativo e passivo não circulante, respectivamente. **I. Instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia e suas controladas passam a fazer parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor nominal que se aproxima do valor justo, considerado inclusive que as operações geralmente têm prazo de vencimento de até 30 dias, e que, portanto, resultam em efeitos relevantes quando trazidos a valores. Os passivos financeiros referentes às aquisições de cessão de direitos e aos direitos de exclusividade são reconhecidos e atualizados, quando aplicável, com base nos contratos firmados. Os demais passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor nominal que se aproxima do valor justo, considerando inclusive que as operações geralmente têm prazo de vencimento de até 30 dias e que, portanto, resultam em efeitos materiais nas demonstrações. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescentados ao valor justo dos ativos ou passivos financeiros, e aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. Ativos financeiros: Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que reququem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido pelo direito de norma ou prática de mercado. i) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Os ativos financeiros são classificados na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. b) Empréstimos e recebíveis: Ativos financeiros classificados na categoria de empréstimos e recebíveis são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetivos menos a provisão para perdas, se aplicável. Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como "Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado" ou "Outros passivos financeiros". A Companhia e suas controladas efetuam a baixa de passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas ou canceladas ou liquidadas. **II. Mensuração do valor justo:** o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contraparte paga e a pagar é reconhecido no resultado. **III. Disponível e equivalentes de caixa e de liquidez imediata:** Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizadas em até 90 dias da data da aplicação ou consideradas de liquidez imediata ou conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. Conforme política interna, as aplicações financeiras centralizam-se naquelas de menor risco, sendo realizadas em renda fixa a cotas de fundo de renda fixa, multimercado e títulos públicos federais. A aplicação de recursos financeiros é permitida apenas em instituições sólidas com classificação de "rating" de "AAA" até "BBB" no limite de 100% e de ações ting "BBB" até "BBB+" no limite de 20%. Parte dos valores aplicados centraliza-se em fundos dedicados à ANS e aos Certificados de Depósito Bancários - CDB, com rentabilidade baseada no Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI. **III. Aplicações financeiras:** Incluem aplicação financeira mantida em Fundo de Investimento, cujo valor de mercado das cotas do fundo de investimento não alterado no período e renda fixa a juros com base no valor de cota divulgado pelo administrador do fundo no qual a Companhia aplica seus recursos. a) Aplicação financeira mantida como garantidor de acordo com a Instrução Normativa nº 33, de 5 de outubro de 2009 da ANS, cujo valor de mercado das cotas do fundo de investimento não alterado no período e renda fixa a juros com base no valor de cota divulgado pelo administrador do fundo no qual a Companhia aplica seus recursos. **IV. Créditos de operações com administração de benefícios, contraprestações/prêmios a restituir, receita antecipada de contraprestações/prêmios e débitos de operações com administração de benefícios:** Nas operações de administração de contratos coletivos por adesão efetuadas por conta e ordem de terceiros, as operações são realizadas de acordo com as cláusulas e prazos de adesão (contratos nos quais o estipulante é a Companhia e sua controlada Clube de Saúde) são realizadas as operações de cobrança dos beneficiários e o repasse às operadoras credenciadas, respeitando as suas datas de vencimento. Os valores a serem repassados a terceiros são registrados no passivo circulante (vide nota explicativa nº19), por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia. Entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, deliberada pela Administração após o período contábil a que se referem as demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para a emissão das mesmas demonstrações financeiras, é registrada no patrimônio líquido. **XVII. Apresentação de informações por segmentos:** As informações por segmento operacional são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é representado pelo Diretor-Presidente da Companhia e de suas controladas. A Companhia possui apenas um segmento operacional. Adicionalmente, as operações das segmentações e seus detalhes estão descritas na nota explicativa nº 24. **4. Principais Estimativas e Julgamentos:** Na aplicação das práticas contábeis da Companhia e suas controladas descritas na nota explicativa nº 3, a Administração da Companhia e suas controladas são responsáveis por fazer julgamentos e estimativas sobre os valores contábeis dos ativos e passivos os quais não são facilmente óbitos de outras fontes. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. Nesse contexto, as estimativas e as premissas contábeis são continuamente avaliadas pela Administração da Companhia e suas controladas e são baseiam-se na experiência histórica e em vários outros fatores, entre outros, fatores comum razoáveis e relevantes. A Companhia e suas controladas adotam premissas e fazem estimativas com relação ao futuro. A ou de proporcionar um entendimento de como a Companhia e suas controladas formam seus julgamentos sobre eventos futuros, incluindo as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas que requerem o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões relativamente incertas sobre o valor contábeis dos seus ativos e passivos, e os resultados reais ocasionalmente podem ser iguais aos estimados. Para aplicação das práticas contábeis descritas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia e suas controladas adotam as seguintes premissas que afetam as demonstrações financeiras e as demonstrações financeiras estão apresentadas a seguir: **a) Teste de redução ao valor recuperável de ativos (impairment):** A Companhia anualmente faz os saldos de ágio por impairment, de acordo com a política contábil apresentada na nota explicativa nº 3 vis e premissas na nota explicativa nº 14. Os valores recuperáveis das Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculo efetuado conforme estimativas descritas na nota explicativa nº 14. Se a taxa de desconto estimada ajuste do impacto aplicada aos fluxos de caixa descontados. Se a taxa bruta que as estimativas da administração, passaria de 15,8% para 16,8% e continuaria não haveria perda a ser reconhecida. **b) Provisão para perdas de veis:** As provisões para riscos cíveis são reconhecidas através de um melhor estabelecido objetivo que utiliza como referência o desempenho histórico da carteira de processos cíveis em 18 meses, considerando a média ou mediana de todos os processos. O desempenho histórico está atrelado aos processos ativos e pagamentos efetuados, que pode de forma automática aumentar ou diminuir a provisão. Caso a variação fosse de 10% teria um acréscimo ou redução na provisão no valor de R$3.207. **5. Instrumentos Financeiros: a) Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros:** Pela natureza da sua operação e dos instrumentos financeiros existentes em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia considera que os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros contabilizados por meio do resultado e empréstimos e recebíveis e apresentados a seguir se aproximam dos seus valores justos. Os instrumentos financeiros e respectivas classificações são demonstrados a seguir:

Controladora

	2020				2019			
Descrição	**CPC 08 (R2)**	**CPC 47**	**CPC 48**	**TOTAL**	**CPC 08 (R2)**	**CPC 47**	**CPC 48**	**TOTAL**
Ativo financeiro a valor justo por meio do resultado								
Uniconsult								
Plural								
Saúde								
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.754	39.302		2.745				
Constituição de obrigações a pagar e opções de compra de participações não controladoras relacionadas à aquisição.	1.856							
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.754	39.302		2.745				
Demais valores pagos (*)	(941)							
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**2.754**	**39.302**		**2.745**				

A Companhia tem comprometimento contratados através de opção de compra de participações de não controladores relativos à aquisição da Uniconsult Administradora de Benefícios e Serviços Ltda, Plural Corretora de Seguros e Saúde Ltda. (nota explicativa nº 7). A determinação do valor de compra da participação de não controladores é determinada substancialmente através de múltiplos de Faturamento, ambos para o período de 12 meses que antecedem o exercício da opção. Este passivo é mensurado com base no valor justo das participações de não controladores e reconhecido com a adição de uma abordagem do fluxo de caixa descontado. * Valor referente pêmio pago pela Companhia pela opção de compra a participação remanescente de 25% dos acionistas vendedores. **Instrumentos derivativos:** Em operações financeiras, a Companhia e suas controladas não possuem operações de instrumentos financeiros derivativos para protegeo de suas posições ou para especulação. b) Gerenciamento dos principais riscos: A Companhia e suas controladas efetuam operações de estipulação de preços em contratos coletivos por adesão no segmento de seguro saúde e de planos de saúde suplementar. Os principais riscos financeiros decorrentes dos negócios da Companhia e suas controladas são os riscos de crédito, de taxa de juros e de liquidez e de capital. b) Administração de capital: Os diferentes departamentos, e contempla uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas. A Companhia e suas controladas se comprometem em manter os seus ativos financeiros e estratégias estão sendo cumpridas, de forma que os resultados obtidos estão de acordo com os objetivos da Administração. **Risco de crédito:** O risco de crédito advém da possibilidade da Companhia e sua controladas. Que de Saúde tenem que arcar com o pagamento das faturas dos operadoras/seguradoras contratadas e estipulação de preços/seguros vencidos e não pagos pelos beneficiários. Para mitigar este risco, a Companhia e suas controladas monitoram os saldos a receber e a quantidade de beneficiários inadimplentes conforme prazo contratual, sendo cancelados em 30 e 60 dias de inadimplência, de acordo com o comprometido da mensalidade. A metodologia de aprovação da provisão para devedores duvidosos e baixa de valores incobríveis está descrita na nota explicativa nº 3x4. **Risco de taxa de juros do indexador IPCA:** Os ativos financeiros da Companhia e sua controladas vinculam a sofrer perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que são atreladas a suas operações e ativos captados (aplicados) no mercado. Como o índice mais relevante no fortalecimento da Companhia e de 28 dias, a Administração **Risco de taxa de juros** para análise da variação da taxa de juros à variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, que estão assim resumidos:

Conta

Descrição	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativos financeiras de liquidez imediata (i)	254.002	68.246	283.544	95.287
Aplicações financeiras (ii)	296.179	187.116	307.040	192.422
Debêntures (iii)	(293.290)	(298.993)	(293.290)	(298.993)
Total da exposição líquida	**254.891**	**(43.631)**	**297.294**	**(9.283)**

L.s. Aplicações financeiras são substancialmente realizadas com base nas taxas de remuneração oferecidas pelas instituições financeiras e são atrelados à taxa CDI e refletem as condições usuais de mercado nas datas dos balanços, conforme descrito na nota explicativa nº 7 e 8. II. As debêntures escriturais foram emitidas sob rito de registro automático de distribuição, com 100% da arrecadação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI, acrescida de "spread" 1,15% a.a. (1,75% para o período de 31 de dezembro de 2019, sendo desmaterializadas, a partir da data da emissão, conforme descrito no contrato. O total de ações desmaterializadas foi de 293.290 ações **Análise de sensibilidade de variações das taxas de juros:** As flutuações das taxas de juros, como, por exemplo, o aumento ou diminuição do valor de ativos e passivos financeiros e operações financeiras e individuais e consolidadas em decorrência de aumento ou redução nos saldos de aplicações financeiras e de empréstimos e operações com debêntures, em 31 de dezembro de 2020, se as taxas de juros de CDI fossem 10% ao ano mais altas/mais baixas e todas as outras variáveis se mantivessem constantes, o lucro líquido do exercício seria R$ 29.729 (R$ 4.363 em 2019). **Risco de capital:** A Companhia administra seu capital para assegurar que tanto a controladora quanto as suas controladas operem de forma a proporcionar o retorno aos seus acionistas e mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou pessoas que se relacionam com a Companhia e suas controladas. A estrutura de capital deve multiplicar o valor de referência determinado pela ANS pelo fator K, que por sua vez é determinado pela região de operação da operadora e pelo segmento da mesma. Em 31 de dezembro de 2020 o capital base calculado mínimo obrigatório e de R$8.977 (R$ 8.790 em 2019). **Patrimônio líquido ajustado - PLA.** O patrimônio líquido ajustado é o patrimônio líquido do social apurado das operadoras ajustados por efeitos econômicos registrados no balanço patrimonial. O Patrimônio Líquido Ajustado que as operadoras devem observar, a qualquer momento, em relação as regras de capital regulamentadas pela RN. Quanto a apuração do capital base de operadoras de planos de saúde, a Companhia deverá observar três fatores: I) A operadora deverá possuir seu PLA, a qualquer tempo, equivalente ao superior ao capital base e capital regulatório; II) A segunda observação é que até 2022, o capital regulatório será o maior valor entre o capital base apurado e a margem de solvência (não aplicável para administradoras de benefícios); III) A partir de 2023, com exceção para as operadoras de capital regulatório será o maior valor entre o capital base e o capital baseado em risco (CBR). Em 31 de dezembro 2020, o patrimônio líquido ajustado calculado é de R$105.893, (R$35.372) em 31 de dezembro de 2019) para a Clube de Saúde, R$ 53.524 (R$34.506 em 31 de dezembro de 2019) para a Clube de Saúde, R$ (392) para Uniconsult, R$ 2.267 para Plural Saúde e (R$1.141) em 31 de dezembro de 2019 para Qsaúde. Abaixo o patrimônio líquido ajustado calculado e o capital base e capital regulatório, que estão enquadrados à respectiva Instrução Normativa em 31 de dezembro de 2020, exceto o capital regulatório da Uniconsult, que somente em fevereiro de 2021.

Consolidado

Descrição	Taxa de juros	Menos de 1 mês	Mais de 1 mês e 3 meses	Mais de 3 meses e 1 ano	Mais de 1 ano e 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Consolidado							
31 de dezembro de 2020							
Debêntures (a)	CDI + 1,15%	4.519	4.442	10.233	302.829		322.023
Obrigações de operações com planos de assistência à saúde		– 483.221		–	–	–	– 483.221
Débitos de operações com administração de benefícios		– 183.689		–	–	–	– 183.689
Receita antecipada de contraprestações/prêmios		– 63.452		–	–	–	– 63.452
Contraprestações/ prêmios a restituir		– 28.603		–	–	–	– 28.603
Comercialização sobre Operações		– 405		–	–	–	– 405
Débitos diversos		– 110.170		–	–	–	– 110.170
Total		**– 874.059**	**4.442**	**10.233**	**302.829**		**1.191.563**

• Considera o valor total da dívida em 31 de dezembro de 2020, não calculado a valor presente. **6. Adoção de Normas de Contabilidade Novas e Revisadas:** Os seguintes pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC 19 e 29 e neiro de 2020 e foram aplicadas pela Companhia quando necessário: • Definição de material: alterações ao IAS 1/CPC 26 "Apresentação das Demonstrações Contábeis"e CPC 23 "Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro"; e • Estrutura Conceitual Revisada para Relatório Financeiro e Interpretações emitidas pelo CPC e passaram a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2018 (CPC 47 e CPC 48) e 1º de janeiro de 2019 (CPC 06 (R1) e CPC 29), mas não foram aplicadas por não haver aprovação da ANS (Agência Nacional de Saúde) e no final desta nota explicativa apresentamos os possíveis impactos das normas aplicáveis a esta Companhia caso tivessemos a adoção: **a) CPC 48 - Instrumentos Financeiros:** Essa norma abrida a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros, que substitui o IAS 39/ CPC 38, que dá respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o CPC 48 trazem são: a) Classificação e mensuração de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, baseado no conceito de perdas esperadas e incorridas (atualmente denominado modelo de perdas esperadas), em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. Na avaliação realizada, a Empresa entendeu que o impacto desta norma será: I. Com relação aos novos critérios de classificação de ativos financeiros, a Empresa verificou que os ativos financeiros classificados como "Empréstimos e Recebíveis" devem ser classificados como "Custo Amortizado". **II.** Com relação ao novo modelo de impairment, a Empresa entendeu que a perda deverá ser reconhecida por antecipação, onde até as análises mais recentes não são esperados impactos relevantes pela mudança de modelo para a provisão para perdas de crédito referentes a parcelas que deixaram de ser reconhecidas em contas a receber, que atualmente é feita com base nos valores dos créditos vencidos, acrescidos de, considerando o histórico de "perdas incorridas" e que passará a ser provisionada na função do reconhecimento das "perdas de crédito esperadas", no mesmo momento do registro do respectivo faturamento. **b) CPC 47 - Receita de contrato com clientes:** Estabelece os seguintes princípios que uma entidade deve aplicar para determinar a mensuração da receita e o momento em que ela é reconhecida. Os princípios baseiam-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituiu o princípio de risco e benefícios. Ela substitui o CPC 17 - "Contratos de Construção" e CPC 30 - "Receitas" e correspondentes interpretações. Os impactos na adoção da referida norma, depois do período de transição, são: **Ativos Circulantes e Não Circulantes - Arrendamentos:** Com essa norma os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinadas opções de curto prazo e de baixo valor. Na avaliação realizada, os impactos da adoção desta norma estão destacados a seguir: • **Passivo de Arrendamento** - Reconhecer em passivo o montante do compromisso assumido **Receitas:** Devem ser classificados como "Custo Amortizado". **II.** Com relação ao novo modelo de impairment, a Empresa entendeu que a perda deverá ser reconhecida por antecipação, onde até as análises mais recentes não são esperados impactos relevantes pela mudança de modelo para a provisão para perdas de crédito referentes a parcelas que deixaram de ser reconhecidas em contas a receber, que atualmente é feita com base nos valores dos créditos vencidos, acrescidos de, considerando o histórico de "perdas incorridas" e que passará a ser provisionada na função do reconhecimento das "perdas de crédito esperadas", no mesmo momento do registro do respectivo faturamento. **c) CPC 06 - Operações de arrendamento mercantil:** Estabelece os princípios que uma entidade deve aplicar para determinar a mensuração da e o momento em que ela é reconhecida. Os princípios baseiam-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituiu o princípio de risco e benefícios. Ela substitui o CPC 17 - "Contratos de Construção" e CPC 30 - "Receitas" e correspondentes interpretações. Os impactos na adoção da referida norma, depois do período de transição, são: **Ativos Circulantes e Não Circulantes - Arrendamentos:** Com essa norma os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinadas opções de curto prazo e de baixo valor. Na avaliação realizada, os impactos da adoção desta norma estão destacados a seguir: • **Passivo de Arrendamento** - Reconhecer em passivo o montante do compromisso assumido **Receitas:** Este valor, será ajustado a valor presente utilizando a taxa de desconto implícita no contrato (se houver) ou que fomença uma taxa de dívida economica para o contrato. • **Ativo Imobilizado** - As contraprestações dos contratos de arrendamentos, atualmente reconhecidos como despesas, serão registradas como ativo imobilizado/intangível na data de aplicação inicial ou quando houver novo contrato de arrendamento, no montante equivalente ao passivo de arrendamento e serão depreciadas/amortizadas durante a vigência do contrato. • **Patrimônio líquido** - Os montantes reconhecidos em decorrência das normas pré CPC 06-(R2) devem ser baixados e reconhecidos no PL, assim como os montantes reconhecidos pelo valor presente do valor de locação. • **Despesa Financeira** - Os montantes reconhecidos em passivo, serão ajustados utilizando a mesma taxa de AVP para cálculo das despesas financeiras. • **Resultado Líquido** - As despesas geradas pelo novo método de contabilização serão maiores no início do contrato e decrescerão ao o termo, em virtude da atualização monetária do passivo. Embora exista a diferença temporal, ao longo da vida útil os efeitos em resultados serão iguais aos que ocorreriam sem o IFRS 16, mas o impacto será em linhas diferentes da demonstração de resultado. **d) ICPC 22 - Interpretação do CPC 32 - Tributos sobre o Lucro:** Essa interpretação esclarece como mensurar e reconhecer ativos e passivos de tributos sobre o lucro (IR/CS) correntes e diferidos, à luz do CPC 32, nos casos em que há incerteza sobre tratamentos aplicados nos cálculos dos respectivos tributos. Os tratamentos incertos poderão ser gerir em virtude das contabilizações das transações diárias da empresa, bem como quantificações e divulgações da Empresa na apuração e cálculo dos tributos, que confltam com a legislação vigente (legislações tributárias que dão margem para mais de uma interpretação, erros e desconprimento de algumas obrigação acessória, etc.). E também reforça a necessidade de divulgação dos julgamentos realizados e premissas ou outras estimativas utilizadas. A administração avaliou os principais tratamentos fiscais adotados pela Empresa nos períodos em aberto sujeitos a questionamento pelas autoridades tributárias e conclusa que não há impacto significativo a ser registrado nas demonstrações financeiras. **e) Impactos da adoção das normas contábeis:** Caso as normas fossem aprovadas pela agencia reguladora, teríamos os seguintes impactos nas demonstrações da Empresa:

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Qualicorp Administradora de Benefícios S.A. e Controladas - CNPJ nº 07.658.098/0001-18

Reconciliação das mensurações de valor justo de Nível 3 dos passivos financeiros:

	Valor justo por meio do por resultado Uniconsult	Valor justo por meio do por resultado Plural	Valor justo por meio do por resultado Clube de Saúde
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.856	39.502	2.745
Constituição de obrigações a pagar e opções de compra de participações não controladores relacionadas à aquisição.	1.856	39.502	2.745
Demais valores pagos (*)	(941)		
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**2.754**	**39.302**	**2.745**

A Companhia tem comprometimento contratados através de opção de compra de participações de não controladores relativos à aquisição da Uniconsult Administradora de Benefícios e Serviços Ltda, Plural Corretora de Seguros e Saúde Ltda. (nota explicativa nº 7). A determinação do valor de compra da participação de não controladores é determinada substancialmente através de múltiplos de Faturamento, ambos para o período de 12 meses que antecedem o exercício da opção. Este passivo é mensurado com base no valor justo das participações de não controladores e reconhecido com a adição de uma abordagem do fluxo de caixa descontado. * Valor referente pêmio pago pela Companhia pela opção de compra a participação remanescente de 25% dos acionistas vendedores. **Instrumentos derivativos:** Em operações financeiras, a Companhia e suas controladas não possuem operações de instrumentos financeiros derivativos para protegeo de suas posições ou para especulação. b) Gerenciamento dos principais riscos: A Companhia e suas controladas efetuam operações de estipulação de preços em contratos coletivos por adesão no segmento de seguro saúde e de planos de saúde suplementar. Os principais riscos financeiros decorrentes dos negócios da Companhia e suas controladas são os riscos de crédito, de taxa de juros e de liquidez e de capital. b) Administração de capital: Os diferentes departamentos, e contempla uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas. A Companhia e suas controladas se comprometem em manter os seus ativos financeiros e estratégias estão sendo cumpridas, de forma que os resultados obtidos estão de acordo com os objetivos da Administração. **Risco de crédito:** O risco de crédito advém da possibilidade da Companhia e sua controladas. Que de Saúde tenem que arcar com o pagamento das faturas dos operadoras/seguradoras contratadas e estipulação de preços/seguros vencidos e não pagos pelos beneficiários. Para mitigar este risco, a Companhia e suas controladas monitoram os saldos a receber e a quantidade de beneficiários inadimplentes conforme prazo contratual, sendo cancelados em 30 e 60 dias de inadimplência, de acordo com o comprometido da mensalidade. A metodologia de aprovação da provisão para devedores duvidosos e baixa de valores incobríveis está descrita na nota explicativa nº 3x4. **Risco de taxa de juros do indexador IPCA:** Os ativos financeiros da Companhia e sua controladas vinculam a sofrer perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que são atreladas a suas operações e ativos captados (aplicados) no mercado. Como o índice mais relevante no fortalecimento da Companhia e de 28 dias, a Administração **Risco de taxa de juros** para análise da variação da taxa de juros à variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, que estão assim resumidos:

Consolidado

Descrição	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativos financeiras de liquidez imediata	254.002	68.246	283.544	95.287
Aplicações financeiras	296.179	187.116	307.040	192.422
Débitos diversos - passivo não circulante -				
Opções de compra para aquisição de participação de não controladores	—	(42.295)	—	—

Durante o período, não ocorreram transferências entre níveis. O valor contábil dos demais ativos e passivos financeiros é próximo ao seu valor justo, com exceção das debêntures do passivo não circulante, veja nota explicativa nº 16.

	31/12/2020		31/12/2019	
Consolidado	**Nível 1**	**Nível 3**	**Nível 1**	**Nível 3**
Aplicações financeiras	254.002	—	68.247	—
de liquidez imediata	296.179	—	192.522	—
Aplicações financeiras				
Débitos diversos - passivo não circulante				
Opções de compra para aquisição de participação de não controladores	—	(42.295)	—	—

Demonstrações financeiras individuais e Consolidadas da Qualicorp Administradora de Benefícios S.A. e Controladas - CNPJ nº 07.658.098/0001-18

Controladora

	2020				2019			
Demonstração do Patrimônio Líquido	**CPC 08 (R2)**	**CPC 47**	**CPC 48**	**TOTAL**	**CPC 08 (R2)**	**CPC 47**	**CPC 48**	**TOTAL**
Créditos de Operações de Administração de Benefícios		(9.282)	(9.282)				(11.066)	(11.066)
Ativos Imobiliários e previdenciários	418	3.159	3.574	418	—	3.762	4.180	
Investimento	(2.584)	(595)	(3.179)	(956)	—	(2.274)	(3.230)	
Imobilizado	5.843	—	5.843	13.331	—	—	13.331	
Intangível	—	4.217	—	4.217	—	—	2.850	
Ativo	**3.677**	**4.217**	**(6.721)**	**1.173**	**12.793**	**2.850**	**(9.578)**	**6.065**
Empréstimos e financiamentos (circulante)	3.195	—	3.195	4.856	—	—	4.856	
Empréstimos e financiamentos (não circulante)	3.712	—	3.712	9.408	—	—	9.408	
Passivo para IR e CSLL	(168)	—	(168)	101	—	—	101	
Patrimônio líquido	(3.062)	4.217	(6.721)	(5.566)	(1.572)	2.850	(9.578)	(8.300)
Passivo e patrimônio líquido	**3.677**	**4.217**	**(6.721)**	**1.173**	**12.793**	**2.850**	**(9.578)**	**6.065**

Controladora

	2020				2019			
Demonstração do Resultado	**CPC 08 (R2)**	**CPC 47**	**CPC 48**	**TOTAL**	**CPC 08 (R2)**	**CPC 47**	**CPC 48**	**TOTAL**
Despesas administrativas	823	1.380	—	2.196	1.071	1.727	—	2.798
Provisão para Perdas Sobre Créditos	—	1.785	1.785	—	—	—	2.138	2.138
Resultado Financeiro	(954)	—	(954)	—	(1.950)	—	—	(1.950)
Resultado Patrimonial	(1.628)	—	1.679	51	(956)	—	(230)	(1.186)
IR/CSLL	269	—	(168)	(338)	317	—	(727)	(410)
Lucro líquido	**(1.490)**	**1.367**	**2.857**	**2.734**	**(1.572)**	**1.737**	**1.181**	**1.346**

Consolidado

	2020				2019			
Balanço Patrimonial	**CPC 06 (R2)**	**CPC 47**	**CPC 48**	**TOTAL**	**CPC 06 (R2)**	**CPC 47**	**CPC 48**	**TOTAL**
Créditos de Operações de Administração de Benefícios		(11.962)	(11.962)				(14.512)	(14.512)
Ativos Imobiliários e previdenciários	451	—	4.069	4.520	2.005	—	3.762	5.767
Imobilizado	6.145		—	6.145	49.841	—	—	49.841
Intangível	—	4.217	—	4.217	—	2.850	—	2.850
Ativo	**6.596**	**4.217**	**(7.893)**	**2.920**	**51.846**	**2.850**	**(10.750)**	**43.946**
Empréstimos e financiamentos (circulante)	3.355	—	—	3.355	9.515	—	—	9.515
Empréstimos e financiamentos (não circulante)	3.920	—	—	3.920	42.707	—	—	42.707
Provisões para IR e CSLL	(167)	(1.172)	(1.339)	1.196	—	(1.172)	—	24
Patrimônio líquido	(512)	5.417	(6.721)	(3.016)	(1.572)	4.022	(9.578)	(8.300)
Passivo e patrimônio líquido	**6.596**	**4.217**	**(7.893)**	**2.920**	**51.846**	**2.850**	**(10.750)**	**43.946**

Consolidado

	2020				2019			
Demonstração do Resultado	**CPC 06 (R2)**	**CPC 47**	**CPC 48**	**TOTAL**	**CPC 06 (R2)**	**CPC 47**	**CPC 48**	**TOTAL**
Despesas administrativas	(362)	1.367	—	1.005	1.073	1.727	—	2.814
Provisão para Perdas Sobre Créditos	—	2.551	2.551	—	—	—	1.789	1.789
Resultado Financeiro	(1.968)	—	(1.968)	(2.064)	—	—	—	(2.064)
Resultado Patrimonial	(1.628)	—	1.679	51	(956)	—	(230)	(1.186)
IR/CSLL	540	—	1.145	1.685	339	—	(639)	(300)
Lucro líquido	**(3.118)**	**1.367**	**4.356**	**2.785**	**(1.609)**	**1.737**	**951**	**1.079**

a) CPC emitidos e ainda não vigentes: • CPC 50 - Contratos de Seguros para a contabilização e PS-05 a 100,00% para contratos de seguros emitidos no vigente sobre Contratos de Seguros (CPC 11), cujo objetivo é assegurar que o 30 e 60 dias de inadimplência, a estabelecer controles de forma que a adoção está prevista para 1 de janeiro de 2023. A Companhia está acompanhando as tratativas e análise do estudo para avaliar possíveis impactos para a Companhia e sua norma. Não existem novos pronunciamentos emitidos e ainda não adotados que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Empresa. **7. Aquisição de Controladas: a) Aquisição Uniconsult:** Em 4 de dezembro de 2018, a controlada direta Qualicorp Benefícios adquiriu a participação de 75% do capital social da Uniconsult Administradora de Benefícios e Serviços Ltda. ("Uniconsult"), uma empresa que estrutura e administra contratos coletivos de benefícios de saúde e odontológicos, entre outros produtos, entidades de classe e empresas elegíveis a este segmento. Por meio dessa transação a Companhia ampliou a sua carteira de clientes e a sua rede de prestadores de serviços. Em 31 de dezembro de 2019 e 2020 a Companhia e controladas consolidaram os ativos e passivos da Uniconsult e demonstram os seguintes saldos: a) Esses instrumentos financeiros são atualizados à taxa de 80,59 e 99,20% para a controladora e 75,00% a 100,00% para a controlada e o pagamento do Depósito Interfinanceiro - CDI e estão custodiados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, possuindo liquidez imediata e podendo ser negociados

continuação

Abaixo o quadro de apresentação do movimentação de 31 de dezembro de 2019:

	Osaúde Operadora de Plano de Saúde Ltda.	Clube de Saúde Administradora de Benefícios Ltda. (Reapresentado)	Total
Informações sobre as investidas em 31 de dezembro de 2019:			
Capital social	35.560	38.538	
Patrimônio líquido	12.464	40.829	
Lucro (prejuízo) do exercício	(21.551)	16.719	
Informações sobre os investimentos:			
Quantidade de cotas	35.560	35.538	
Participação - %	80%	100%	
Movimentação do investimento:			
Total do investimento em 31 de dezembro de 2018:	**9.335**	**29.253**	**38.588**
Aumento de capital em controladas	28.580	–	28.580
Equivalência patrimonial	(21.551)	16.719	(4.832)
Total do investimento recomposto em 31 de dezembro de 2019:	**12.464**	**38.972**	**52.436**

14. Intangível:

			Custo					Amortização				
	Taxa anual de amortização %	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2019	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2019	Saldo em 31/12/2020	Líquido
Controladora												
Aliança Administradora de Benefícios de Saúde S.A.	–	249.420			–	249.420		–	–	–	–	249.420
Grupo Patrio	–	136.653			–	136.653		–	–	–	–	136.653
Total agio	–	**386.073**			–	**386.073**		–	–	–	–	**386.073**
Aquisições de cessão de direitos - segmento Atividades	20	211.556	30.800	–	–	242.356	(166.706)	(28.050)	–	(194.756)	47.600	
Softwares em uso	20	199.433	3.169	5.672	(5.200)	203.074	(146.378)	(30.400)	3.943	(172.835)	30.239	
Direito de exclusividade	20	36.540	1.000	–	–	37.540	(30.309)	(895)	–	(31.204)	6.336	
Software em desenvolvimento	–	7.162	11.194	(5.672)	(3)	12.681	–	–	–	–	12.681	
Acordo de não competição	20	1.000	20.000	–	–	21.000	(744)	(626)	–	(1.370)	19.630	
Total outros ativos intangíveis		**455.691**	**52.943**	–	**(5.203)**	**503.431**	**(350.137)**	**(59.873)**	**3.943**	**(406.067)**	**97.364**	
Total ativos intangíveis		**841.764**	**52.943**	–	**(5.203)**	**889.504**	**(350.137)**	**(59.873)**	**3.943**	**(406.067)**	**483.437**	
			Custo					Amortização				
Consolidado	Taxa anual de amortização %	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2019	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2019	Saldo em 31/12/2020	Líquido
Aliança Administradora de Benefícios de Saúde S.A., empresa incorporada (a)		249.420	–	–	–	249.420	–	–	–	–	–	249.420
Grupo Patrio, incorporada (a)		136.653	–	–	–	136.653	–	–	–	–	–	136.653
Uniconsult administradora de Benefícios Ltda. (a)		–	14.509			14.509		–		–		14.509
Plural Gestão em Planos de Saúde Ltda. (a)		–	168.528			168.528		–		–		168.528
Total ágio		**386.073**	**183.088**	–	–	**570.958**		–	–	–	–	**570.958**
Aquisições de cessão de direitos - segmento Atividades (b)	20	227.224	44.043	–	–	271.267	(182.374)	(28.295)	–	(210.669)	60.598	
Softwares em uso (c)	20	199.965	3.413	(5.947)	6.028	203.459	(146.408)	(30.663)	4.227	(172.844)	30.615	
Direito de exclusividade (d)	–	36.540	4.500	–	–	41.040	(36.309)	(895)	–	(37.204)	3.836	
Software em desenvolvimento (e)	–	13.520	14.419	(9.586)	(6.028)	12.325	–	–	–	–	–	12.325
Valor justo dos ativos intangíveis:												
Relacionamento com clientes page na aquisição de investimentos (f)	10	–	14.195			14.195		(2.602)		(2.602)	11.593	
Valor justo dos ativos intangíveis - Outros ativos:												
Acordo de não competição (g)	20	8.198	3.280			11.478	(3.984)	(1.969)		(5.953)	5.525	
Valor justo de outros ativos intangíveis												
Não competição (h)	30	–	1.116			1.116		–		–	–	1.116
Marcas (h)	20	–	961			961		–		–	–	961
Relacionamento com clientes page na aquisição de investimentos. (h)	10	–	4.762			4.762		–		–	–	4.762
Total outros ativos intangíveis		**871.520**	**273.726**	**(15.533)**	–	**1.129.713**	**(369.075)**	**(64.424)**	**4.227**	**(429.272)**	**700.441**	
			Custo					Amortização				
Controladora	Taxa anual de amortização %	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2019	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2019	Saldo em 31/12/2020	Líquido
Agio na aquisição de investimentos		386.073	–	–	–	386.073	–	–	–	–	–	386.073
Total ágio		**386.073**	–	–	–	**386.073**	–	–	–	–	–	**386.073**
Aquisições de cessão de direitos - segmento Atividades	20	198.923	12.632	–	–	211.555	(141.820)	(24.885)	–	(166.705)	44.850	
Softwares em uso	20	196.004	3.155	275	–	199.434	(110.353)	(36.025)	–	(146.378)	53.056	
Direito de exclusividade	20	36.540	–	–	–	36.540	(35.114)	(1.195)	–	(36.309)	231	
Software em desenvolvimento	20	562	7.368	(275)	(494)	7.161	–	–	–	–	7.161	
Acordo de não competição	20	1.000	–	–	–	1.000	(411)	(333)	–	(744)	256	
Total outros ativos intangíveis		**433.029**	**23.155**	–	**(494)**	**455.690**	**(287.698)**	**(62.438)**	–	**(350.136)**	**105.554**	
Total ativos intangíveis		**819.102**	**23.155**	–	**(494)**	**841.763**	**(287.698)**	**(62.438)**	–	**(350.136)**	**491.627**	
			Custo					Amortização				
Consolidado	Taxa anual de amortização %	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2019	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2019	Saldo em 31/12/2020	Líquido
Aliança Administradora de Benefícios de Saúde S.A		249.420	–	–	–	249.420	–	–	–	–	–	249.420
Grupo Patrio		136.653	–	–	–	136.653	–	–	–	–	–	136.653
Total ágio		**386.073**	–	–	–	**386.073**	–	–	–	–	–	**386.073**
Aquisições de cessão de direitos - segmento Atividades	20	198.923	12.632	–	–	211.555	(141.820)	(24.885)	–	(166.705)	44.850	
Softwares em uso	20	196.004	3.155	275	–	199.434	(110.353)	(36.025)	–	(146.378)	53.056	
Direito de exclusividade	20	36.540	–	–	–	36.540	(35.114)	(1.195)	–	(36.309)	231	
Software em desenvolvimento	20	562	7.368	(275)	(494)	7.161	–	–	–	–	7.161	
Acordo de não competição	20	1.000	–	–	–	1.000	(411)	(333)	–	(744)	256	
Total outros ativos intangíveis		**433.029**	**23.155**	–	**(494)**	**455.690**	**(287.698)**	**(62.438)**	–	**(350.136)**	**105.554**	
Total ativos intangíveis		**819.102**	**23.155**	–	**(494)**	**841.763**	**(287.698)**	**(62.438)**	–	**(350.136)**	**491.627**	
			Custo					Amortização				
Consolidado	Taxa anual de amortização %	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2019	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2019	Saldo em 31/12/2020	Líquido
Aliança Administradora de Benefícios de Saúde S.A		249.420	–	–	–	249.420	–	–	–	–	–	249.420
Grupo Patrio		136.653	–	–	–	136.653	–	–	–	–	–	136.653
Total ágio		**386.073**	–	–	–	**386.073**	–	–	–	–	–	**386.073**
Aquisições de cessão de direitos - segmento Atividades	20	198.923	12.632	–	–	211.555	(141.820)	(24.885)	–	(166.705)	44.850	
Softwares em uso	20	196.004	3.155	275	–	199.434	(110.353)	(36.025)	–	(146.378)	53.056	
Direito de exclusividade	20	36.540	–	–	–	36.540	(35.114)	(1.195)	–	(36.309)	231	
Software em desenvolvimento	20	587	13.726	(299)	(494)	13.520	–	–	–	–	13.520	
Acordo de não competição	20	8.198	–	–	–	8.198	(2.211)	(1.773)	–	(3.984)	4.214	
Total outros ativos intangíveis		**435.921**	**30.020**	–	**(494)**	**465.447**	**(303.076)**	**(65.897)**	–	**(369.075)**	**116.372**	
Total ativos intangíveis		**841.994**	**30.020**	–	**(494)**	**871.520**	**(303.076)**	**(65.897)**	–	**(369.075)**	**502.445**	

(a) Teste de perda por redução ao valor recuperável: A Companhia realizou testes do valor recuperável do ágio, alocados à UGC (unidade geradora de caixa) do segmento de Atividades, calculando o valor em uso por projeções de fluxo de caixa futuro descontado, para um período de 10 anos, utilizando as seguintes premissas:

PREMISSAS UGC-ATIVIDADES

Receitas	Para o exercício de 2021, as análises se baseiam, principalmente, nos orçamentos da Companhia. Para os exercícios entre 2022 e 2030, foram considerados os fatores de crescimento das receitas apurados baseando-se em projeções de crescimento do mercado na área de comercialização e administração de planos de saúde coletivos e serviços em saúde.
Despesas	Para o exercício de 2021 as análises se baseiam, principalmente, nos orçamentos da Companhia. As despesas fixas, que são aquelas que não crescem proporcionalmente às Receitas, tais como folha de pagamento (despesas com pessoal), serviços de terceiros e despesas de ocupação decorrente de alugueis, entre outras, consideradas na projeção de 2022 a 2030, foram estimadas com base no crescimento equivalente à inflação projetada no período.
Tributos	Os tributos sobre o lucro foram calculados com base no EBT (Earnings Before Taxes), descontando-se as despesas não dedutíveis e as receitas não tributáveis, deduzidas do LALUR (Livro de Apuração do Lucro Real).
Taxa de desconto	Os fluxos de caixa foram descontados com taxa de 15,8% a. antes dos impostos e taxa de 12,0% a.a. após impostos levando em consideração o custo médio ponderado de capital (WACC).
Perpetualidade	A Companhia considerou um crescimento nominal de 3,3% ao ano no período perpétuo correspondente a inflação de longo prazo.
Fontes	O trabalho foi realizado com base em fontes de informações econômicas, publicadas pelo Banco Central do Brasil, IPEA e Bloomberg, informações operacionais da Companhia, além das informações financeiras publicadas pela mesma.

(b) Referem-se aos contratos de cessão de direitos e obrigações realizados até a presente data. Em 2020 ocorreram: I. Em 12 de junho de 2020, foi firmado um contrato de cessão e transferências de direitos e obrigações e outras avenças entre a Companhia, junto a Clube Care Brasil Administradora de Benefícios Ltda. e Clube Care Assessoria Comercial Ltda., no montante de R$ 20.000,00 cujo de amortização desse ativo intangível é de 60 meses. II. No consolidado referem-se a contrato de cessão e transferência de direitos e obrigações outras avenças entre a controlada Clube de Saúde e a Health Administradora de Benefícios e Diversos Administradora de Benefícios celebrado em 8 de outubro de 2020 no montante R$ 7.376. O mesmo será amortizado pelo período de 60 meses, o qual coincide com o prazo de vigência do contrato. III. Em 8 de dezembro de 2020, foi firmado o contrato de cessão e transferência de direitos e obrigações e outras avenças entre a Companhia e a Multi Mais Saúde Administradora de Benefícios, no montante R$ 17.600. O mesmo será amortizado pelo período de 60 meses, o qual coincide com o prazo de vigência do contrato: (c) Referem-se a gastos com a aquisição de licenciamentos de softwares e softwares operacionais em uso. (d) Em 15 de janeiro de 2020, foi firmado o aditivo de contrato de exclusividade e outras avenças entre a Companhia e a APM - Associação Paulista de Medicina no montante de R$ 4.500. O mesmo será amortizado pelo período de 60 meses, prazo e vigência do contrato. (e) Referem-se de baixa, referem-se substancialmente a alienação da Osaúde. (f) Valores de relacionamento com clientes page na aquisição de investimento. Para adição de 2020, refere-se aquisição da controlada Uniconsult Administradora de Benefícios no montante líquido de R$ 11.592. (g) Em 9 de dezembro de 2020, foi firmado acordo de não competição com ex-executivos, no valor de R$ 3.280, que será amortizado pelo período de 12 meses, o qual coincide com prazo de duração do contrato. (h) Refere-se a aquisição da Plural, conforme a nota explicativa 7 - item b.

5. Débitos de Operações de Assistência à Saúde:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019		31/12/2019	
Descrição	31/12/2020	(reapresentado)	31/12/2020	(reapresentado)
Outros débitos de operações com planos de assistência à saúde (a)	456.870	–	483.221	–
Prêmios e planos de saúde a repassar - com e sem risco de indenização (b)	157.778	148.843	183.689	149.041
Receita Antecipada de Contraprestações/Prêmios	69.343	77.878	82.016	82.815
Outros	27.518	17.440	29.008	18.581
Total	**711.509**	**244.161**	**777.934**	**250.542**

a) Refere - se a provisão do reajuste anual sobre faturas de planos e seguros-saúde a serem pagas às seguradoras/operadoras, no montante R$ 5.000 em 2020 pela Agência Nacional de Saúde devido a pandemia/Covid-19, conforme descrito na nota explicativa nº 1.1/h). Considerando os meses de janeiro e fevereiro de 2021 no montante de R$ 2.000 e a projeção de reajuste simadamente R$ R$ 68.543; b) Referem-se as faturas de planos e seguros-saúde, a serem pagas às seguradoras/operadoras, no vencimento das faturas independentemente do recebimento por parte dos beneficiários, cujos pagamentos foram efetuados substancialmente até 31 de janeiro de 2021 para os valores de dezembro de 2020 e 31 de janeiro de 2020 para os valores de dezembro de 2019. **16. Empréstimos e Financiamentos a Pagar:**

Debêntures: As debêntures emitidas pela Companhia no âmbito da emissão são possuem as seguintes características: Quantidade/Espécie:

Debêntures	Quantidade	Valor nominal	Vigência	Remuneração	Fiador
4ª emissão (ii)	290.000	1.000	28/06/2023	100% do CDI + 1,25% a.a.	**Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A.**
Nova Emissão	28/06/2019 a "spread" Taxa Referencial de Juros	28/06/2020	1.150	**Seguros S.A.**	

Nova Emissão: Em 28 de junho de 2019, a Qualicorp Benefícios S.A. emitiu 4ª emissão de debêntures (4ª emissão) firmou instrumento particular, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, essa emissão foi aprovada em AGE realizadas na mesma data. O valor nominal unitário das debêntures foi do R$1, sendo emitidas 290.000 (duzentos e noventa mil), no montante de R$290.000. A captação destes recursos ocorreu em 22 de julho de 2019. As emissões possuem como principais características: Garantias: O fiador da operação está descrito no quadro anterior, adicionalmente, há garantias reais/alienação fiduciária de ações/cessão fiduciária/cessão das ações de emissão da Qualicorp Administradora de Benefícios S.A., de propriedade da Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A. Recompra facultativa total: Foi acordado nessas emissões que resgate antecipado facultativo a Companhia poderá, a seu exclusivo critério atendendo o disposto no artigo 55 da Lei das S/A, a qualquer tempo realizar o resgate antecipado das debêntures. O valor a ser pago aos Debenturistas titulo de Resgate Antecipado Facultativo será equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures objeto do resgate, acrescido de prêmio, conforme Escritura de Emissão de Debêntures. Amortização Extraordinária Facultativa: Foi acordado nessas emissões que a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo realizar o amortização extraordinária facultativa das debêntures acrescido de prêmio, conforme condições das escrituras de Emissões de Debêntures. Vencimento antecipado: Poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta escritura e exigir o imediato pagamento pelas emissoras do saldo do valor nominal unitário das debêntures em circulação, acrescido da remuneração, calculada "pro rata temporis", desde a data de emissão ou a data de vencimento do último período de capitalização, ou seja, a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, além a data do seu efetivo pagamento, na ocorrência, entre outras, das seguintes hipóteses: a) Antes de uma reorganização societária (cisão, fusão, incorporação, venda de participação societária ou qualquer outra reestruturação societária de emissora envolvendo sociedade controlada(s), inclusive Efeita Pública de Ações), se os atuais acionistas não mantiverem o controle da emissora, por meio de participação acionária, direta ou indiretamente, de pelo menos, 50% mais uma ação com o direito a voto da emissora; e depois de uma reorganização societária, se qualquer terceiro obtiver controle da emissora por meio de participação acionária, direta ou indiretamente, de pelo menos, 35,0% das ações com o direito a voto da emissora; e, cumulativamente, os atuais acionistas deixarem de exercer o controle da emissora; e b) Adicionalmente, a Companhia possui certos compromissos financeiros relacionados à manutenção de determinados índices de performance, liquidez e endividamento alinhados às debêntures, os quais, caso sejam cumpridos, podem acarretar a liquidação antecipada. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia está cumprindo com os limites requeridos das cláusulas acima e demais compromissos contidos no contrato. Finalidade: Reforço de caixa e/ou capital de giro adicionado pelo alongamento do passivo financeiro. Composição da dívida:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Debêntures parcela única	–	–
Remuneração a pagar	4.377	8.509
Custo intermediação financeira na emissão/ colocação a diferir no prazo de vencimento	(434)	(434)
Circulante	**3.943**	**8.075**
Custo intermediação financeira na emissão/ colocação a diferir no prazo de vencimento	(651)	(1.085)
Debêntures parcela única	290.000	290.000
Não circulante	**289.349**	**288.915**
Total	**293.292**	**296.990**

Movimentação das debêntures:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo no início do período	**296.990**	**352.791**
Pagamento Debêntures parcela única	–	(62.500)
Emissão novas debêntures	–	290.000
Custo de emissão de novas debêntures (custos na captação)	–	–
4ª Emissão	434	1.259
Custo de emissão de novas debêntures	–	(11.302)
Apropriação de despesas (custos na captação)	–	1.512
Pagamento de juros	(15.469)	(18.708)
Apropriação de juros	11.337	19.232
Saldo no final do período	**293.292**	**296.990**
Valor Justo das Debêntures: Os valores contábeis e o valor justo de debêntures circulantes são os seguintes:

	31/12/2020		31/12/2019	
	Valor contábil	Justo	Valor contábil	Justo
	Diferença		Diferença	
	293.292	277.088	296.990	291.578
	(16.224)		(5.412)	

Os valores justos das debêntures baseiam-se nos fluxos de caixa descontados, utilizando-se taxa de mercado de 4,55% a 6,59% para 2020 e 5,85% e 6,96% para 2019. **17. Débitos Diversos:**

	Controladora		Consolidado	
Circulante:	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Aquisição de intangível a pagar (a)	20.092	2.095	22.063	2.095
Valores Identificados Seguradoras/Operadoras (b)	15.512	13.786	15.602	13.842
Depósitos não identificados (c)	3.643	5.312	3.670	5.357
Obrigação com Pessoal	8.632	8.003	10.379	9.400
Fornecedores - Diversos (d)	6.509	8.547	6.804	9.593
Reembolso de despesas a pagar (e)	5.011	5.799	5.599	5.799
Aporte de sinistralidade (g)	–	14.761	–	14.761
Outros	5.967	8.715	6.122	12.042
Devolução Beneficiário (RN412) (f)	4.099	400	4.371	1.397
Total circulante	**69.452**	**67.018**	**74.610**	**72.886**
Não Circulante:				
Opção de compra (h)	45.041	–	45.041	–
Aquisição de intangível a Pagar (i)	3.650	200	3.650	200
Valores Retidos para Indenização - LP (j)	–	3.480	–	3.480
Seguros a pagar	3.268	3.268	3.268	3.268
Total não circulante	**55.439**	**3.468**	**55.439**	**3.468**
Total Geral	**124.891**	**70.486**	**130.049**	**76.354**

(a) Refere-se ao contrato de cessão de direitos, conforme item 9 III da nota explicativa 14. (b) Referem-se, substancialmente, à diferença temporal entre a relação de beneficiários informados pelas operadoras/seguradoras de planos de saúde e a relação analítica dos beneficiários constantes nas faturas pagas pela a pagar das operadoras/seguradoras de planos de saúde e planos odontológicos, que são regularizados em períodos subsequentes, após o processamento das movimentações previstas pela Companhia. (c) O saldo refere-se, substancialmente, a depósitos de beneficiários/pacientes não identificados pelos escritórios. (d) Refere-se à atualização monetária de compra das empresas Uniconsult e Plural. Para maiores detalhes vide nota explicativa 7. **18. Provisão para Ações Judiciais:** Durante o curso normal de suas atividades, a Companhia e suas controladas estão expostas aos riscos oriundos de ações fiscais, trabalhistas, previdenciárias, cíveis, tributárias e de similaridade, para as quais, com base na opinião e estimativa da Administração, foram constituídas provisões conforme quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Cíveis (a)	28.929	23.389	32.077	23.787
Regulatório - ANS (b)	20.997	12.439	22.100	13.454
Trabalhistas e previdenciárias (c)	5.916	3.751	7.189	3.751
Tributárias (d)	–	–	4.627	–
Total	**55.842**	**39.579**	**66.004**	**40.987**

O quadro a seguir apresenta os movimentos das essas provisões para os períodos indicados, no consolidado:

Consolidado	31/12/2019	Adições	Reversões	31/12/2020
Cível (a)	23.787	13.534	(4.244)	32.077
Regulatório - ANS (b)	13.454	11.478	(2.832)	22.100
Trabalhistas e previdenciárias (c)	3.751	5.269	(1.831)	7.189
Tributárias (d)	–	4.636	–	4.636
Total	**40.987**	**34.917**	**(8.907)**	**66.004**

	31/12/2018	Adições	Reversões	31/12/2019
Cível (a)	21.714	9.214	(7.140)	23.787
Regulatório - ANS	13.830	8.661	(9.037)	13.454
Trabalhistas e previdenciárias	1.093	3.493	(835)	3.751
Total	**36.637**	**21.368**	**(17.012)**	**40.987**

Descrição dos principais processos e/ou riscos, em 31 de dezembro de 2020: a) A Companhia é parte passiva em processos cíveis em andamento, sendo o montante de R$28.929 e R$32.077 na controladora e consolidado, respectivamente (R$23.389 e R$23.787 em 2019 na controladora e consolidado, respectivamente), estimado provável o desembolso de caixa, para os quais foi constituída provisão para contingências. E avaliados como possível o desembolso de caixa R$40.865 e R$41.903 na controladora e no consolidado, respectivamente (R$40.818 e R$41.657 em 2019 na controladora e no consolidado, respectivamente) para os quais não foram constituídas provisões. As principais causas versam sobre (i) exigência de cobertures de procedimentos médicos não previstos no contrato de assistência à saúde coletiva por adesão ou no rol de procedimentos da ANS, cuja responsabilidade recai, única e exclusivamente, sobre as operadoras de planos de assistência à saúde, conforme legislação em vigor; (ii) questionamento sobre a aplicação do reajuste de preço por faixa etária por mudança de faixa etária e também pelo reajuste anual do individuo; (iii) pedidos de realização de perícias de saúde cancelados por falta de pagamento das mensalidades se encontram em fase de discussão na esfera administrativa e/ou judicial; (iv) reajuste anual do valor do(s) questionamento(s) de parte dos beneficiários para a cobrança junto ao Serasa de mensalidades em atraso não quitadas. Em 2020, o aumento ocorreu devido mudança em relação a forma de estimar essa provisão, conforme descrito nas notas explicativas 3 (XV e 4 (s). b) A Companhia é parte passiva em processos regulatórios ANS em andamento, sendo o montante de R$20.997 e R$22.100 na controladora e consolidado, respectivamente (R$12.439 e R$13.454 em 2019), na controladora e consolidado, respectivamente avaliado como perda provável, para os quais foi constituída provisão para contingências, e R$3.558 e R$3.603 na controladora e no consolidado, respectivamente (R$18.429 e R$18.574 em 2019 na controladora e no consolidado, respectivamente) avaliados como perda possível, para os quais, não foram constituídas provisões. A variação dessas provisões em relação ao ano anterior é substancialmente devido pelo fato de Companhia ter revisado os recolhimentos de INSS e FGTS. c) A Companhia é parte passiva em processos trabalhistas que se encontram em discussão na esfera administrativa e/ou judicial e que versam, principalmente, sobre o pagamento de verbas rescisórias, diferenças salariais, horas extras e reflexos. Além das reclamações trabalhistas, constituímos provisão para divergências de recolhimentos de valores relativos a INSS e FGTS, cuja discussão se encontra na esfera administrativa. As provisões para contingências constituídas para eventuais perdas decorrentes de referidos processos trabalhistas totalizam o montante de R$5.916 e R$ 7.189 na Controladora e Consolidado, respectivamente (R$3.751 em 2019 Controladora e Consolidado). Para os riscos cujas chances de perda são classificadas como possível, os quais totalizam R$3.250 Controladora e Consolidado em 2019 (nenhuma em Controladora e Consolidado), não foram constituídas provisões. d) A Companhia é parte passiva em processos tributários em andamento. Entretanto, importante observar que (i) a partir do exercício de 2019, não foram constituídas provisões em decorrência do montante de R$0 avaliado como perda provável e possível na controladora e consolidado. (ii) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foi constituída provisão considerando o montante de R$0 na controladora avaliado como perda provável e possível. No consolidado, verifica-se o montante de R$4.636, referente a contribuição social e PIS. **19. Transações com Partes Relacionadas e Ação de Interação classificadas como possível:** A Companhia possui passivos contingentes de natureza tributária, cujas probabilidade de perda foi considerada possível, razão pela qual não foram constituídas provisões. Esses passivos contingentes de natureza tributária, acrescidos de juros e atualização monetária, totalizam R$ 645.947 em 31 de dezembro de 2019 (R$ 630.821 em 2019), conforme detalhado a seguir: a. O valor total de R$ 117.558 refere-se a autos de infração lavrados para a cobrança do Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica ("IRPJ") e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), relativos ao ano-calendário de 2011, cumulados com juros de mora, multa de ofício qualificada no percentual de 150% e multa isolada, referente à penalidade fiscal de ação Estes autos de infração estão pendentes de análise nas esferas administrativa e judicial, havendo decisões liminares proferidas pelo Poder Judiciário favoravelmente à Companhia; b. O valor total de R$ 391.300 refere-se a autos de infração lavrados para a cobrança do IRPJ e da CSLL, relativos aos anos-calendários de 2012 a 2014, cumulados com juros de mora, multa de ofício qualificada no percentual de 150% e multa isolada, envolvendo a amortização fiscal de ágio. Estes autos de infração estão pendentes de análise nas esferas administrativa e judicial, havendo decisão liminar proferida pelo Poder Judiciário favoravelmente à Companhia; c. O valor total de R$ 3.017 refere-se a auto de Infração lavrado para a cobrança de IRPJ e CSLL relativos ao ano-calendário de 2009, cancelado no mês de novembro de 2020 por decisão de primeira instância administrativa; d. O valor total de R$ 2.783 refere-se a autos de infração lavrados contra a Aliança Administradora de Benefícios de Saúde S.A. (sucedida pela Companhia) para a exigência das contribuições previdenciárias relativamente a distribuição de dividendos realizadas de 12/2012 a 12/2014, acrescidas de juros de mora e de multa de ofício qualificada, entendidas como remuneração pela Receita Federal; e. O valor total de R$ 42.711 refere-se a autos de infração lavrados contra a Aliança Administradora de Benefícios de Saúde S.A. (sucedida pela Companhia) para a cobrança do Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF") e da multa proporcional e juros exigidos isoladamente, relativos aos períodos de dezembro/2012 a dezembro/2014; g. O valor total de R$ 76.791 refere-se a autos de infração lavrados contra a Aliança Administradora de Benefícios de Saúde S.A. (sucedida pela Companhia) para a cobrança de IRPJ e CSLL, relativos aos anos-calendário de 2013 e 2014, cumulados com multa de ofício qualificada e juros de mora; h. O valor total de R$ 3.551 refere-se a Auto de infração lavrado em 31/10/2019, por meio do qual foi cobrado crédito tributário referente a contribuições previdenciárias (cota patronal e SAT/RAT) relativos ao ano-calendário de 2015, cumulados com juros de mora e multa de ofício, relativamente a programa de outorga de opção de compra de ações; e i. O valor total de R$ 925 refere-se a auto de infração lavrado em 31/10/2019, por meio do qual foi constituído crédito tributário referente a contribuições para outras entidades e fundos, mais comumente denominadas "contribuições de terceiros" (SENAC, SESC, SEBRAE, INCRA e Salário-Educação) relativas ao ano-calendário de 2015, cumuladas com juros de mora e multa de ofício, relativamente a programa de outorga de opção de compra de ações; e j). O saldo residual de R$ 501 está pulverizado em dois processos sobre a não incidência de contribuições previdenciárias sobre outras da folha de pagamentos desprovidas de natureza remuneratória. **19. Patrimônio Líquido:** Capital social: Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, o capital social da Companhia é de R$276.366, representado por 276.366.000 ações ordinárias. A participação dos acionistas no capital social da Companhia é 486.715.989 ações ordinárias (486.715.989 ações em 31 de dezembro de 2019) Distribuição de resultados e outras reservas de lucros: O dividendo mínimo obrigatório corresponderá a 1% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, conforme estabelecido no estatuto social da Companhia. O Conselho de Administração deverá propor, ao final do exercício, para ainda, declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, nem como poderá deliberar o pagamento de juros sobre o capital próprio, a crédito dos dividendos anuais ou intermediários, podendo tais dividendos, serem imputados ao dividendo obrigatório.

	2019 (Reapresentado)
Destinação do Lucro líquido	**2020**
Lucro líquido do exercício	388.099
Participação de dividendos intercalares no exercício	–
% dos dividendos intercalares sobre o lucro líquido do exercício	–
Complemento dividendo mínimo obrigatório	3.881
Dividendo proposto a pagar	384.218
	85%
	74.199

a) A destinação será referenda pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas que será realizada até 30 de abril de 2021, e estão demonstrados na rubrica "Dividendo Proposto". Reserva legal: Conforme estabelecer o Estatuto Social, a Companhia deverá destinar 5% (cinco por cento) do resultado do exercício para formação dessa reserva até atingir 20% (vinte por cento) do capital social subscrito ou o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei nº 6.404/76, exceder 30% do capital social. Em 31 de dezembro de 2019 e 2020 o saldo é de R$ 55.273 pois atingiu o índice de 20%. **Reserva de Capital - Opções de Compra e Venda relacionadas a participação de Não Controladores:** Como os riscos e benefícios das aquisições envolvendo Uniconsult e Plural ainda permanecem com os não controladores, o passivo financeiro reconhecido em 31 de dezembro de 2019 e 2020 decorrente das parcelas a pagar em 2021 e 2022 e o saldo residual de R$ 44.103, registradas como redutora do patrimônio líquido da Companhia, deverão ser registrado como um componente separado do mesmo. Em 31 de dezembro de 2020, o valor das opções de compra dos não controladores é de R$ 44.103, registradas como redutora do patrimônio líquido da Companhia, conforme quadro abaixo: Os valores do

continuação

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Qualicorp Administradora de Benefícios S.A. e Controladas - CNPJ nº 07.658.098/0001-18

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Reconhecimento de receita (Notas 3(xii) e 23) Em data principais fontes de receita da Companhia e a taxa de administração, reconhecida mensalmente a partir das informações geradas no sistema interno de gerenciamento de beneficiários. Em decorrência do modelo de negócio, existem diferenças temporais entre o faturamento pelos serviços prestados e o montante a ser reconhecido pelas operadoras, as quais são monitoradas através dos controles internos da Companhia. Esse assunto permanece uma área de foco de nossa auditoria, pelo risco observado do reconhecimento de receita fora do período de competência, considerando a existência das diferenças temporais relacionadas ao faturamento pelos serviços prestados.	Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros:(a) Atualização do entendimento dos critérios de reconhecimento de receita, incluindo a definição do período de competência, que suportam a contabilização das taxas de administração e de corretagem ao longo do exercício.(b) Teste, com base em amostragem, dos contratos firmados com os beneficiários e com as operadoras.(c) Teste da reconciliação dos saldos e dos ajustes relacionados ao controle das diferenças temporais entre os montantes faturados pelos serviços prestados e os valores a pagar pelas operadoras.(d) Confronto dos recebimentos subsequentes 31 de dezembro de 2020 com a respectiva demonstração contábil.Considerando a relevância do saldo das operações ativas e passivas, bem como a tendência para o reconhecimento da receita no correto período de competência, bem como as divulgações feitas nas notas explicativas, não apontamos em nossos objetivos específicos.
Valor recuperável do ágio registrado em aquisições (Notas 3(ix) e 14(a)) Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresenta, em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, ágio por expectativa de rentabilidade líquido de R$ 386.073 mil na controladora e de R$570.958 mil no consolidado, referente a aquisições realizadas no ano corrente e em anos anteriores. A Administração avaliou, anualmente, base para avaliar a necessidade, ou não, de registrar no ágio ao seu valor recuperável (teste de impairment). Esse assunto permanece uma área de foco de nossa auditoria, devido à relevância do saldo em relação aos ativos consolidados e à necessidade de julgamento e para envolver julgamentos críticos por parte da administração da Companhia, em relação as projeções de fluxos de caixa futuros relacionadas às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) às quais o ágio foi alocado, bem como as principais premissas utilizadas, como taxa de crescimento das receitas e taxa de desconto, entre outras, podem impactar significativamente os fluxos de caixa projetados e o valor recuperável do ágio, com o consequente impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.	Com o apoio de nossos especialistas internos em avaliação, aplicamos os seguintes principais procedimentos de auditoria: (a) Avaliação do processo de elaboração, aprovação pela administração, que suportam a contabilização das taxas de administração e de corretagem ao longo do exercício.(b) Teste, com base em amostragem, dos contratos firmados com os beneficiários e com as operadoras.(c) Teste da reconciliação dos saldos e dos ajustes relacionados ao controle das diferenças temporais entre os montantes faturados pelos serviços prestados e os valores a pagar pelas operadoras.(d) Confronto dos recebimentos subsequentes 31 de dezembro de 2020 com a respectiva demonstração contábil.Considerando a relevância do saldo das operações ativas e passivas, bem como a tendência para o reconhecimento da receita no correto período de competência, bem como as divulgações feitas nas notas explicativas, não apontamos em nossos objetivos específicos.
Busca e apreensão na Companhia (Nota 1(v)) No exercício de 2020, a Companhia passou por duas buscas e apreensões em sua sede administrativa, no âmbito da Operação Padrão 24 e da Operação Triunfo e o Conselho de Administração constituiu um "Comitê de Apuração" para investigação dos fatos. Para apoio ao Comitê de Apuração, foram contratados escritório de advogados e empresa especializada em investigações. A investigação tem como objetivo verificar os possíveis descumprimentos de leis e regulamentos por pessoas que ainda ocupem cargo na administração da Companhia, fatos que possam afetar as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 ou, ainda, demandar divulgações adicionais ao descrito na referida nota explicativa. Não obstante, as investigações pelas autoridades públicas federais ainda estão em andamento e, como divulgado na nota explicativa, no momento não há como determinar se os resultados dessas investigações e seus respectivos desdobramentos podem, eventualmente, trazer consequências futuras nas demonstrações financeiras ou divulgações em notas explicativas. Esse tema foi considerado um dos principais assuntos de auditoria do exercício em razão dos julgamentos relevantes e das incertezas e limitações inerentes, particularmente significativas em assuntos envolvendo partes relacionadas.	Com o apoio de nossos especialistas forenses internos, aplicamos os seguintes principais procedimentos de auditoria: (a) Discussões sobre as alegações, escopo da investigação e apurações feitas com o Comitê de Apuração e com os órgãos de governança; (b) Discussão dos procedimentos adotados e acompanhamento das principais ações investigativas; (c) Teste, com base em amostragem, de determinadas transações e pagamentos no processo de investigação; (d) Leitura de pareceres e discussão com os advogados sobre implicações tributárias e Termos e Compromissos; e (e) Consideramos que a divulgação na Nota 1(v) em relação a esse assunto está consistente com as informações obtidas.
Outras informações que apresentam as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, nos cabe reportar o fato. Não temos nada a relatar nesse sentido.	**Como a nossa auditoria foi conduzida em nossa auditoria** Como a nossa auditoria foi conduzida em nossa auditoria: (a) Atualização do entendimento dos critérios de reconhecimento de receita e a respectiva aderência à legislação, à regulamentação, aos contratos firmados com a administração e de corretagem ao longo do exercício.(b) Teste, com base em amostragem, dos contratos firmados com os beneficiários e com as operadoras.(c) Teste da reconciliação dos saldos e dos ajustes relacionados ao controle das diferenças temporais entre os montantes faturados pelos serviços prestados e os valores a pagar pelas operadoras.(d) Confronto dos recebimentos subsequentes 31 de dezembro de 2020 com a respectiva demonstração contábil.Considerando a relevância do saldo das operações ativas e passivas, bem como a tendência para o reconhecimento da receita no correto período de competência, bem como as divulgações feitas nas notas explicativas, não apontamos em nossos objetivos específicos.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para possibilitar a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou interromper suas operações, ou não tenha alternativa realística para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, quer seja devida a fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, pois a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria específicos, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Se as divulgações forem inadequadas, nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data do nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais ser mantenedora de continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 30 de março de 2021

PWC
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Geovani da Silveira Fagundo
Contador CRC 1MG051926/O-0

ACESSOPAR INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ 20.430.599/001-00

Balanços Patrimoniais Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 - *(Em milhares de Reais)*

Balanços Patrimoniais	2020	2019
Ativo Circulante	143	160
Caixa e Equivalentes de Caixa	97	114
Tributos a Compensar e a Recuperar	47	46
Não Circulante	7.739	18.836
Investimentos	7.739	18.836
Total do Ativo	**7.883**	**18.996**
Passivo e Patrimônio Líquido	**2020**	**2019**
Não Circulante	7.116	7.118
Outras Contas a Pagar	7.116	7.118
Patrimônio Líquido	**765**	**11.878**
Capital Social	2.401	2.401
Resultado Acumulado	(24.754)	(13.641)
Variação de Capital de Controlada	23.118	23.118
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**7.883**	**18.996**

Demonstrações de Resultados	2020	2019
(-) Despesas Gerais e Administrativas	(19)	(20)
(+/-) Resultado da Equivalência Patrimonial	(11.097)	(5.190)
(+/-) Resultado Financeiro	-	5
Resultado Antes dos Tributos Sobre o Lucro	**(11.113)**	**(5.204)**
Imposto de Renda	-	(19)
Contribuição Social	-	(12)
Lucro Líquido do Exercício	**(11.113)**	**(5.235)**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	Capital Social nacional	Resultados acumulados	Abrangentes	Total
Saldo em 31/12/2017	2.401	(3.389)	-	(988)
Variação de Capital de Controlada	-	-	23.118	23.118
Prejuízo do exercício	-	(4.512)	-	(4.512)
Saldo em 31/12/2018	2.401	(7.902)	23.118	17.617
Ajuste avaliação	-	(504)	-	(504)
Prejuízo do exercício	-	(5.235)	-	(5.235)
Saldo em 31/12/2019	2.401	(13.641)	23.118	11.878
Prejuízo do exercício	-	(11.113)	-	(11.113)
Saldo em 31/12/2020	2.401	(24.754)	23.118	765

Demonstrações dos Fluxos de Caixa	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	(11.113)	(5.235)
Ajuste de itens sem impacto nas atividades operacionais		
Equivalência patrimonial	11.097	5.190
Equivalência patrimonial exercícios anteriores	-	(504)
Variações ativos operacionais		
Tributos a recuperar	(1)	(13)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**(17)**	**(563)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Variação de Capital de Controlada	-	653
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	**-**	**653**
Variação do saldo de caixa	**(17)**	**90**
Caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial	114	23
Saldo final	97	114
Variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**(17)**	**90**

Balanço patrimonial e demonstrações financeiras elaboradas de acordo com os princípios contábeis aceitos, praticados e exigidos pela Lei 6.404/76 e demais leis vigentes. As demonstrações financeiras completas, acompanhadas das notas explicativas estão à disposição na sede da companhia

A DIRETORIA
Bruno Carneiro de Lima - Contador-CRC SP-318821/O-6

Aguassanta Participações S.A.

CNPJ nº 07.199.897/0001-59 - NIRE 35.300.320.484

Aviso aos Acionistas

Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Aguassanta Participações S.A., situada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº. 4.100, 16º andar, sala 08, Bairro Itaim Bibi, na Cidade e Estado de São Paulo, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. São Paulo (SP), 29 de março de 2021. **Rubens Ometto Silveira Mello** - Diretor Presidente.

ALPHAVILLE S.A. - *Companhia Aberta-CNPJ/ME:* 16.811.931/0001-00 - NIRE: 35.300.442.296

Edital de Convocação da Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os srs. acionistas da Companhia a reunirem-se em AGO ("Assembleia") que será realizada no dia 29.04.2021, às 9h30, horário de Brasília, de forma exclusivamente digital, com participação por meio de sistema eletrônico Microsoft Teams, com a possibilidade de envio de Boletim de Voto a Distância, nos termos do artigo 4º, §2º, inciso II da Instrução CVM nº 481/09 ("ICVM 481"). A Assembleia terá a seguinte ordem do dia: **(1)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração e as demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2020; **(2)** examinar, discutir e votar a proposta de destinação do prejuízo apurado no exercício social encerrado em 31.12.2020 à conta de prejuízos acumulados; e **(3)** fixar a remuneração global dos administradores da Companhia a ser paga no exercício social de 2021. **Informações Gerais:** Os acionistas poderão participar da Assembleia de forma exclusivamente digital, através do sistema eletrônico Microsoft Teams, mediante o envio de um e-mail para ri@alphaville.com.br com o seguinte título "Solicitação de forma digital, através do sistema eletrônico Microsoft Teams: Os acionistas, representantes legais ou procuradores ("Participantes") que desejarem participar da Assembleia por meio do sistema eletrônico deverão efetuar o seu cadastro até o dia 27.04.2021 (inclusive), mediante o envio de um e-mail para ri@alphaville.com.br com o seguinte título "Cadastro para participação na AGO 2021", juntamente com o envio da documentação necessária, conforme indicado abaixo. Para fins de cadastro, os Participantes deverão enviar: (i) cópias de documento de identificação com foto; (ii) acionistas pessoa jurídica: cópias do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação e de documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); (iii) acionistas que mantenham fundos de investimento: cópias do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor (conforme o caso), além da documentação societária outorgando poderes de representação e de documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); (iv) acionistas estrangeiros: mesma documentação aplicável aos acionistas brasileiros, traduzida para o português por tradutor juramentado, exceto se originalmente lavrada em língua portuguesa, inglesa ou espanhola. Os Participantes deverão consultar o Manual de Participação na Assembleia, que estabelecerá as demais detalhes ou documentos necessários ao credenciamento prévio, a participação virtual e a forma de recebimento do link de acesso à Assembleia. A solicitação de cadastro para participação na Assembleia através do sistema eletrônico deverá ser recebida pela Companhia impreterivelmente até o dia 27.04.2021. A Assembleia será gravada, nos termos do Artigo 21-C, §1º, inciso III da ICVM 481. A Companhia não se responsabilizará por problemas de conexão que os participantes possam enfrentar ao outras situações que não estejam sob o controle da Companhia, tais como instabilidade na conexão com a internet ou incompatibilidade do sistema eletrônico com o equipamento do participante. **Boletim de Voto a Distância:** O Acionista que optar por exercer seu direito de voto através do Boletim poderá: (i) caso o acionista tenha ações de emissão da Companhia depositadas em instituições de custódia, transmitir as instruções de voto para as instituições de custódia, que encaminharão as manifestações de voto à Central Depositária da B3, observados os procedimentos estabelecidos e os documentos exigidos pela respectiva instituição de custódia; (ii) caso o acionista tenha ações de emissão da Companhia depositadas em instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia, a saber, o Banco Bradesco S.A. ("Bradesco"), transmitir as instruções de voto para o Bradesco, observados os procedimentos estabelecidos e os documentos exigidos pelo Bradesco; ou (iii) preencher o Boletim e enviá-lo diretamente à Companhia, de forma digital ou física, observados os procedimentos estabelecidos e os documentos exigidos pelo Artigo 21-B da ICVM 481, o Boletim, devidamente preenchido e acompanhado da respectiva documentação, será considerado válido apenas se recebido pela Companhia, pelos agentes de custódia ou pelo escriturador de ações da Alphaville em plena ordem, conforme os respectivos procedimentos aplicáveis, no prazo de 7 (7) dias antes da data da Assembleia, ou seja, até 22.04.2021 (inclusive), salvo se prazo diverso for estabelecido por seus agentes de custódia ou pelo escriturador. O Acionista que optar por exercer seu direito de voto a distância por meio de envio do Boletim deverá encaminhar o Boletim devidamente preenchido, rubricado e assinado, acompanhado dos documentos listados acima, conforme aplicáveis, de forma exclusivamente digital, ao endereço eletrônico ri@alphaville.com.br, com o seguinte título: "Boletim de Voto a Distância AGO 2021 ". Caso o Acionista opte por enviar o Boletim de Voto a Distância na forma física, deverá fazê-lo na sede da Companhia, localizada na Avenida Doutora Ruth Cardoso, nº 8.501, 3º andar, Pinheiros, CEP 05425-070. Não obstante a possibilidade de envio do Boletim a distância, informamos que a Companhia poderá adotar medidas com o intuito de evitar o novo coronavírus (COVID-19), a Companhia solicita aos acionistas que desejarem enviar o Boletim diretamente à Companhia que adotem a forma digital de envio, conforme indicado acima. O Boletim encontra-se disponível na página de Relações com Investidores da Companhia (ri.alphaville.com.br) e na página da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br) e na sede da Companhia. Solicitamos aos acionistas que verifiquem os requisitos previstos na ICVM 481, bem como as orientações e práticas constantes no Manual de Participação na Assembleia para maiores informações, inclusive com relação às instruções de preenchimento e documentos que deverão acompanhar o Boletim, caso enviado diretamente à Companhia. São Paulo, 26.03.2021.

Ricardo Leonel Scavarda - Presidente do Conselho de Administração

Mitre Realty Empreendimentos e Participações S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado - CNPJ/ME 07.882.930/0001-65 - NIRE 35.300.547.144 | Código CVM 2070-7

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Assembleia Geral Extraordinária a Serem Realizadas em 30 de Abril de 2021

Conforme deliberado pelo Conselho de Administração (CA) convocamos os acionistas da **Mitre Realty Empreendimentos e Participações S.A.** ("Companhia"), a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária da Companhia ("AGO"), fazendo quorum legal, a ser realizada no dia 30 de abril de 2021, às 10h00min; e em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia ("AGE"), em conjunto com a AGO, as "Assembleias" ou cada uma, individualmente "Assembleia"), haverão quórum legal, a ser realizada no dia 30 de abril de 2021, às 11h00min, ambas de forma exclusivamente digital, através da plataforma Microsoft Teams, conforme prerrogativa prevista no artigo 124, §2-A, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A.") e disciplinada na Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009 ("ICVM 481"), conforme alterada pela Instrução CVM nº 622, de 23 de abril de 2020 ("ICVM 622"), para examinar, discutir e votar a seguinte ordem do dia: **(A) Em Assembleia Geral Ordinária (AGO):** (i) Apreciar as contas dos administradores, bem como examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas do Relatório da Administração e do Relatório dos Auditores Independentes; (ii) Deliberar sobre a proposta da administração para a destinação do resultado relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020; (iii) Deliberar sobre a proposta da administração para a distribuição do saldo integral da "Reserva Estatutária de Lucros" da Companhia; (iv) Definir o número de membros que comporão o Conselho de Administração da Companhia; (v) Eleger os membros do Conselho de Administração; (vi) Deliberar sobre a proposta de fixação da remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2021; **(B) Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE):** (i) Deliberar sobre as seguintes alterações do Estatuto Social da Companhia, nos termos da Proposta de Administração da Companhia: a alterar o artigo 10; artigo 14, parágrafo único; artigo 15, parágrafo 4º; artigo 16; artigo 17; artigo 19, parágrafo 1º; e artigo 25, parágrafo 6º do Estatuto Social da Companhia, com o objetivo de adequar as regras de governança da Companhia, para melhor esclarecimento sobre as disposições do Estatuto Social e/ou adequação ao Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e ao disposto no Regulamento do Novo Mercado; b. alterar o artigo 21, alíneas "j" e "o"; artigo 28, alíneas "h"; e artigo 28, parágrafo 1º, alíneas "i" e "n" do Estatuto Social da Companhia, com o objetivo de revisar regras adicionais de governança da Companhia, para melhor esclarecimento sobre os limites de alçada aplicáveis à contratação de operações imobiliárias, conforme práticas da Companhia e sua representação perante terceiros; c. alterar o artigo 11, parágrafo 2º, alínea "g"; artigo 21, alínea "g"; artigo 31, Parágrafo 5º do Estatuto Social da Companhia, com o objetivo de conferir maior dinamismo ao processo de distribuição de dividendos pela Companhia, permitindo a antecipação de dividendos mediante deliberação do Conselho de Administração, conforme autorizado pela Lei das S.A.; e d. alterar o artigo 22 do Estatuto Social da Companhia, com o objetivo de aumentar o número de membros que compõem a Diretoria da Companhia, de modo a permitir a Diretoria deste ser composta por, no máximo, 7 (sete) membros, sem alteração do número mínimo de 2 (dois) membros, e (ii) Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, em decorrência das alterações aprovadas nos itens acima, nos termos da Proposta de Administração da Companhia. **Plataforma Digital e Depósito Prévio de Documentos:** Os acionistas que desejarem atender à AGO e à AGE deverão fazê-lo exclusivamente por meio da plataforma digital Microsoft Teams, nos termos descritos no presente Edital de Convocação, através do link a ser disponibilizado pela Companhia aos acionistas que comprovarem a sua condição de acionista, na forma do artigo 9º, parágrafo 3º, da ICVM 481, conforme alterada pela ICVM 622, considerando a necessidade de adoção de medidas de cunho preventivo à saúde pública em razão da pandemia do novo coronavírus (COVID-19), e que o acionista que desejarem participar das Assembleias deverão, impreterivelmente, entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores da Companhia por meio do endereço de e-mail ri@mitrerealty.com.br, com antecedência mínima de 2 dias em relação à data de realização das Assembleias **(ou seja, até o dia 28 de abril de 2021)**, para (a) solicitar o envio de login e senha para o acesso à videoconferência necessária para sua representação e participação na respectiva Assembleia, e (b) especificar o nome e documento de identificação do acionista pessoa natural ou denominação social e CNPJ do acionista pessoa jurídica, bem como o endereço de e-mail do acionista que não apresentem a documentação de identificação até o dia 28 de abril de 2021 não poderão participar das Assembleias. Durante da realização das Assembleias de forma exclusivamente digital, a Companhia esclarece que não será manifestada qualquer ordem ou tese acerca da adequada prevalência de determinada forma de participação das Assembleias. **Documentação de Representação:** Nos termos do artigo 9º, parágrafo 1º, do Estatuto Social da Companhia, os acionistas que manifestarem o seu interesse em participar das Assembleias por meio de envio de instrumento de mandato por meio da "Plataforma Digital e Depósito Prévio de Documentos" acima, deverão apresentar: (i) um documento de identidade, caso o acionista seja pessoa física; (ii) os atos societários pertinentes que comprovem a representação legal e documento de identidade do representante, caso o acionista seja pessoa jurídica; (iii) comprovante da participação acionária na Companhia emitido pela instituição depositária com data máxima de 5 (cinco) dias anteriores às Assembleias; e (iv) se for o caso, procuração, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 126 da Lei das S.A.. As pessoas naturais acionistas somente poderão ser representadas nas Assembleias por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, conforme estabelecido no Artigo 126, §1º da Lei das S.A.. As pessoas jurídicas acionistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas da Lei nº 10.406/2002, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, nos termos do artigo (vide Processo CVM RJ2014/3578, julgado em 04.11.2014). Cópia da documentação poderá ser encaminhada para o e-mail: ri@mitrerealty.com.br. Para fins das Assembleias, a Companhia, excepcionalmente, dispensará a exigência de formalidades de reconhecimento firma, tradução e notarização e traslado juramentado de documentos societários, devendo os documentos, bem como a entrega de vias físicas de referidos documentos. Contudo, a Companhia solicita aos acionistas que os disponibilizem, de forma antecipada, a partir do recebimento do link de acesso à Assembleia, por meio do seu departamento legal. Em todo caso, os acionistas são responsáveis pela veracidade dos documentos enviados à Companhia. **Credenciamento e Participação dos Acionistas:** Após envio da documentação necessária, os acionistas receberão convite com senha de credenciais de acesso e instruções para sua identificação no uso da plataforma digital Microsoft Teams. Visando a segurança das Assembleias, o acesso à plataforma digital será restrito aos acionistas da Companhia ou seus representantes legais, nos termos deste Edital de Convocação. Os convites individuais contendo com credenciais de acesso e instruções aplicáveis para participação nas Assembleias serão remetidos aos e-mails que enviaram a solicitação de envio de login e senha, referido no item "Plataforma Digital e Depósito Prévio de Documentos" acima (sendo remetido apenas um convite individual por acionista). Somente serão admitidos, por meio dos convites individuais, os acionistas previamente credenciados ou seus representantes legais, nos termos da Lei nº 6.404/1976 e regulamentação aplicável. Por conveniência e conforme celebrado as acionistas poderão se fazer representar por meio de procurador, caso o acionista não receba o referido convite individual para participação na respectiva Assembleias até as 15h00min do dia 29 de abril de 2021, referido acionista entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores da Companhia pelo telefone +55 (11) 4810-0582, para que seja prestado o suporte adequado. A Companhia disponibilizará suporte para acesso à plataforma digital através do referido telefone até 30 horas de antecedência antes do início das respectivas Assembleias. Os acionistas que participarem das Assembleias poderão, de acordo com o parágrafo 2º do artigo 21-C da ICVM 481: (i) simplesmente participar das Assembleias, sem votar, tenha ou não enviado boletim de voto a distância; ou (ii) participar e votar nas Assembleias, caso o acionista já tenha enviado o boletim de voto a distância, mas, ainda assim, queira votar na respectiva Assembleia, todas as instruções de voto enviadas anteriormente pelo referido acionista, por meio de boletim de voto a distância, serão desconsideradas, observando-se para tanto sua identificação no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ. Os acionistas que desejarem se manifestar durante algum momento da Assembleia, deverão avisar a sua intenção pelo chat e aguardar o momento da palavra lhe ser conferida durante o conclave. Registra-se que todos os acionistas que participarem das Assembleias através da plataforma digital Microsoft Teams serão considerados presentes nas respectivas Assembleias e assinantes das respectiva ata e livro de presença, na forma do parágrafo 1º do Artigo 21-V da ICVM 481. **Mesa e Diálogos:** Nos termos do ICVM 481/09, a Companhia adotará o sistema de votação a distância nas Assembleias. Os boletins de voto a distância deverão ser encaminhados pelo acionista (i) diretamente à Companhia (por correio postal ou meio eletrônico); (ii) ao custodiante de acionista (caso as ações sejam depositadas em depositário central); ou (iii) à instituição financeira contratada pela Companhia para a prestação dos serviços de escrituração de valores mobiliários (Itaú Corretora de Valores S.A.), devendo, em qualquer dos casos, ser recebido até 7 (sete) dias corridos antes da data das Assembleias. Deverão ser disponibilizados pela Companhia, bem como as orientações constantes no Item 12.2 do Formulário de Referência da Companhia. **Adoção de Voto Múltiplo:** O percentual mínimo de participação no capital social exigido para requerer a adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração é de 5% (cinco por cento), nos termos do artigo 11º da Instrução CVM nº 165 de 11 de dezembro de 1991, conforme alterada, e do artigo 141, inciso I, da Instrução CVM 481. Ainda nos termos do artigo 141, §1º, da Lei das Sociedades por Ações, o requerimento para a adoção do voto múltiplo deverá ser realizado pelos acionistas em até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da AGO. **Instruções e Recomendações Gerais:** As Assembleias serão integralmente gravadas, de modo a preservar os direitos dos acionistas e dos respectivos votos e declarações proferidas durante o conclave. A Companhia assegurará também a possibilidade de manifestação e de acesso simultâneo a documentos apresentados durante as Assembleias que estiverem sob disposição para consulta e a possibilidade de comunicação entre acionistas. Será solicitado que o acionista ou seu bastante procurador previamente cadastrado apresente, por meio da câmera de vídeo, o documento de identificação previamente enviado para registro nas respectivas Assembleias, e mostre seu rosto pela câmera do dispositivo digital. A Companhia recomenda que os acionistas se familiarizem previamente com o uso da plataforma digital e garantam a compatibilidade de seus respectivos dispositivos eletrônicos com a utilização desta (por vídeo e áudio). Adicionalmente, a Companhia solicita que os acionistas acessem a plataforma com, no mínimo, 30 minutos de antecedência em relação ao horário previsto para o início da AGO e da AGE, a fim de permitir a validação do seu acesso. Por fim, a Companhia esclarece que não se responsabilizará por quaisquer problemas operacionais ou de conexão que o acionista venha a enfrentar, bem como por quaisquer outras eventuais questões alheias ao controle da Companhia que venham a dificultar ou impossibilitar a participação do acionista nas Assembleias por meio da plataforma digital. Encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, no website da Companhia (https://ri.mitrerealty.com.br), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br), os documentos relacionados às deliberações previstas neste Edital de Convocação, incluindo aqueles exigidos pela ICVM 481/09. São Paulo/SP, 30 de março de 2021. **Jorge Mitre** - Presidente do Conselho de Administração.

GERU SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

CNPJ nº 28.394.391/0001-95

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras, acompanhadas das notas explicativas e do Relatório da Diretoria, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Operacionalmente a Companhia vem objetivando a ampliação de empréstimos e de financiamentos exclusivamente por meio da plataforma eletrônica e a emissão de moeda eletrônica, nos termos da regulamentação em vigor.

2. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras: 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com observância das disposições emanadas da Lei das Sociedade por Ações, com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. Os principais normativos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: • Resolução CMN nº 3.566/08 - Redução ao valor recuperável de ativos (CPC 01); • Resolução CMN nº 3.604/08 - Demonstração dos fluxos de caixa (CPC 03); • Resolução CMN nº 3.823/09 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (CPC 25); • Resolução CMN nº 3.973/11 - Evento subsequente (CPC 24); • Resolução CMN nº 3.989/11 - Pagamento baseado em ações (CPC 10); • Resolução CMN nº 4.007/11 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro (CPC 23); • Resolução CMN nº 4.

Flex Gestão de Relacionamentos S.A.

CNPJ nº 12.853.805/0001-09

Relatório da Administração dos Exercícios Findos em 31/12/2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Mensagem da Administração: É com imensa satisfação que apresentamos nossas principais mensagens deste ano cheio de desafios e conquistas, 2020 foi um ano desafiador para todos nossos clientes, nossos times e para o mercado de Customer Experience (CX) como um todo. A transformação digital, alavancada pela pandemia de Covid-19, acelerou a percepção dos clientes de que uma jornada perfeita pode ser decisiva para escolher, conservar, reverter, conviver e outros atributos que implicam nessa cadeia. Para nós especialmente, 2020 foi ainda mais marcante. Logo no início do ano implementamos mudanças na estrutura e na governança da Companhia. Alberto Ferreira, que foi executivo de empresas como Teleperformance, Damovo, Vivo Empresas e SAP, entre outras, assumiu a posição de CEO, enquanto Tapsilo Silveira Neto, fundador da Flex, assumiu a Presidência do Conselho de Administração. Em meados de março, anunciamos um importante e estratégico repositionamento de marcas, e passamos a atuar sob o guarda-chuva de uma holding estratégica, a Connvert, que por sua vez agrega 14(+) verticais distintas. Flex BPO, Code7 e CXIcast. A Connvert surgiu para se consolidar como o primeiro grupo de setor capaz de atender de ponta a ponta as necessidades de engajamento e experiência dos clientes, abrindo a sua frente unidades na mesma direção por meio do conceito *end-to-end* (E2E). Isso consiste em uma estratégia de oferta onde a Connvert é o melhor parceiro para oferecer soluções qualquer que seja a necessidade do cliente. Desde a construção da jornada perfeita do cliente, o suprimento estratégico de tecnologias e os serviços de relacionamento. Traduzindo-se em melhoria da qualidade do atendimento e maior satisfação de nossos clientes por meio de ganho de eficiência operacional, redução de custos, agilidade na resolução de problemas e visibilidade completa dos processos. A Companhia já nasceu com a missão de ampliar o portfólio de soluções, diertando tecnologias *experienser* e *on cloud* (seja na casa do cliente ou no servidor na nuvem), auxiliando as empresas na construção de jornadas perfeitas para oferecer uma experiência completa de atendimento de excelência, sempre com base na personalização do relacionamento na hora e canal que mais for conveniente ao consumidor final. Havíamos acabado de divulgar a formação da Connvert, quando a pandemia de Covid-19 atingiu-se deflagrou. A equipe entendeu, imediatamente, que uma atividade importante para lidar com essa crise envolvia obrigatoriamente os serviços de atendimento remoto via telecomunicações em seus diferentes canais - que acabaram sendo considerados essenciais. Isso permitiu o funcionamento praticamente ininterrupto dos diversos serviços fundamentais para o funcionamento e distanciamento sociais, na forma recomendada pela autoridade. Não foram operacional, adotamos planos de ação imediatos, com a criação do Comitê de Crise, que engajou rapidamente toda administração, focando sempre a preservação da saúde e do bem-estar de nossos colaboradores, com uma rápida e eficiente adoção dos ambientes de trabalho para assegurar nossa capacidade de entrega, incluindo a garantia de transporte dos funcionários, distanciamento adequado no ambiente de trabalho e equipamentos de segurança. Adequamos nossas instalações aos protocolos, e para facilitar a adesão de todos os profissionais criamos uma equipe de Embaixadores da Saúde, responsáveis por alerta a temperatura dos profissionais e fiscalizar o uso de máscaras. Criamos um canal no Youtube, onde realizamos conversas e *lives* sobre saúde emocional, home office com filhos, nutrição e temas relacionados aos cuidados com saúde e bem-estar para acesso livre dos nossos colaboradores. Além disso, lançamos uma ação e eficiente interlocução com os clientes para alinhamento de soluções, com um Plano de Retomada desenvolvido e aprovado em 10 dias. Ações contingenciamos como a virada de uma operação de mais de 500 pontos de atendimento (PAs) de *outbound* para *inbound*, para auxiliar o SAC de um grande cliente, além de expansões que implementamos para atender nossos clientes. A comunidade e nossos profissionais foram antecipados e planejados em todas as ações de contingências e nos tornamos referência para o setor de *Customer Experience*, no que tange ao gerenciamento de crises. Passados os dois primeiros meses que foram de adaptação à nova realidade, observamos dois movimentos relevantes no mercado: (i) clientes abrir, que precisaram se reinventar e se adequar ao "novo normal", e que ajuntam pelo intensificação de soluções digitais e inovação, como nos mercados financeiro e de serviços, e (ii) novos clientes que precisaram disponibilizar aos seus consumidores novos canais de relacionamento, e ajustaram pelo modelo de terceirização, como lojas físicas que migraram para *delivery* e empresas de varejo tradicionais que migraram, ou intensificaram, o *e-commerce*. Com isso, fomos capazes de ampliar nossa carteira de clientes que atuam no modelo 100% digital e ganhar mais em 400%, com destaque para o segmento de cobrança, e passamos a atuar em 12 novas carteiras para os clientes já existentes ao longo do ano. No *front* financeiro, registramos 31,4% de margem bruta, melhor índice dos últimos cinco anos, e R$156,2 milhões de lucro bruto, melhor resultado dos últimos três anos, demonstrando resiliência, eficiência no gerenciamento de custos, competitividade da Companhia em seu segmento de atuação e assertividade de seu modelo de negócios, mesmo em um ano atípico. Nossa carteira *premium* de clientes, concentrada no setor de Saúde e Sudeste, foi com que apresentássemos uma retração de apenas 3,7% na receita, totalizando R$497,4 milhões, que combinada com a eficiência de custos, corroboraram para alcançarmos este marco histórico. O EBITDA encerrou o ano em R$48,0 milhões, 14,4%; superior à 2019, commargem EBITDA de 9,6%. Também realizamos uma ótima emissão de Debêntures: no valor de R$21,5 milhões, com prazo de 3 anos, objetivo primordial de aprimorar o perfil da dívida da Companhia com o alongamento do prazo médio da carteira e com fortalecimento do nosso caixa. Com isso, encerramos o ano com dívida líquida de R$141,8 milhões, levando o indicador dívida líquida/EBITDA ao patamar de 2,96x. Encerramos o ano reinvestindo pelo DSPOnline *Lens* - companhia especializada em estudos, pesquisas e consultoria de provedores de serviço - como uma das empresas líderes nos setores de Operações Digitais e Inteligência Artificial & Analytics. Isso reforçou nosso comprometimento em oferecer soluções técnicas, inovadoras e consultoria especializada para nossos clientes, além de reafirmar nossa força competitiva frente a grandes nomes do mercado. Outro relevante destaque foi o Coeficiente de Maturidade, preparado por uma consultoria renomada, no qual fomos reconhecidos como Líderes Digitais, com uma pontuação DQ de 92 de um máximo de 100. O índice mede o avanço em transformação digital das organizações no país. Vale destacar que a Média Brasil é 41, enquanto a Média dos Líderes Brasil é 71. Reconhecendo a importância de estarmos cada vez mais alinhados com as melhores práticas de mercado e valorizamos os aspectos ESG (Ambiental, Social e Governança Corporativa), seguimos firmes no propósito de reduzirmos o consumo de papel, algo relevante para o desenvolvimento da nossa operação e para o meio ambiente. Também nos reduzir a emissão de gases do efeito estufa, além de segurarmos à risca a contratação de fornecedores que estejam alinhados ao nosso código de políticas ambientais. No aspecto social, seguimos promovendo ações e parcerias sociais dentro nosso propósito de fazer a diferença na vida das pessoas. Somos parceiros do GRAACC - Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer, através de voluntariado e ações internas que engajam nossos colaboradores para doações em dinheiro, com débito de valores em folha, roupas e outras doações, que no total já somam mais de R$ 500 mil arrecadados para a Instituição ao 2 anos de parceria. Também estimulamos o empreendedorismo, por meio do Programa Empreende, que ajudou em 2020 mais de 40 profissionais a aperfeiçoarem habilidades empreendedoras através de workshops sobre planejamento estratégico, financeiro, uso de mídias sociais, liderança, metodologias ágeis e como fazer um *pitch*, em parceria com profissionais do mercado e com a Junior Achievement. Em 2021, continuaremos alinhados ao planejamento estratégico de longo prazo da Companhia, buscando capitalizar a demanda crescente de empresas por soluções de atendimento personalizado. Permanecemos confiantes de que estamos bem-posicionados para aproveitar as mudanças desse ambiente dinâmico. Seguiremos comprometidos a prestar nossos serviços com excelência, aprimorar nosso resultado operacional, reduzir e alavancagem e maximizar a geração de valor para nossos clientes e acionistas. A cada dia estamos fortalecendo nossos ecossistemas de inovação para executar nossas estratégias a fim de tangibilizá-las em resultados positivos para todos os stakeholders.

A Administração

A Connvert: Criada em março de 2020, a Connvertriz um novo conceito de relacionamento entre marcas e consumidores, pois entendemos que o consumidor está sempre em movimento, mudando, evoluindo e não só encontro com suas necessidades. Para acompanhar essa jornada do consumidor e manterem-se relevantes, é imprescindível que as marcas estabeleçam uma conexão também em movimento, mudando, evoluindo, buscando cativar, surpreender e atender as expectativas e necessidades do consumidor. Conectando-se com o cliente no seu novo conceito de conexão, o hoje somos a *única holding* estratégica no mercado de CXM que oferece soluções para o engajamento de ponta a ponta. Uma combinação inteligente de dados gera informações precisosa. O Grupo Connvert atua justamente neste ponto: entregar para os seus clientes as informações que precisam sobre os seus consumidores. E isso traz resultados efetivos. A Companhia tem cientistas de dados estudando cada detalhe e tempo todo para trabalhar informações críticas, garantindo ainda mais de performance e satisfação dos clientes. Na relacionamento complexo com o cliente, a Connvert comega com a Cliatum, desenhando a melhor jornada e experiência para cada consumidor, e implantando-os com as tecnologias da Code7, que possui as melhores ferramentas para todos os tipos de canais de atendimento e especializadas-as através da Flex BPO, com o melhor atendimento seja ele humano ou digital.

A CXIcast: Iniciando mais um diferencial para o mercado, baseada em anos de experiência em Customer *Experience*, o Grupo Connvert em 2020, anos de sua consolidação, criou a CXIcast. Uma vertical de consultoria com competência na integração e implementação de jornadas de Customer Experience, com ampla conhecimento de diferentes tecnologias para oferecer a melhor solução para seus clientes. A CXIcast nasceu de uma oportunidade de oferecer aos clientes serviços já executados internamente na Flex BPO desde sua criação, com foco na arquitetura de soluções e na visão da experiência do usuário. E através dela que, agora, os paradigmas dos clientes podem ser mais bem atendidos. Muitos clientes não sabem o tipo de solução que precisam e acabam se perdendo no momento que mais sabem valer da consultoria da CXIcast. Ao longo dos anos, dentro da Connvert, foi possível perceber que, mais que entender os clientes, é preciso entender as necessidades dos consumidores dos clientes e como melhorar a experiências deles com as marcas. A CXIcast carrobina essa expertise e com isso consegue oferecer novos negócios ou experiências complementares na jornada de transformação digital. Cada cliente da CXIcast tem um projeto individualizado, que trabalha sua dores e seus anseios. A CXIcast busca entender os objetivos e desenhar o caminho para alcançá-los, melhorando as experiências e ampliando negócios e, inclusive, explorando novas oportunidades de solução dentro de cada cliente. Áreas de expertise: **• Diagnóstico:** entrega de um diagnóstico completo das necessidades e apresentação das tecnologias e soluções para o cliente. **• Consultoria** consultoria em relação à indicação de tecnologias e soluções disponíveis para atingir os objetivos do cliente. **• Construção da Jornada**: garantia que as ações e ferramentas de comunicação estão orientadas por um fluxo completo e bem planejado, pensados para atender clientes e seus anseios de forma mais eficiente. **• Laboratório de Soluções:** um espaço para validação de soluções, novas jornadas e conceitos, num contexto de experimentação e aprendizado rápidos. **• Experiência do Usuário:** especialistas em Experiência do Usuário que ajudam a construir as melhores experiências para usuários, garantindo engajamento e resultados. **• Analytics Avançados e Grandes Dados:** todo sobre seus leads e clientes, incluindo necessidades, comportamentos e outras características que ajudam a reconhecimento de ofertas e formas para identificar as melhores ofertas de atendimento, desenhar ações individuais e estratégia mais adequada para cada interação. Além dos clientes que entram em contato com a CXIcast de maneira pravinha, trabalhamos internamente, dentro da Connvert, para entender a necessidade de clientes da Code7 e da Flex BPO em contratar a consultoria. O time comercial da Flex BPO é responsável por oportunidades para a CXIcast: no pré-vendas fazendo o suporte de uma proposta (*Request for Proposal*, ou RFP), as horas de consultoria para superar a jornada do consumidor (já inclusas, agregando valor através da oferta da consultoria, ajudando a empresa a identificar a necessidade específica do cliente. No caso de clientes da Code7, os usuários dos softwares são acompanhados no momento da utilização dos programas e já foi possível identificar que a consultoria diminui o churn na venda de produtos da Code7.

A Code7: Com identidade nova, mais bastante bagagem, em março de 2020, logo após o lançamento de Grupo Connvert, foi lançada a Code7. Da fusão de outras quatro atividadeas e regiões: a Ally Tech, empresa com 13 anos de experiência, líder no fornecimento de softwares de *Contact Center* para Brasil e América Latina, previamente adquirida pelo grupo; a ZaaS Digital, especializada no fornecimento de ferramentas e integração de software para gestão de relacionamento omnicanal para empresas que não contratam serviço de relacionamento; a Nuvo Cloud, plataforma *cloud* com software para Omnichannel, comunicação via mensagens (SMS, WhatsApp e E-mail) e PABX Virtual, e a Xlab, laboratório de inovação, fisicamente localizado em Santa Catarina. A consolidação desses quatro negócios possibilitou um ano plataforma de soluções de tecnologia completa para comunicação entre empresas (marcas) e pessoas (seus consumidores). A Code7 utiliza as tecnologias *Cloud* e *On Premises*, permitindo alcançar uma vasta gama de clientes, com requisitos e necessidades distintas, atendendo desde grandes até pequenas empresas. **Linhas de negócios: On Premisses**: são tecnologias instaladas diretamente nas dependências dos clientes, com características de seem plataformas mais complexas e robustas. Todos os softwares que a empresa comercializa *Contact Center* pertencem a essa categoria. **Linhas de negócios: OnCloud**: produtos com rápida implantação a custo acessível. Oferecem soluções para uma jornada completa aos seus clientes: envio de mensagens (SMS, WhatApp, e-mail, chat e redes sociais) através de um único canal, conhecido como MultiTenancy, suporte ao time de empresas, com baixo investimento, uma vez que o software é na nuvem por meio da Code7PBX, integração de canais de relacionamento com a Code7Omni, e criação de robôs de chat e voz e automatização do atendimento a clientes em poucos minutos e sem programação, baticado de Code7Bots. Uma vez formada a Code7, o desenvolvimento de software foi transformado dentro do grupo Connvert, dando mais corpo para as suas operações, com possibilidade de estruturar áreas estratégicas e consequentemente melhorar seus processos. Com roadmaps mais ágeis, a Code7 conseguiu atender de forma ágil às necessidades do mercado. Os efeitos da pandemia de Covid-19, pelas restrições aos canais de relacionamento presencial eritre as marcas e seus clientes, amplificaram a demanda e necessidade por soluções de gestão de relacionamento remoto. Principalmente por produtos da unidade de Cloud, que passou a ser muito procurada pelos clientes que buscavam adequar a suas operações a nova realidade e necessidade de trabalho a distância e relacionamento não presencial. Durante o ano de 2020, além de se beneficiar das demandas que o Covid-19 trouxe para a tecnologia, a reestruturação interna da Code7 trouxe evolução. Do ponto de vista operacional, veio a possibilidade de perceber em produtos mais maduros, mesmo-lea-se mais estruturados, como Omnichannel, os produtos tangíveis ganharam corpo e maturidade. Do ponto de vista corporativo, vieram do mercado nomes de peso para compor as Diretoria de Operações: Fernando Vieira, além de Roberto Carvalho, Diretor Comercial, que também é um empresas de software, que desde o início de sua gestão, em janeiro de 2020, tem trazido uma nova visão e expertise para o desenvolvimento dessa unidade de negócios de tecnologia.

A Flex BPO: A Flex foi fundada em 2009 por empreendedores que contam suas histórias de sucesso no mercado de *Contact Center* brasileiro, com o propósito de fazer a diferença na vida das pessoas com práticas digitais, porém humanizadas. Especialista em promover o relacionamento de clientes (marcas) e seus consumidores, a Flex BPO é o plano de DNA e identidade Flex Gestão de Relacionamento desde o seu nascimento. Ao longo dos anos, a empresa aperfeiçoou seu modelo *outbound*, tido e, mais pró-ativo, com a ideia de converter o relacionamento do consumidor em receita para o cliente. Por isso, os funcionários da Flex são treinados para entender e atender o consumidor de forma individualizada e customizada, de acordo com o perfil e necessidade de cada cliente e suas expectativas. A Flex não é uma empresa de *Call Center* digital criada para resolver problemas, ela constrói relacionamentos por meio de suas plataformas multicanais de gestão. Em 2014, o Grupo Stratus, por meio do Stratus SCP Fundo de Investimento em Participações, fundo de capital privado, investiu na Companhia e iniciou um processo de aceleração de suas operações, possibilitando a aceleração do ritmo de inovações. Com a chegada da Stratus, a Flex comegou a pensar diferente, a mudar e a desenvolver novas formas de se relacionar com os consumidores. Em 2016 foi lançado o Código de Ética e Conduta da Flex, buscando ainda mais o fortalecimento da cultura e dos valores da empresa, e amadurecer para, em 2018, alcançarmos um marco histórico para a Companhia, com a abertura de capital na Bolsa de Valores Brasileira (B3), no segmento Bovespa Mais sob o ticker FLEX2. Com isso, os níveis de governança corporativa foram aprimorados e as possibilidades de investimentos ampliadas. Ainda em setembro de 2020, o mundo passa por grandes transformações. O isolamento e distanciamento sociais e a adaptação a diferentes formas de trabalhar e interagir, em função da pandemia de Covid-19, mudaram as formas de comunicação e conectividade. Para enfrentar melhor esta e outras possíveis crises, a Companhia investiu em uma plataforma, a Flex Fax uso intensivo de ferramentas digitais. • **Omnichannel:** operações que acompanham a jornada do cliente, o cliente pode escolher em qual canal deseja ser atendido, inclusive podendo migrar de um canal para o outro sem a perda de dados e sem a necessidade de repetir o que já foi informado. • **Agente Inteligente:** automatização inteligente das operações, onde agentes virtuais realizam atendimentos ativos ou receptivos para os mais diversos fins. • **Chatbot Cognitivo:** robôs que atendem e entendem o cliente e respondem a suas demandas em frações de segundos. Podem atuar nas plataformas Telegram, Facebook Messenger, Telegram e Google. Chatbot é uma ferramenta constante evolução, aprendendo a cada interação com cada consumidor, de forma a maximizar a experiência do cliente. • **URA de Voz Cognitiva:** âmvre de voz que facilita o atendimento, direcionando o cliente para o canalmais mais rápido e assertivo. Assim como o agente virtual, interpreta os dados de uma ligação para responder as demandas do cliente. • **Automação de Agentes:** utilização de tecnologias para otimizar as informações que chegam aos agentes de atendimento, propiciando um atendimento mais ágil e eficaz. • **Máquina de Vendas Digital:** integra jornadas de consumo ao fim de uma venda, desde a motivação para a compra, passando por atendimento humano ou bots. • **Notificação Digital:** ferramenta para localização de pessoas economicamente ativas. Muito usada em situações em que há necessidade de notificação extrajudicial da pessoa notificada, essa ferramenta é especialmente eficaz também para cobrança de cheques. • **Otimização de E-commerce** - automatização de processos de vendas e atendimento. Dois clientes não precisam mais ficar sentados tomados de decisões, permitindo a interferência, a qualquer momento com agentes humanos ou digitais, para ajudar os seus clientes a comprarem melhor, tornando a jornada de compra mais similar às lojas físicas. • **Voice to Digital:** transcrição automática de voz para texto e digital que possibilita o atendimento de escuta do canal de interação (chat, e-mail, WhatsApp, SMS ou ligação). Para as empresas, é uma excelente forma de reduzir custos e manter indicadores de atendimento. • **Boleto Digital:** uma solução que potencializa pagamentos e cobranças de dívidas, proporcionando ao cliente experiência de quitação de suas dívidas. • **Voucher digital:** possibilidade de envio de vouchers aos clientes para ganhar de vendas com ofertas e promoções personalizadas. • *Big Data & Analytics*: uso da inteligência de dados para fazer modelagem da informação. Já são mais de 130 bases de dados, com mais de 1 bilhão de registros nos últimos anos. Por meio do *Data Analytics*, é possível prever o melhor canal para prospecção de venda e cobrança, ou seja, O canal preferido de relacionamento do cliente, entre telefone, e-mail, SMS, WhatsApp, entre outros. Resumindo, o objetivo com o *Data Analytics* é o mapeamento de inteligência e comportamento do consumidor. Uma vez tendo o comportamento do consumidor mapeado, é possível pensar na transformação digital, pois assim as ferramentas serão adaptadas para dobrar o melhor resultado com o cliente mais eficiente. A necessidade de ter uma boa ferramenta de análise ficou comprovada durante o ano de 2020, com a adaptação das operações ao cenário de Covid-19. Foi preciso ter ferramentas de análise adequadas nossos modelos e algoritmos para os modelos de *home-office*, direcionando para os operadores somente as melhores chamadas, garantindo a entrega de métricas mesmo com a redução no número de operadores. Este é sementes um exemplo de que esta poderosa ferramenta é capaz. A Flex, através da Code7, oferece soluções de *Analytics* estrategicamente distribuídas em Santa Catarina, São Paulo e Rio Grande do Sul, oferece aos seus clientes os serviços de venda, retenção, *back office*, crédito e cobrança. Seus clientes estão distribuídos entre os mais diversos segmentos, aspam eles: financeiro, indústria, varejo, telecomunicações, educação, saúde, e-commerce, fidelização, ONGs, entretenimento, editora, securitização, entre outros.

Operação: O Grupo Connvert com suas três verticais está, fisicamente, localizado em 15 unidades operacionais distribuídas estrategicamente em três estados brasileiros: Santa Catarina, São Paulo e Rio Grande do Sul. A estrutura Corporativa do grupo, (composto por departamentos de suporte como finanças, recursos humanos, tecnologia da informação, entre outros), e equipe de planejamento e de time comercial da Flex BPO ficou abaixo do guarda-chuva da Connvert e está dividida entre as cidades de São Paulo/SP e Florianópolis/SC. Todo o time diretamente voltado à operação da CXIcast está localizado em São Paulo/SP, enquanto a equipe de desenvolvimento da Code7 está estrategicamente localizada em Florianópolis/SC, onde está nosso laboratório de inovação. Nossa equipe comercial fica em uma grande reunião em São Paulo/SP, onde também está a sede da Flex BPO e equipe operacional de serviços da Flex BPO pode ser encontrada em São Paulo/SP, Florianópolis, Xanxerê e Lages/SC e Porto Alegre/RS.

Fórmula 2020: • *Prêmio Cliente SA 2020*: Ouro na categoria Líder Estratégia e vaga ganha para participar do prêmio internacional Latam 2020, prêmio internacional criado e gerenciado pela Alaic - Alianza Latinoamericana de Organizaciones para la Interacción con Clientes, e que inclui a participação de companhias da América Latina, México e Paraguai. Ao lado, foram 07 casos, inscritos por 46 empresas. A Flex participou com o caso "Humanização, um novo olhar para o cliente. Flex e Chubb juntas para o melhor atendimento". Desde 2018, a empresa acumula 17 premiações entre ouro, prata e bronze, em diferentes categorias dos prêmios Cliente SA e Latam. • *XXI Prêmio ABT*: Prata na categoria "Gestão da Qualidade (Tecnicalidade)", com o caso "Humanização, um novo olhar para o cliente", em conjunto com a Chubb Seguros.

Desempenho Operacional: Covid-19: Rápida resposta da gestão: Quando comegou a se falar a respeito do Covid-19 e que uma possível pandemia poderia se instalar mundialmente, a Connvert iniciou, preliminarmente e decido criar, antes de março de 2020, marco da pandemia da Covid-19 no Brasil, um Comitê de Gestão de Crise. Este comitê foi estilhaço formado por pessoas de todas as áreas da Connvert, o que trouxe um refargo a uma característica de união da companhia e trabalhou em conjunto para que a Companhia pudesse, por meio do comitê, mesmo antes dos protocolos do Ministério da Saúde serem divulgados, passasse a orientar e pensar em formas de operar diante de um cenário de uma possível pandemia. Ele preparou as instalações, Embaixadores da Saúde passaram a "fiscalizar" a adesão de todos os profissionais aos protocolos de segurança e disponibilizaram por ainda a temperatura e o uso de máscaras. Em paralelo, a última implantação do trabalho em casa, tanto para as áreas corporativas, quanto para as operações (os home agent), contribuiu para reduzir o impacto nos serviços prestados. Além disso, outra medida de grande valia para garantir a continuidade do atendimento da nossa demanda, foi o aumento expressivo do número dos agentes virtais (AGVs). Em fevereiro de 2020, redávamos com 894 AGVs, fechando o ano com um total de 1.389 ratoando em BPO. Ações contingenciamos como a virada de uma operação de mais de 600 pontos de atendimento (PAs), de *outbound*, para *inbound*, para auxiliar o SAC de um grande cliente, e ainda dos exemplos que podemos citar, de atividades desenvolvidas para auxiliar os clientes, a comunidade e os profissionais. Como resultado desta ação antecipada, a Connvert se tornou um modelo diante do mercado no segmento de *Customer Experience*. Tornando-se um ponto de referência na forma de agir em momentos de crise. Isso atenda a rápida capacidade de adaptação e mobilização da Companhia.

Recursos Humanos: Durante o ano de 2020, a área de Recursos Humanos merece destaque, afinal, muitas foram as decaídas que a pandemia trouxe para o gerenciamento de pessoas. Já trabalhando em home office, o departamento adequou rapidamente o processo de Recrutamento e Seleção, muito importante para manter os níveis operacionais. Sua principal incisiva foi a digitalização dos procedimentos desta área, o que trouxe como benefício a quebra de barreiras de localidade para recrutamento, que escolhia-se por meio de entrevistas online e recrutamento que antes era regionalizado para verticalizado, ou seja, os times passaram a atender cada linha de negócios e efetivaram cerca de 2.000 contratações a mais que no ano de 2019. A vertical de Cobrança passa a deter maior representatividade no número de contratações, com 880 novos postos de trabalho criados. Foi designada principalmente a atender o aumento da demanda de crescimento e novos clientes, especialmente do segmento bancário.

Flex Gestão de Relacionamento S.A.

(quantidade de funcionários)	2010	2020	Variação
Comvert	1.396	1.223	-173
Contact Center	6.374	6.766	392
Cobrança	3.307	4.187	880
CXI	154	163	9
Cliatum	-	10	10
Total	**11.231**	**12.349**	**1.118**

A área de Responsabilidade Social também se mobilizou para digitalizar seus processos. Ações de saúde e bem-estar passaram a ser feitas através de uma plataforma online, com uma consultoria em diversas temas para facilitar a adaptação e tomar mais leve o trabalho em home office. A responsabilidade social passou a ter um olhar mais internalizado, *Happy Hours* virtuais foram incentivadas para que os pessoas sentissem menos o isolamento social. O Projeto Apadrinhamento, muito importante para ajuda no desenvolvimento de crianças e adolescentes dos colaboradores, ganhou importância e uma valorização diferente em 2020. O que anteriormente era uma oportunidade de apresentação e venda de produtos e serviços dos fornecedores, passou a ser um programa de apoio ao desenvolvimento de pessoas. Foram organizadas workshops online para ajudar no desenvolvimento dos empreendedorismo e ensino do uso de ferramentas, sinônimos de uma Educação Empreendedora.

Receita por Colaborador: A Administração utiliza indicadores de desempenho para monitorar a eficiência e a qualidade de suas atividades operacionais, visando mitigar o risco operacional e maximizar os resultados. Um importante indicador de produtividade é medirmos a receita gerada por colaborador. Através deste indicador conseguimos avaliar a eficácia e a capacidade de cumprimento de demandas dos nossos colaboradores.

Flex Gestão de Relacionamento S.A.

(R$/pessoa)	2019	2020
Comvert	N/A	N/A
Contact Center	3.808	3.621
Cobrança	4.314	4.385
CXI	12.081	17.794
Cliatum	N/A	N/A
Total	**3.000**	**3.949**

Conseguimos observar que nossa equipe de colaboradores tem ganhado eficiência com a maturidade das nossas operações. Podemos dar destaque a Code7, que no último trimestre de 2020, cresceu 27% neste indicador em comparação ao mesmo período do ano passado. A equipe altamente especializada no suporte de engenar R$ 12.081 por colaborador ao 4T19, indice que subiu para R$ 17.794 no 4T20. A maturidade que vemos na Code7 é o espelho de todas as operações da Comvert, que seguem cada vez mais eficientes em todas as nossas linhas de negócio. Ganhamos constantemente adequando nossas operações a trabalhando plenamente em home office. Nossos clientes vem produzindo a cada ano mais e mais e investimos em treinamento daqueles que acreditam no potencial da Flex.

Balanços Patrimoniais

Ativo	Notas	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Ativo circulante		**211.882**	**188.756**	**216.336**	**152.412**
Caixa e equivalentes de caixa	8	42.287	34.419	45.136	34.762
Aplicações financeiras		5.197	5.227	5.197	5.227
Contas a receber de clientes	9	140.636	127.825	145.238	110.399
Impostos a recuperar	10	1.171	6.293	3.840	6.450
IR e CS a recuperar	10	6.979	5.048	7.025	5.326
Instrumentos financeiros derivativos	15	-	332	-	332
Partes relacionadas	26	3.255	-	83	83
Outros créditos		2.357	2.612	2.317	2.526
Ativo não circulante		**42.318**	**38.236**	**42.480**	**38.268**
Contas a receber de clientes	9	13.982	11.959	13.982	11.959
IR e CS diferidos		27.722	12.656	27.080	12.656
Outros créditos		1.166	1.825	1.184	1.843
Depósitos judiciais	18	4.430	3.790	4.440	3.790
Investimentos	11	40.818	43.493	402	401
Imobilizado	12	72.875	88.460	73.290	88.933
Intangível	13	64.362	68.165	103.339	108.127
Total do ativo não circulante		**209.355**	**229.934**	**220.311**	**227.759**
Total do ativo		**252.527**	**418.690**	**436.647**	**380.171**

Passivo e patrimônio líquido	Notas	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Passivo circulante		**181.097**	**191.172**	**38.112**	**38.149**
Fornecedores	14	19.958	24.869	20.144	24.139
Empréstimos e financiamentos	15	51.364	51.927	156.290	101.393
Obrigações trabalhistas	16	40.535	33.904	42.183	35.422
Obrigações tributárias	17	37.135	26.718	185.182	27.002
IR e CS a recolher		2.565	1.930	2.880	1.980
Aquisição de controladas	11	18.094	19.213	18.094	19.213
Dividendos a pagar		-	-	83	83
Instrumentos financeiros derivativos	15	2.167	-	2.167	-
Outras contas a pagar		945	4.345	1.644	4.475
Arrendamentos mercantis	27	7.914	7.471	7.914	7.471
Passivo não circulante		**222.079**	**174.170**	**222.512**	**174.128**
Empréstimos e financiamentos	15	138.033	93.278	138.033	93.278
Obrigações trabalhistas	17	68.531	35.496	68.531	35.496
IR e CS a recolher		2.314	4.260	2.314	4.260
Provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	18	1.623	1.594	1.623	1.594
Aquisição de controladas	11	-	15.997	-	15.997
Outras contas a pagar		-	233	-	233
Arrendamentos mercantis	27	11.578	19.497	11.778	19.497
Patrimônio líquido	19	**28.971**	**52.408**	**26.971**	**52.408**
Capital social		65.000	65.000	65.000	65.000
Reserva legal		1.010	1.010	1.010	1.010
Ajuste de avaliação patrimonial		(2.133)	(2.133)	(2.133)	(2.133)
Prejuízos acumulados		(34.908)	(11.475)	(34.906)	(11.475)
Total do passivo e patrimônio líquido		**432.147**	**418.690**	**436.695**	**380.171**

Demonstrações do Resultados

	Notas	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Receita operacional		**497.424**	**516.603**	**497.358**	**513.535**
Receita operacional líquida	20	488.634	505.603	497.358	513.535
Custo dos serviços prestados	21	(334.290)	(329.770)	(341.188)	(353.803)
Lucro bruto		**154.284**	**147.327**	**156.290**	**159.732**
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	21	(1.160)	(1.089)	(1.165)	(1.273)
Despesas administrativas e gerais	21	(141.801)	(139.964)	(146.218)	(140.769)
Resultado de equivalência patrimonial	11	(1.308)	(1.308)	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	21	(1.726)	(1.807)	(1.720)	(1.753)
Lucro operacional		**5.287**	**3.159**	**7.187**	**15.937**
Despesas financeiras	22	(41.476)	(31.434)	(41.147)	(30.477)
Receitas financeiras	22	2.542	1.728	2.752	1.909
Prejuízo antes dos impostos		**(33.647)**	**(26.546)**	**(31.208)**	**(12.631)**
IR e CS diferido e corrente	23				
IR e CS corrente		-	-	(264)	(739)
IR e CS diferido		10.076	9.544	10.427	9.544
Prejuízo de exercício		**(23.571)**	**(17.002)**	**(21.045)**	**(3.826)**
Prejuízo atribuído aos acionistas da Companhia		**(23.571)**	**(17.002)**	**(23.571)**	**(17.002)**
Prejuízo básico e diluído por ações - em R$ por ação	24	**(7,26)**	**(5,85)**	**(7,26)**	**(5,85)**

Demonstrações do Fluxos de Caixa

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Atividades operacionais	**(3.700)**	**(28.968)**	**(33.774)**	**(38.229)**
Prejuízo antes do IR e da CS	(33.700)	(28.968)	(33.774)	(38.229)
Ajustes para conciliar o resultado do prejuízo para atividades operacionais				
Depreciação e amortização	39.684	35.397	38.037	38.037
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	331	(298)	331	(298)
Equivalência patrimonial	2.275	1.306	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	2.499	762	2.499	762
Juros sobre passivos financeiros	20.245	22.858	20.245	22.858
Provisões	29	829	29	829
Variações nos ativos e passivos				
Aumento (redução) no ativo: Contas a receber	(15.165)	(20.078)	(17.194)	(20.223)
Impostos a recuperar	651	(1.602)	91	(1.290)
Outros créditos	(3.540)	5.713	8	5.285
Aumento (redução) do passivo				
Fornecedores	(4.911)	2.403	(3.998)	2.975
Obrigações trabalhistas	6.431	(4.838)	7.461	(4.838)
Obrigações tributárias	42.161	34.052	42.961	36.212
Outras contas a pagar	(1.751)	1.238	(2.105)	1.366
Juros pagos	(20.945)	(13.543)	(20.945)	(13.543)
IR e CS pagos	-	-	(264)	(1.115)
Fluxo de caixa gerado (consumido) nas atividades operacionais	**34.248**	**46.993**

...continuação

reconhecimento de provisão para perdas de crédito esperadas. Dessa forma, o valor da provisão para perda reconhecida e divulgada na Nota nº 9 reflete de maneira adequada a estimativa de perda esperada pela Companhia na data de divulgação das informações financeiras intermediárias. **b)** Perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos imobilizado e intangível: A Companhia revisou e atualizou seus planos de negócio para os próximos períodos considerando o cenário atual impactado pela COVID-19. Realizou, ainda, novas análises referentes à necessidade de redução ao valor recuperável os seus ativos considerando as premissas e estimativas quando da elaboração das demonstrações financeiras anuais de 31/12/2019, bem como eventos ocorridos até 31/12/2020, incluindo os novos impactos relacionados à COVID-19, e não identificou a necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável de seus ativos, uma vez que não houve queda sensível em seu valor de mercado ou mudanças significativas no seu ambiente econômico. **c) Reconhecimento de receitas práticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). A moeda funcional da Companhia é o Real (R$) e os presentes demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em milhares de reais. **3.2. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e demais aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis até 3 meses, e com risco insignificante de mudança de valor. **3.3. Ativos financeiros: a)** Classificação: A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as categorias de custo amortizado, mensurados a valor justo por meio do resultado, no caso de investimentos financeiros derivativos. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. **b)** Custo amortizado: São classificados os ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço patrimonial, que são classificados como ativos não circulantes. Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado da Companhia compreendem "Caixa e equivalentes de caixa" (nota 8), "Contas a receber de clientes" (nota 9) e "Outras contas a receber" (nota 9). **c)** Reconhecimento e mensuração: As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos, nesta última situação, desde que a Companhia tenha transferido, substancialmente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros dessa categoria são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. **d)** Compensação de instrumentos financeiros: Ativos e passivos financeiros são compensados e o saldo líquido é reportado no balanço patrimonial quando há o direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. No exercício findo em 31/12/2020 e de 2019 não há ativos e passivos financeiros compensados. **e)** *Impairment* de ativos financeiros: A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial do ativo (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados de ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuros que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorra após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. **3.4. Instrumentos financeiros derivativos:** Os derivativos para negociação são classificados como ativo ou passivo circulante. O valor justo total de um instrumento derivativo é classificado como ativo ou passivo não circulante, se o período remanescente para o vencimento do item protegido pelo instrumento derivativo for superior a 12 meses. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "Receitas e Despesas Financeiras". **3.5. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços, no curso normal das atividades da Companhia, incluindo valores que encontram-se em negociação junto a clientes, com período de até 10 meses. Se o prazo de recebimento é equivalente a 1 ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PDD" no demonstrativo). **3.6. Investimentos:** Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. **3.7. Ativo imobilizado: a)** Ação na avaliação do controlado: O ágio resultado da aquisição de controladas é representa o excesso do (i) contraprestação transferida, deduzir de participação de não controladores na adquirida e (ii) de valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado. **b)** Marcas registradas: As marcas registradas adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas avaliadas com vida útil definida são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas durante sua vida útil estimada de 2 a 10 anos. **c)** Relações contratuais com clientes: As relações contratuais com clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais com clientes têm vida útil finita e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente. As carteiras de clientes adquiridas em uma combinação de negócios possuem vida útil estimada de 5 a 13 anos. **d)** Softwares: As licenças de software são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de 3 a 7 anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis aos projetos de softwares identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a 5 anos. **3.8. Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contraparte ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação é calculada usando o método linear considerando a vida útil estimada, como segue: **Anos:** Máquinas e equipamentos, 10; Benfeitorias em imóveis de terceiros, 7; Equipamentos de processamento de dados, 5; Móveis, utensílios e equipamentos, 10; Licenças de softwares, 5; Softwares desenvolvidos internamente, 5. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas e receitas operacionais" na demonstração do resultado. **3.9.** *Impairment* de ativos não financeiros: Os ativos que têm vidas úteis sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil de ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. A Companhia realiza teste e não identificou nenhum ativo não financeiro para o qual devesse reconhecer provisão para redução ao valor recuperável. **3.10. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. **3.11. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração de resultado durante o período em que os empréstimos estiverem em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses após a data do balanço. **3.12. Provisões:** As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cível e tributária) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (*construtive obligation*) como consequência de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja requerida para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração as particularidades de cada classe de obrigações. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação de qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. **3.13. Ativos e passivos contingentes e diferidos:** O IR e a CS do exercício corrente e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 para IR e 9% sobre o lucro tributável para CSLL. A despesa com IR e CS compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro tributável do exercício, a receber e eventuais ajustes substanciais em relação ao imposto a pagar em anos anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e prejuízos fiscais. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Ativos de IR e CS diferidos são revisados a cada data de relatório e são reduzidos na medida em que a realização não seja provável. **3.14. Capital social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incorrentes diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução de valor captado, líquido de impostos. **3.15. Reconhecimento da receita de contrato com cliente:** A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente, pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber deduzida dos tributos incidentes sobre ela. A receita é reconhecida de acordo com a observância das seguintes etapas: (i) identificação dos direitos e compromissos do contrato com o cliente; (ii) identificação das obrigações de desempenho contratadas; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço às obrigações de desempenho; e (v) reconhecimento quando (ou na medida em que) as obrigações de desempenho são satisfeitas. Uma receita só é reconhecida quando há há incerteza significativa quanto à sua realização. A receita é reconhecida conforme as contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia, caracterizando-se, o valor da contraprestação refletirá o valor justo a receber no momento em que o serviço é efetivamente prestado. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada serviço prestado. A seguir houve mudanças significativas em relação a o grau de cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receitas relacionadas. Serviços de telemedicina: A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação, por meio da prestação de serviços de telemarketing ativo recebíveis em um determinado período. A apuração de serviços prestados para a cliente ocorre em bases mensais. Os clientes obtêm controle dos serviços prestados pela Companhia a partir do momento em que o consumem. A receita é estimada para o serviço prestado no mês com base em condições contratuais, as quais incluem, principalmente, volume de atendimentos e/ou vendas realizadas. As faturas são emitidas com vencimento em três meses após a data de emissão. Serviços de recuperação de crédito: A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação, por meio da prestação de serviços de recuperação de crédito em um determinado período. A apuração do volume de serviços prestados para a cliente ocorre em bases mensais. A receita é estimada para o serviço prestado no mês com base em condições contratuais, as quais incluem, principalmente, volume de créditos recuperados. As faturas são emitidas mensalmente e são pagas, usualmente, em 60 dias a partir de sua emissão. Licença de software e suporte: As receitas decorrentes das licenças de software comercializadas pela valor justo da contraprestação, por meio da disponibilização do acesso ao sistema. A receita é definida em contrato, segmentada de outros itens que o contrato possa ter, tais como a obrigação de prestar serviços de manutenção e suporte, a qual é reconhecida em bases mensais definidas contratualmente. Receitas financeiras: As receitas e despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, com base no método da taxa efetiva de juros. As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações. **3.16. Distribuição de dividendos:** A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida com um passivo nas demonstrações financeiras ao final do período, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório semestral é provisionado na data em que são aprovados em assembleia geral. **3.17. Estimativas e julgamentos contábeis:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados, e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. **3.17.1. Estimativas e premissas contábeis críticas:** Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante no valores contábeis de ativos e passivos no próximo exercício social, estão contempladas a seguir: **a)** Perda (*impairment*) de ágio: Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) de ágio de acordo com a política contábil apresentada, vigente. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) são determinados com base em cálculos do valor em uso, embasados com em estimativas de fluxo de caixa futuros (nota 11). A Companhia realizou a respectiva análise para o exercício findo em 31/12/2019 e não foram identificadas perdas a serem reconhecidas. **b)** Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros: O valor justo de instrumentos financeiros é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e faz premissas que são baseadas principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. **c)** Vida útil de ativo imobilizado: O imobilizado é depreciado usando o método linear durante a vida útil estimada dos ativos. A vida útil é revisada anualmente. **3.17.2.** Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis: **a)** Provisões: A Companhia e suas controladas são parte envolvidas em ações judiciais e administrativas. Provisões são reconhecidas para todos os processos judiciais que representam perdas prováveis (obrigação presente como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor livre seja estimado com segurança). A probabilidade de perda é avaliada com base no evidência disponível, inclusive o opinião dos consultores legais internos e externos. A Companhia e suas controladas acreditam que as suas provisões estão reconhecidas adequadamente nas demonstrações financeiras. **b)** Tributos: Ativos fiscais diferidos é reconhecido para todos os prejízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável futuro disponível para permitir a utilização dos referidos prejízos. Significativo julgamento da Companhia é necessário para determinar o valor de ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal. Esses prejízos fiscais não prescrevem e podem ser utilizados para fins de compensação com lucro tributável futuro, sendo que não prescrevem após progressão fiscais acumulados fiscais restrito ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. **c)** Taxa incremental sobre empréstimos: A Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícito no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa de incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar por um empréstimo, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis (como por exemplo, subsidiárias que não realizam operações de financiamento) ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições do arrendamento (por exemplo, quando os arrendamentos não são na moeda funcional de uma subsidiária). A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera certas estimativas específicas da entidade (tais como o desempenho e rating de crédito da subsidiária). **3.18.** Informações por segmento: Informação por segmento um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócios para obter receitas e incorrer despesas. Os segmentos operacionais refletem a forma como a Administração da Companhia gerencia as informações financeiras para tomada de decisão e estão apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para a Diretoria Executiva, onde se concentra a tomada das principais decisões operacionais da Companhia e responsável por implementar as estratégias definidas pelo Conselho de Administração. A Administração da Companhia identificou os segmentos operacionais, que atendem aos pontos de vista quantitativos e qualitativos de divulgação. **3.19.** Demonstrações dos Fluxos de Caixa: A Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC foi preparada conforme o IAS 7/CPC 03 (R2) - DFC e reflete as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando-se o método indireto. **3.20.** Demonstrações de valor adicionado: A Demonstração de Valor Adicionado - DVA é apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira e foi preparada segundo o CPC09 - DVA (NBC TG 09). Seu fundamento é evidenciar a riqueza criada pela Companhia durante o exercício, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes (stakeholders). **3.21** Normas emitidas, mas ainda não vigentes: As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. IFRS 17 - Contratos de Seguro: Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (norma não emitida pelo CPC no Brasil), que será ratificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituirá a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 altera a IFRS 4 fundamentalmente a contabilidade de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contrabate com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é a modelo geral, complementado por: • Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável). • Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º/01/2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica a Companhia. Alterações ao IAS 1 - Classificação de passivos como circulante ou não circulante: Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações para parágrafos 69 a 76 do IAS 1, corretado ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações enfatizam: • O que significa um direito de postergar a liquidação; • Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; • Que essa opção de direito de adiar a liquidação pode ser exercida mesmo que a gerência pretenda fazer a postergação; • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 01/01/2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o efeitoque as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimos existentes podem exigir renegociação. **3.22.** Financiamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020: A Companhia aplica pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º/01/2020 ou após esta data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente as novas normas, interpretação ou alterações que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. Alterações no CPC 15 (R1): Definição de negócios: As alterações no CPC 15 (R1) esclarecem que, para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um *input* - entrada de recursos e um processo substantivo que, juntos, contribuem significativamente para a capacidade de gerar output - saída de recursos. Além disso, esclarecem que um negócio pode existir sem incluir todos os *inputs* - entradas de recursos e processos necessários para criar outputs - saída de recursos. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Também, esclarecem que os *outputs* - saídas de recursos são focados em quaisquer combinações de negócios. Alterações no CPC 38 (CPC 40 (R1) e CPC 48): Reforma da Taxa de Juros de Referência: As alterações no CPC 38 e CPC 40 fornecem exceções que se aplicam a todos as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados no IBOR ao longo do período de proteção de hedge. Essas alterações fornecem alívio temporário de modo que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo, uma vez que não são possui relações de hedge de taxa de juros. Alterações no CPC 06 (R1) e CPC 26 (R1): Arrendamentos - Concessões de aluguel relacionadas a uma redução de pagamento que afirma, "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscurecida pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam com base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre a entidade específica da entidade". As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações financeiras. Uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influenciasse as decisões tomadas pelos usuários primários das demonstrações financeiras. As alterações de demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nem se espera que haja algum impacto futuro para o Grupo. Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro: A revisão dos conceitos dessa pronunciamento, fornece definições atualizadas e critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclarece alguns conceitos importantes. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo. Alterações a Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08 - Alterações em Contratos de Arrendamento: As alterações prevê em concessão aos arrendatários na aplicação dos orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação de contratos de arrendamento, ao contabilizar a redução de pagamentos como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que faz essa escolha deve contabilizar qualquer redução de pagamentos do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionado ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. Essa alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo. **4. Gestão de risco financeiro:** As atividades da Companhia e expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (risco de moeda, risco de taxa de juros e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contraparteiras. Nenhuma decisão política, a natureza e a posição geral dos riscos são regularmente monitorados e gerenciados a fim de avaliar os resultados e os impactos. **4.1.** Fatores de risco financeiro: **a)** Risco de mercado: **i)** Risco de taxa de juros sobre o fluxo de caixa e o valor justo associado ao risco de taxa: Decorre da possibilidade de a Companhia auferir ganhos ou sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Para mitigar esse risco, as aplicações financeiras contratadas são vinculadas com taxas de juros pós-fixadas. Os empréstimos e financiamentos de longo prazo são contratados com instituições financeiras de primeira linha, com encargos calculados de acordo com as condições usuais praticadas de mercado. **ii)** Risco de câmbio: O risco de câmbio surge quando os ativos e passivos financeiros são denominados em moeda estrangeira. Os ativos e passivos financeiros da Companhia são, em sua maioria, denominados em moeda local, o Real. Dessa forma, a Companhia não está exposta a um risco significativo de câmbio. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras está abaixo apresentada.

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa (nota 8)	42.297	34.453	42.316	34.754
Aplicações financeiras	5.197	5.227	5.197	5.227
Contas a receber de clientes (nota 9)	154.618	128.782	159.221	142.259
	202.112	168.462	206.734	182.240

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o período, e a administração não espera nenhuma perda por decorrente de inadimplência dessas contraparteiras superior ao valor já provisionado. **(c)** Risco de câmbio: O resultado das operações da Companhia é afetado pelo fator de risco da taxa de câmbio do dólar norte-americano, devido ao fato que parte dos empréstimos e financiamentos contratados e a pagar estão atrelados a essa moeda. **(d)** Risco de preço de mercado: **(i)** Risco de preço de ações: A Companhia não possui ações de outras companhias. **(ii)** Risco de preço de commodities: Os riscos de preço de commodities são inerentes a operação da Companhia e refletem o impacto das cotações de commodities, como por exemplo, o preço do combustível e da energia elétrica, que são relevantes para os custos. Os valores dividendos a pagar são contabilizados pelo valor nominal, sendo que não possui outros ativos e passivos financeiros. Para mitigar esse risco, as aplicações financeiras contratadas são vinculadas com taxas de juros pós-fixadas. Os empréstimos e financiamentos de longo prazo são contratados com instituições financeiras de primeira linha, com encargos calculados de acordo com as condições usuais praticadas de mercado. **(e)** Risco de liquidez: O risco de liquidez é o risco de a Companhia não ter equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima de crédito na data das demonstrações financeiras está abaixo apresentada.

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa (nota 8)	134.874	128.493	139.000	128.667
Aplicações financeiras	11.849	4.285	11.849	4.285
Contas a receber de clientes (nota 9)	606	7.665	606	7.665
	787	72	787	72
Contas a receber de clientes (nota 9)	5.808	2.494	5.808	2.494
	3.285	2.598	3.285	2.598
Total	**157.209**	**146.607**	**161.335**	**143.781**

Vencidos: Até 30 dias
De 31 a 60 dias
De 61 a 90 dias
De 91 a 180 dias
Há mais de 180 dias
Total

4.2. Gestão de capital: A Companhia e suas controladas mantêm o seu capital social e reservas de capital, de modo a manter a confiança dos investidores, credores e do mercado e a sustentar o desenvolvimento futuro do negócio. Os administradores monitoram o retorno sobre o capital, que a Companhia define como o resultado operacional dividido pelo patrimônio líquido. O conselho de administração tem a política de manter uma base de capital sólida a fim de preservar a confiança do investidor, credor e do mercado e sustentar o futuro desenvolvimento do negócio. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo, uma vez que não possui relações de hedge de taxa de juros. **4.3. Instrumentos financeiros por categoria:** Os ativos e passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado da Companhia compreendem "Caixa e equivalentes de caixa" (nota 8), "Contas a receber de clientes" (nota 9) e "Outras contas a receber" (nota 9). **4.4. Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos, nesta última situação, desde que a Companhia tenha transferido, substancialmente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros dessa categoria são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. **4.5.** Compensação de instrumentos financeiros: Ativos e passivos financeiros são compensados e o saldo líquido é reportado no balanço patrimonial quando há o direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. No exercício findos em 31/12/2020 e de 2019 não há ativos e passivos financeiros compensados. **4.6** *Impairment* de ativos financeiros: A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial do ativo (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados de ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejízos de crédito futuros que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejízo é reconhecido na demonstração do resultado. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorra após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. **5.4.** Instrumentos financeiros derivativos: Os derivativos para negociação são classificados como ativo ou passivo circulante. O valor justo total de um instrumento derivativo é classificado como ativo ou passivo não circulante, se o período remanescente para o vencimento do item protegido pelo instrumento derivativo for superior a 12 meses. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "Receitas e Despesas Financeiras". **5.5.** Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços, no curso normal das atividades da Companhia, incluindo valores que encontram-se em negociação junto a clientes, com período de até 10 meses. Se o prazo de recebimento é equivalente a 1 ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PDD" no demonstrativo). **5.6.** Investimentos: Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. **5.7.** Ativo imobilizado: **a)** Ação na avaliação do controlado: O ágio resultado da aquisição de controladas é representa o excesso do (i) contraprestação transferida, deduzir de participação de não controladores na adquirida e (ii) de valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada

...continuação

O valor da dívida parcelada no 1º trimestre foi de R$1.847, no 2º trimestre foi de R$4.720 e no 4º trimestre foi de R$ 283.

	Parcelamento não previdenciário				
	Data adesão	Parcelas	em aberto	Dívida parcelada	Saldo em 2020
Parcelamento nº 10880-748825/2019-12	16/10/2019	60	52	1.331	1.089
Parcelamento nº 10880-748825/2019-12	16/12/2019	60	52	5.146	5.031
Parcelamento nº 10880-749558/2019-09	26/12/2019	60	52	353	289
Parcelamento nº 10880-749558/2019-09	26/12/2019	60	52	1.632	1.335
Parcelamento nº 13611-720231/2020-92	10/02/2020	60	54	1.518	1.288
Parcelamento nº 13611-720231/2020-92	10/02/2020	60	54	329	279
Parcelamento nº 11610-720959/2020-55	09/06/2020	60	57	4.728	4.281
Parcelamento nº 11610-720959/2020-55	09/06/2020	60	57	1.024	927
Parcelamento nº 18186-722717/2020-81	30/10/2020	60	57	6.216	6.119
Parcelamento nº 18186-722717/2020-81	30/10/2020	60	57	1.366	1.323
Parcelamento nº 18186-722.842/2020-11	09/11/2020	60	58	1.402	1.380
Parcelamento nº 18186-722.842/2020-11	09/11/2020	60	58	302	298
Parcelamento nº 13611-720216/2020-44	10/02/2020	60	54	1.754	1.488
Parcelamento nº 18186-722717/2020-81	30/10/2020	60	58	12.823	12.383
Parcelamento nº 18186-723680/2020-91	09/12/2020	60	60	3.114	3.108
				27.735	**23.924**

O saldo devedor destes parcelamentos é atualizado mensalmente pela Taxa Selic. • Parcelamento de PRD: A Companhia aderiu ao parcelamento não previdenciário no dia 18/06/2018. O valor total da dívida parcelada na data foi de R$3.247. Adicionalmente realizou parcelamentos de CPRB no ano 2019, totalizando na data R$6.384. A Companhia realizou novos parcelamentos de CPRB no 1º, 2º e 4º trimestre de 2020. O valor da dívida parcelada no 1º trimestre foi de R$1.455, no 2º trimestre foi R$10.529 e no 4º trimestre foi de R$2.574.

	Parcelamento previdenciário				
	Data adesão	Parcelas	em aberto	Dívida parcelada	Saldo em 2020
Parcelamento nº 19679-405104/2018-08	18/06/2018	60	39	3.246	1.777
Parcelamento nº 18186-748828/2019-12	16/12/2019	60	48	4.884	3.977
Parcelamento nº 18880-749436/2019-12	26/12/2019	60	48	1.501	1.223
Parcelamento nº 13611-720216/2020-44	10/02/2020	60	50	1.754	1.488
Parcelamento nº 18186-722717/2020-81	30/10/2020	60	58	12.823	12.383
Parcelamento nº 18186-723680/2020-91	09/12/2020	60	60	3.114	3.108
				27.322	**23.954**

O saldo devedor destes parcelamentos é atualizado mensalmente pela Taxa Selic. • Parcelamento de PGFN: A Companhia aderiu ao PERT - Pert Demais, CP-Terceiros e CP-Segurados no dia 26/05/2017. O valor total da dívida parcelada na data foi de R$14.249. Adicionalmente, no 1º e 2º trimestre de 2020 realizou novos parcelamentos previdenciários. O valor total da dívida parcelada no 1º trimestre foi de R$2.144 e no 2º trimestre foi de R$2.473.

	Parcelamento Previdenciário				
	Data adesão	Parcelas	em aberto	Dívida parcelada	Saldo em 2020
Parcelamento especial	30/09/2019	60	44	6.793	4.774
Parcelamento nº 16152-720376/2019-59	16/12/2019	60	47	629	474
Parcelamento nº 16152-720379/2019-92	16/12/2019	60	47	1.339	1.010
Parcelamento nº 10880-721190/2020-22	26/12/2020	60	47	2.011	1.517
Parcelamento nº 16152-720007/2020-08	26/12/2019	60	47	1.104	852
Parcelamento nº 16152-720008/2020-41	26/12/2019	60	47	2.375	1.832
Parcelamento nº 16152-720875/2020-69	10/02/2020	60	49	329	265
Parcelamento nº 16152-720083/2020-13	10/02/2020	60	49	663	523
Parcelamento nº 16152-720084/2020-10	10/02/2020	60	49	1.252	988
Parcelamento nº 11610-720957/2020-66	28/05/2020	60	52	2.473	2.119
				18.968	**14.354**

• Parcelamento de ISS: A Flex Aviável de Crédito e Cobrança Ltda. aderiu aos Programas de Parcelamento Incentivado - PPI e Parcelamento Administrativo de Débitos Tributários - PAT junto à Prefeitura de São Paulo, nos termos a seguir:

	Programas de Parcelamento Incentivado - PPI				
	Data adesão	Parcelas	em aberto	Dívida parcelada	Saldo em 2020
Parcelamento nº 2737377-0	25/11/2016	120	9	2.844	1.224
Parcelamento nº 2275089-4	20/01/2015	120	47	3.648	1.399
				6.492	**2.623**

A Flex Cestão de Relacionamentos S.A., aderiu ao Parcelamento Administrativo de Débitos Tributários - PAT junto à Prefeitura de São Paulo, nos termos a seguir:

	Parcelamento Administrativo de Débitos Tributários - PAT				
	Data adesão	Parcelas	em aberto	Dívida parcelada	Saldo em 2020
Parcelamento nº 3136155-2	23/04/2018	61	31	1.912	893
Parcelamento nº 3136277-9	30/06/2018	61	33	241	108
Parcelamento nº 3137038-1	22/06/2018	61	33	281	136
Parcelamento nº 3144211-0	15/10/2019	61	48	2.872	2.058
Parcelamento nº 3146307-0	27/01/2020	61	52	4.291	3.362
Parcelamento nº 3147085-8	16/03/2020	61	54	1.014	828
Parcelamento nº 3148031-5	20/07/2020	61	57	3.950	3.520
Parcelamento nº 3149415-3	01/12/2020	61	59	4.766	4.576
				18.326	**15.482**

A Companhia aderiu ao Programa Municipal de Adimplemento Permanente Administrativo - PAP junto à Prefeitura de Franca/São Paulo, nos termos a seguir:

Programa Municipal de Adimplemento Permanente Administrativo - PAP					
	Data adesão	Parcelas	em aberto	parcelada	em 2020
Parcelamento nº 013.364/19	15/08/2019	96	79	726	597
Parcelamento nº 013.362/19	19/09/2019	96	79	726	597
Parcelamento nº 017.187/19	11/12/2019	60	46	885	679
Parcelamento nº 017.661/19	11/12/2019	60	46	260	199
Parcelamento nº 005.610/20	25/06/2020	96	88	1.253	1.149
Parcelamento nº 005.841/20	07/07/2020	96	88	619	568
				4.465	**3.687**

A Companhia realizou parcelamento junto à Prefeitura de Palhoça, nos termos a seguir:

Parcelamento Lei-5.172/66 - ISS PIA					
	Data adesão	Parcelas	em aberto	parcelada	em 2020
Parcelamento nº 2488/20	06/02/2020	36	24	555	185
				555	**185**

O saldo devedor dos parcelamentos são atualizados mensalmente pela Taxa Selic. • Parcelamento de INSS: A Flex Aviável de Crédito e Cobrança Ltda. (controlada incorporada em outubro/2019) aderiu ao Programa REFIS da Crise Lei nº 12.996/2014, nos termos a seguir:

REFIS da Crise Lei 12.996/14				
	Data adesão	Parcelas	em aberto	Dívida parcelada	Saldo em 2020
REFIS da Crise Lei 12.996/14	22/08/2014	120	53	7.318	3.298
				7.318	**3.298**

• Parcelamento de FGTS: A Caixa Econômica Federal, através da MP 927/20, concedeu as empresas a suspensão do pagamento de FGTS referente às competências de março, abril e maio, nos termos a seguir:

Parcelamento FGTS					
	Data adesão	Parcelas	em aberto	Dívida parcelada	Saldo em 2020
Parcelamento FGTS MP 927/20	30/07/2020	36	36	3.925	3.925
				3.925	**3.925**

• Cronograma de Vencimentos: A seguir apresentamos o cronograma de vencimentos dos parcelamentos de tributos:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Controladora/Consolidado	19.540	37.585	23.649	-	**80.774**
	Em 2019				
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Controladora/Consolidado	10.670	37.711	1.918	-	**50.432**

18. Contingências: A Companhia está envolvida em processos judiciais e administrativos oriundos do curso normal de seus negócios, que incluem, entre outras, reivindicações trabalhistas. A Companhia classifica as chances de perda nos processos legais como "prováveis", "possíveis" ou "remotas". Provisões são reconhecidas para todos os processos judiciais que representam perdas prováveis (obrigação presente como resultado de eventos passados, é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, e pode ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação). Conforme opinião dos consultores internos e externos da Companhia, a probabilidade de perda é avaliada com base na evidência disponível. A Companhia acredita que seus processos estão reconhecidos adequadamente nas demonstrações financeiras, conforme apresentado no quadro a seguir:

	Controladora/Consolidado	
	2020	2019
Provisões	1.623	1.594
Depósitos judiciais	(4.440)	(3.790)
Risco líquido	**(2.817)**	**(2.196)**

Os depósitos judiciais representam ativos restritos da Companhia e estão relacionados a quantias depositadas em juízo e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionados. A Companhia é parte de reclamações trabalhistas movidas por ex-profissionais, cujos pedidos se constituem, essencialmente, em pagamentos de horas extras, reversão de pedidos de demissão/demissão indireta e danos morais. A movimentação das provisões está apresentada no quadro abaixo:

Movimentação das provisões	Controladora / Consolidado
Saldo em 31/12/2018	1.315
Adições realizadas no exercício	279
Saldo em 31/12/2019	1.594
Adições realizadas no exercício	29
Saldo em 31/12/2020	1.623

A Companhia possui riscos de natureza trabalhista e cível cuja expectativa de perda avaliada pelos assessores jurídicos está classificada como possível, portanto, nenhuma provisão foi constituída. Em 31/12/2020 a Companhia possuía o montante de R$696 (R$1.138 em 31/12/2019) referentes a possíveis contingentes com risco de perda classificada pelos assessores jurídicos como possível, de naturezas trabalhista e cível. **19. Patrimônio líquido: 19.1.** Capital social: Em 31/12/2020, o capital social é de R$65.000, totalmente subscrito e integralizado, representado por ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, conforme demonstradas na tabela a seguir:

	Quantidade de ações	Capital	Total
		Social	
Em 31/12/2019	3.248	65.000	65.000
Em 31/12/2020	**3.248**	**65.000**	**65.000**

A composição acionária da Companhia está apresentada a seguir:

	Quantidade de ações	% de participação
Via BC Participações Ltda.	1.894	58,31%
Stratus SCP Brasil Fundo de Investimento em Participações	1.354	41,69%
	3.248	**100,00%**

Conforme o Estatuto Social, o capital social autorizado da Companhia é de R$65.000. **19.2.** Reservas: Reserva legal: A reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo ou aumentar o capital social. Reserva de retenção de lucros: A reserva de retenção de lucros é formada pelo saldo remanescente das movimentações patrimoniais, sendo deliberada em AGO as suas futuras destinações. **19.3.** Ajustes de avaliação patrimonial: A aquisição da participação de não controladores em controladas realizada em 2016 resultou no reconhecimento de ajustes de avaliação patrimonial nas demonstrações em IFRS. Conforme IFRS 10, a diferença entre o valor pago pela aquisição e os ativos líquidos da Flex Aviáble de Crédito e Cobrança Ltda. **19.4.** Dividendos: Tendo em vista que foi apurado prejuízo em 2020, não houve proposta de distribuição de dividendos. **20. Receita operacional:** Abaixo apresentamos a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado:

	Controladora/Consolidado			
	2020	2019	2020	2019
Receita bruta	242.777	260.365	242.777	260.365
Impostos sobre vendas	(54.158)	(54.958)	(55.531)	(56.207)
Receita operacional líquida	**188.619**	**205.407**	**187.238**	**204.158**

21. Custos e despesas por natureza e função:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Despesas com pessoal	(342.612)	(365.999)	(352.920)	(372.483)
Depreciação e amortização	(64.164)	(55.390)	(42.873)	(38.037)
Material de consumo	(7.282)	(12.382)	(7.282)	(12.382)
Serviços de terceiros	(74.233)	(72.847)	(72.017)	(68.619)
Outros gastos de operação	(17.248)	(16.718)	(17.409)	(18.028)
Total	**(505.539)**	**(523.336)**	**(492.501)**	**(509.549)**
Custos dos serviços prestados	(384.304)	(391.158)	(361.158)	(375.842)
Despesas com vendas	(1.160)	(1.089)	(1.165)	(1.273)
Despesas gerais e administrativas	(141.801)	(139.964)	(146.218)	(140.700)
Outras receitas (despesas operacionais)	(3.726)	(1.807)	(3.720)	(1.735)
Total	**(511.017)**	**(533.018)**	**(492.261)**	**(519.550)**

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receitas brutas	188.619	205.407	187.238	204.158
Impostos sobre vendas	(10.522)	(16.481)	(10.593)	(16.481)
Despesas com pessoal	(3.006)	(3.925)	(3.006)	(3.925)
Despesas com terceiros	(3.736)	(4.109)	(3.736)	(4.109)
Despesas com aluguéis	(4.689)	(4.689)	(4.689)	(4.689)
Outras despesas	(1.731)	(1.819)	(1.772)	(1.809)
Outras receitas	(17.337)	(17.802)	(17.337)	(17.802)
Valor adicionado líquido	**141.878**	**(33.414)**	**141.147**	**(33.437)**
Receitas financeiras	1.463	1.819	1.465	1.826
Outras receitas	491	167	492	167
Outros valores	93	161	293	313
Receitas financeiras	**2.047**	**2.147**	**2.250**	**2.306**
Total	**(139.830)**	**(134.127)**	**(138.897)**	**(134.131)**

O aumento observado nas despesas financeiras em 2020 é motivado pela captação de novos empréstimos e debêntures. Também impactaram o período os parcelamentos tributários firmados no último trimestre de 2020.

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Prejuízo antes do IR e CS	(33.707)	(28.968)	(33.793)	(28.229)
Alíquota fiscal combinada - %	34	34	34	34
IR e CS pela alíquota fiscal combinada	**11.460**	**9.849**	**11.490**	**9.598**
Exclusões permanentes				
Equivalência patrimonial	267	(421)		
Outros	(1.651)	(1.514)	(1.327)	(192)
Efeito dos impostos no resultado	**10.076**	**7.914**	**10.163**	**9.406**
Corrente			(87)	(39)
Diferido	10.076	9.944	10.427	9.944
Alíquota efetiva	**29,9**	**34,3**	**30,1**	**32,6**

24. Prejuízo por ação: O lucro (prejuízo) por ação, básico, foi calculado com base no resultado atribuível aos acionistas controladores da Companhia no período findo em 31/12/2020 e na respectiva quantidade média de ações ordinárias em circulação, comparativamente com o mesmo período de 2019 conforme quadro abaixo.

	Controladora/Consolidado	
	2020	2019
Resultado atribuível aos acionistas da Companhia	(23.631)	(19.024)
Média ponderada da quantidade de ações (em milhares)	3.248	3.248
Resultado básico e diluído por ação em R$	(7,28)	(5,86)

Não há fatores de diluição e a semente considerados no cálculo do resultado por ação.

25. Coberturas de seguros: A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de detentá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31/12/2020, a cobertura de seguros era de R$120.150 (R$106.100 em 31/12/2019) para danos materiais e responsabilidade civil. **26. Saldos e transações com partes relacionadas:** A Companhia não possui saldo de contas a pagar (fornecedores) e contribuição relativa a transações com partes relacionadas no exercício findo em 31/12/2020. A Companhia possui saldo de adiantamento na controladora, devido a saldos bloqueados em conta garantia na controlada, conforme demonstrado a seguir:

	2020	2019
Adiantamento a controlada	255	-

O pessoal-chave da Administração corresponde à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração da Companhia. A remuneração paga ao pessoal-chave da Administração, por seus serviços, está apresentada a seguir:

	2020	2019
Salários e outros benefícios de curto prazo a Administração	4.733	4.596

27. Arrendamentos: IFRS 16 para contratos que foram anteriormente identificados como arrendamentos e que utilizavam o CPC 06 (R1). Portanto, a Companhia não aplicará a norma a contratos que não tenham sido previamente identificados como contratos que contenham um arrendamento nos termos do CPC 06 (R1). A Companhia optou por utilizar as isenções propostas pela norma para contratos de arrendamento cujo prazo se encerre em 12 meses a partir da data da adoção inicial, e contratos de arrendamento cujo ativo objeto seja de baixo valor. A Companhia possui arrendamentos de equipamentos de informática classificados como operação, os quais já estavam sendo contabilizados na forma da referida Norma, não requerendo, portanto, adoção inicial. Dos contratos que foram escopo do IFRS 16, a Administração da Companhia consideraa como componente de arrendamento somente o valor mínimo fixo para fins de mensuração do passivo de arrendamento. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total de pagamentos futuros de arrendamento e aluguéis, ajustado a valor presente, considerando a taxa nominal de desconto. Durante o ano de 2018, a Companhia efetuou uma avaliação defatada do impacto do IFRIC 06 (R2), havendo adoção à Norma a partir de 01/01/2019. A taxa incremental de captação, utilizada pela Companhia para desconto, é composta pela taxa média de captação da Companhia, somada ao risco de crédito país e adotado por um spread de risco de dívida subjacente. A operação dos arrendamentos é demonstrada a seguir:

Impacto sobre o balanço patrimonial - Aumento (redução):	Controladora/Consolidado	
Ativos	**2020**	**2019**
Imobilizado (ativos de direito de uso): Custo histórico	34.688	34.156
(-) Depreciação acumulada	(16.948)	(7.472)
Total do ativo	**17.740**	**26.684**
Passivos		
Arrendamentos operacionais - Circulante	7.914	7.471
Arrendamentos operacionais - Não circulante	11.778	19.497
Total do passivo	**19.692**	**26.968**
A movimentação dos ativos de direito de uso no período findo em 31/12/2020 está abaixo apresentada:		

Ativos de direito de uso	Controladora/Consolidado
	2020
Direito de uso	26.684 32.287
Adições	1.651 2.181
Baixas	(570) (232)
Depreciação do ativo de direito de uso	(10.025) (7.472)
Saldo em 31/12/2020	**17.740 26.684**

A movimentação do passivo de arrendamento no período findo em 31/12/2020 está abaixo apresentada:

Passivo de arrendamento	Controladora/Consolidado
	2020 2019
Passivo de arrendamento	26.968 32.287
Adições	1.651 2.181
Baixas	(570) (232)
Atualização monetária (AVP)	3.736 4.145
Pagamentos	(12.093) (11.333)
Saldo em 31/12/2020	**19.692 26.968**

Apresentamos a seguir o cronograma de vencimentos dos arrendamentos está abaixo apresentado:

	Controladora/Consolidado
Até 1 ano	7.914
Entre 1 e 3 anos	10.627
Entre 3 e 5 anos	1.151
Saldo em 31/12/2020	**19.692**

28. Eventos subsequentes: Alteração da presidência do conselho e eleição de novo membro: Em 31/03/2021, foi aceita a renúncia do Sr. Tepahiro Silveira Neto do cargo de Presidente e membro do Conselho de Administração da Companhia, sendo que seu mandato iniciado em 31/03/2020. Em função da renúncia do Sr. Tepahiro os acionistas elegeram, como novo membro titular do Conselho de Administração da Companhia, para um mandato até o dia 30/04/2021, ou até a próxima AGO que aprovar as contas do exercício de 2020, ou, ainda, até que ocorra a próxima assembleia de renovação do mandato, o Sr. Ricardo Wolff Harger Silveira. Os acionistas elegeram como novo presidente do Conselho de Administração, o já atual membro, o Sr. Alberto Costa Sousa Camões.

Declaração da Diretoria

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25, anexo da Instrução CVM nº 480/09, pelo presente instrumento, os diretores da Flex Cestão de Relacionamento S.A. ("Companhia") abaixo designados declaram que: (i) revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, emitidos pela Ernst&Young Auditores Independentes S/S, e (ii) revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, emitidos pela Ernst&Young Auditores Independentes S/S.

Diretoria

Carlos Alberto Ferreira da Silva - Diretor Presidente
Daniel de Andrade Gomes - Diretor Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores
Fabrício Castanheira Neves - Diretor de Operações
Roberto Carlos Dariva - Diretor de Operações

Contador

Luiz Fernando Dill Barcellos - CRC RS 082618/0-5

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Flex Gestão de Relacionamento S.A**. São Paulo (SP). **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Flex Gestão de Relacionamento S.A ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada, da Flex Gestão de Relacionamento S.A em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileira e internacional de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentada no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Não cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses assuntos de auditoria. Nossa resposta para nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Reconhecimento de receita operacional líquida de contratos de prestação de serviços no Brasil e com as IFRS, a Companhia é reputada e procede anualmente um teste de recuperabilidade (impairment) de ágio. Em 31 de dezembro de 2020 o saldo consolidado relacionado ao ágio totalizava R$450.187 mil e está divulgado na nota explicativa 13 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Esse tema foi considerado um principal assunto de auditoria devido ao processo de avaliação da recuperabilidade desse ativo intangível ser complexo e envolver um elevado grau de subjetividade, bem como se baseado em diversas premissas tais como, determinação da unidade geradora de caixa, taxa de desconto utilizada no fluxo de caixa, percentuais de crescimento dos mercados e rentabilidade de seus negócios. Tais premissas poderão ser afetadas, de forma relevante, pelas condições de mercado ou cenários econômicos futuros ou quais ainda não podem ser estimados com precisão. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria consistiram, entre outros, no envolvimento de especialistas em avaliação de empresas para avaliar as premissas e os cálculos matemáticos da Companhia e suas controladas, bem como a análise da consistência das principais premissas e dados utilizados em comparação às perspectivas de mercado, e a análise das divulgações realizadas na nota explicativa 13 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como resultado desses procedimentos identificamos inconsistência em determinada premissa utilizada para mensuração do valor recuperável do ágio e consequentemente, a necessidade de ajuste no valor do ativo intangível. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de valor recuperável do ágio, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e as conclusões alcançadas no teste de valor recuperável do ágio preparados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 13, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Reconhecimento de receita: Mensalmente, contamos com estimativas de receitas a serem faturadas referente aos serviços prestados e não faturados por meio do lançamento de provisão dentro do mês de competência. Este assunto foi considerado significativo para nossa auditoria, devido à complexidade do processo de apuração e o fato de que diferenças significativas entre os valores estimados da receita não faturada menos, que pode acarretar no reconhecimento de receita em período incorreto e/ou de receita inexistente e, portanto, apresenta um risco de distorção relevante nas demonstrações financeiras. **Como nossa auditoria conduziu este assunto:** Nossos procedimentos incluíram, dentre outros, o recálculo das estimativas de faturamento que resultam nos saldos reconhecidos nas demonstrações financeiras, testes de lançamentos não rotineiros efetuados nas contas de receita, além de inspeção de documentação para uma amostra de vendas registradas durante o exercício. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria sobre o reconhecimento de receitas no exercício, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas adotadas pela administração para o registro das receitas, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 3.15 e 20 são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. *Outros assuntos* - Demonstrações do valor adicionado: As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob sua responsabilidade e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciado Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciado Técnico e são consistentes com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se este está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparente estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Ao elaborarem as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso desta base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileira e internacional de auditoria sempre detecta eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileira e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante, em nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver ação de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração da Companhia e suas controladas, do princípio contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou, se tais divulgações forem inadequadas, fazer ressalva em nossa opinião. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuros podem levar a Companhia a não manter a continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, incluindo as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as

RS Holding e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 35.662.545/0001-48

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	2020	2019 (Não auditado)		2020	2019 (Não auditado)
Ativo			**Passivo**		
Circulante			**Circulante**		
Caixa e equivalentes de caixa	71	10	Debêntures	57.935	-
Aplicações financeiras	42.735	-	Impostos e contribuições a recolher	4.350	-
Tributos a recuperar	7.127	-	Total do passivo circulante	62.285	-
Total do ativo circulante	49.933	10	**Não circulante**		
Não circulante			Debêntures	577.526	-
Realizável a longo prazo			Impostos diferidos	4.137	-
Aplicações financeiras - conta reserva	12.371	-	Total do passivo não circulante	581.663	-
Investimentos	1.202.218	-	**Patrimônio líquido**		
Total do ativo não circulante	1.219.589	-	Capital social	585.899	10
Total do ativo	1.269.522	10	Reserva de lucros	37.493	-
			Dividendo adicional proposto	2.184	-
			Total do patrimônio líquido	625.574	10
			Total do passivo e patrimônio líquido	1.269.522	10

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	2020	2019 (Não auditado)		2020	2019 (Não auditado)
Despesas operacionais			**Resultado de equivalência patrimonial**	122.166	-
Despesas gerais e administrativas			**Resultado antes do resultado financeiro**	122.130	-
Serviços	(4)	-	Resultado financeiro	(22.110)	-
Impostos, taxas e despesas com cartório	(12)	-	**Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social**	100.020	-
Despesas legais e judiciais	(19)	-	Imposto de renda e contribuição social diferidos	(4.137)	-
Outros	(1)	-	**Lucro líquido do exercício**	95.883	-
	(36)	-			

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Capital Social	Reservas de lucros: Legal	Retenção de Lucros	Dividendo adicional proposto	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	10	-	-	-	-	10
Aumento de capital em 29 de junho de 2020	585.889	-	-	-	-	585.889
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	95.883	95.883
Destinações:						
Reserva legal	-	4.794	-	-	(4.794)	-
Distribuição de dividendos intermediários em 26 de outubro de 2020	-	-	-	-	(43.357)	(43.357)
Juros sobre capital próprio em 18 de dezembro de 2020 (líquido)	-	-	-	-	(10.923)	(10.923)
Juros sobre capital próprio em 18 de dezembro de 2020 (IRRF)	-	-	-	-	(1.928)	(1.928)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	2.184	(2.184)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	32.697	-	(32.697)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	585.899	4.794	32.697	2.184	-	625.574

As Demonstrações Financeiras na íntegra acompanhadas de suas Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes, encontram-se à disposição dos interessados na Sede da Companhia e no site: www.grupoccr.com.br/RSHOLDING

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	2020	2019 (Não auditado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	95.883	-
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.137	-
Juros e variação monetária sobre debêntures	18.086	-
Equivalência patrimonial	(122.166)	-
	(4.060)	-
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução dos ativos		
Tributos a recuperar	(7.127)	-
Dividendos e juros sobre capital próprio recebido	147.883	-
Aumento (redução) dos passivos		
Impostos e contribuições a recolher	4.350	-
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	141.046	-
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aplicações financeiras líquidas de resgate	(42.735)	-
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(42.735)	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Resgates/ aplicações (conta reserva)	(12.371)	-
Empréstimos		
Pagamento de principal	(56.000)	-
Pagamento de juros	(13.230)	-
Dividendos pagos	(56.208)	-
Integralização de capital	39.559	10
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de financiamento	(98.250)	10
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	61	10
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	10	-
No final do exercício	71	10
	61	10

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	2020	2019 (Não auditado)
Lucro líquido do exercício	95.883	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	95.883	-

Eduardo Siqueira Moraes Camargo — **Diretor-Presidente**
Guilherme Motta Gomes — **Diretor**

Contador - Hélio Aurélio da Silva - CRC 1SP129452/O-3

Five Trilhos - Administração e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 31.536.951/0001-03

Demonstrações Financeiras 2020

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	2020	2019	Passivo	2020	2019
Circulante			**Circulante**		
Caixa e equivalentes de caixa	985	29	Fornecedores	6	611
Aplicações financeiras	1.822	1.944	Fornecedores - partes relacionadas	-	9
Contas a receber	8.085	7.289	Imposto de renda e contribuição social	101	667
Despesas antecipadas	-	1	Impostos e contribuições a recolher	11	95
Tributos a recuperar	9	10	Obrigações sociais e trabalhistas	14	16
Total do ativo circulante	10.902	9.273	Dividendos a pagar	2.125	3.489
Não circulante			Outras obrigações	933	201
Realizável a longo prazo			Total do passivo circulante	3.228	5.088
Contas a receber	1.959	-	**Patrimônio líquido**		
Imobilizado	15.384	-	Capital social	7.100	7.100
Intangível em andamento	-	14.000	Reserva de lucros	1.233	786
Total do ativo não circulante	17.343	14.000	Dividendo adicional proposto	16.722	10.347
Total do ativo	28.245	23.273		25.055	18.233
			Total do passivo e patrimônio líquido	28.245	23.273

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Capital social: Subscrito	A integralizar	Reserva de lucros: Legal	Retenção de lucros	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019	7.100	(40)	12	48	1.193	-	1.313
Integralização de capital social em 08 de março de 2019	-	40	-	-	-	-	40
Aumento de capital social em 21 de junho de 2019	7.000	(7.000)	-	-	-	-	-
Integralização de capital social em 13 de agosto de 2019	-	3.500	-	-	-	-	3.500
Integralização de capital social em 10 de outubro de 2019	-	3.500	-	-	-	-	3.500
Distribuições de dividendos em 16 de dezembro de 2019	-	-	-	-	(1.193)	-	(1.193)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	14.522	14.522
Destinações:							
Reserva legal	-	-	726	-	-	-	(726)
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	(3.449)	(3.449)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	10.347	(10.347)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	7.100	-	738	48	10.347	-	18.233
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	9.141	9.105
Destinações:							
Reserva Legal	-	-	447	-	-	(447)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(2.125)	(2.163)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	6.375	(6.375)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	7.100	-	1.185	48	16.722	-	25.055

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	2020	2019		2020	2019
Receita operacional líquida	10.652	16.476	Despesas, provisões e multas indedutíveis	(102)	-
Custos dos serviços prestados	-	-	Despesas legais e judiciais	(24)	(35)
Depreciação	(158)	-	Outras despesas	(22)	-
Custo com pessoal	(100)	(103)		(127)	(76)
Lucro bruto	10.394	16.373	**Resultado antes do resultado financeiro**	10.117	16.297
Despesas operacionais			Resultado financeiro	67	(10.189)
Despesas gerais e administrativas			**Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social**	10.184	16.468
Serviços	(31)	(41)	Imposto de renda e contribuição social - correntes	(1.737)	(1.946)
Provisão para perda esperada	(43)	-	**Lucro líquido do exercício**	8.447	14.522

As Demonstrações Financeiras na íntegra acompanhadas de suas Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes, encontram-se à disposição dos interessados na Sede da Companhia e no site: www.grupoccr.com.br/FIVETRILHOS

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	8.447	14.522
Ajustes por:		
Depreciação	158	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	43	-
	8.148	-
(Aumento) redução dos ativos		
Contas a receber	(2.798)	(5.849)
Contas a receber - partes relacionadas	-	9
Despesas antecipadas	-	(1)
Tributos a recuperar	1	(10)
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	(605)	611
Fornecedores - partes relacionadas	(1)	(2)
Obrigações sociais e trabalhistas	(2)	5
Impostos e contribuições a recolher e provisão de imposto de renda e contribuição social	(650)	926
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-	(435)
Outros de contas a pagar	732	261
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	5.825	9.927
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adição do ativo intangível	(1.542)	(14.000)
Aplicações financeiras	122	(1.528)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(1.420)	(15.528)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos a acionistas controladores	(3.449)	(1.486)
Integralização de capital	-	7.040
Caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades de financiamento	(3.449)	5.554
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	956	4
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	29	26
No final do exercício	985	29
	956	3

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	2020	2019
Lucro líquido de exercício	8.447	14.522
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	8.447	14.522

Francisco Pierrini - Diretor-Presidente
Mauricio Dinitrov - Diretor

Contador: Hélio Aurélio da Silva - CRC 1SP129452/O-3

BRASILATA S/A EMBALAGENS METÁLICAS

C.N.P.J. - MF 61.160.438/0001-21

Demonstrações Financeiras em 31.12.2020 - (Em Milhares de Reais)

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração vem submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Mercado

O ano de 2020 é um marco na história da BRASILATA. Após um bom início de ano, a pandemia atingiu em cheio os negócios e impactou fortemente os volumes de vendas nos meses de abril e maio, em função da restrição de abertura do comércio varejista. Nesse período, a Companhia aproveitou para conciliar a mudança de sua principal unidade fabril de São Paulo para Jundiaí, assim como para acelerar a implantação da nova unidade no município de Barra do Piraí- RJ. De maneira, a recuperação se deu de forma vertiginosa com a marca de 7 meses consecutivos de recordes de produção e vendas. As novas unidades tiveram um excelente início operacional e foram as principais responsáveis pelo atingimento dos números de vendas e produção.

Resultados e Perspectivas

Com recordes de produção e comercialização dos principais produtos, a Companhia conseguiu atuar Consistentemente acima do seu ponto de equilíbrio e pelo atingimento de resultados financeiros expressivos.

A companhia fechou o ano com LAIR (Lucro antes do Imposto de Renda) de R$ 58,3 milhões, número expressivamente maior do que o ano anterior. A geração de caixa ajustada (EBITDA ajustado) também foi recorde: R$ 96,7 milhões (R$ 33,5 milhões em 2019) assim como o faturamento bruto de R$ 816 milhões.

A Brasilata conseguiu também o maior nível de exportações de sua história, fruto de investimentos nos principais mercados alvo e da maior competitividade dos seus produtos através da desvalorização do real frente ao dólar. Na sua divisão de comércio eletrônico, focada em pequenas triagens, chamada LOJA DA LATA, também foi atingido o recorde de vendas.

Para o ano de 2021, a Brasilata espera uma performance superior a 2020 e implementará projetos importantes que certamente trarão muitos frutos nos próximos anos.

Agradecimentos

A Administração agradece aos que participaram como parceiros das atividades da Companhia em 2020: Funcionários, Acionistas, Clientes, Fornecedores e Instituições Financeiras.

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Valores expressos em milhares de Reais)*

ATIVO	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	31.412	19.283	32.849	21.067
Contas a receber	54.682	33.705	62.996	34.030
Operações de "Vendor / ACE"	13.372	19.453	29.169	30.255
Estoques	88.329	94.622	104.309	94.652
Adiantamentos a fornecedores	22.463	19.424	24.097	19.430
Impostos a recuperar	2.694	3.316	3.413	3.428
Despesas antecipadas	2.636	3.750	2.816	3.892
Ativo mantido para venda	-	-	3.724	-
Outros créditos a receber	389	261	403	261
Total do ativo circulante	215.977	193.814	263.776	207.015
Ativo não circulante				
Depósito judicial	2.175	2.395	2.175	2.395
Impostos a recuperar	3.706	3.548	4.593	3.548
Créditos tributários	4.094	4.094	4.147	4.147
Outros créditos a receber	8.755	8.752	8.755	8.752
Ativo fiscal diferido	3.120	2.449	3.120	2.449
Investimentos	21.850	21.238	22.790	21.291
Imobilizado	45.913	3.846	-	-
Imobilizado	68.716	64.205	90.698	64.205
Ativo de direito de uso	36.457	38.785	38.633	38.785
Intangível	3.933	3.973	3.967	3.973
	154.919	110.811	133.298	105.965
Total do ativo não circulante	176.768	130.625	156.068	128.256
Total do ativo	392.746	325.863	419.844	335.271

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Passivo circulante				
Empréstimos e financiamentos	45.253	27.952	51.356	42.407
Operações de "Vendor / ACE"	13.372	19.453	29.169	30.255
Arrendamentos	2.321	1.451	3.249	1.451
Fornecedores e outras contas a pagar	101.743	91.736	94.259	91.831
Contas a pagar com partes relacionadas	-	21.557	-	-
Obrigações tributárias	1.154	558	6.402	564
Obrigações trabalhistas	20.186	11.901	21.070	11.959
Contas a pagar	322	407	680	407
Adiantamentos de clientes	6.402	2.248	2.987	2.250
Total do passivo circulante	189.753	177.263	209.172	181.115
Passivo não circulante				
Empréstimos e financiamentos	31.170	22.425	37.558	27.981
Debêntures	15.858	11.925	15.858	11.925
Arrendamentos	36.593	37.110	37.904	37.110
Provisão para demandas judiciais	9.629	554	9.629	554
Contas a pagar	531	801	531	801
Total do passivo não circulante	93.781	72.815	101.480	78.371
Patrimônio líquido				
Capital social	50.000	50.000	50.000	50.000
Reserva de incentivos fiscais	24.530	19.549	24.530	19.549
Reserva para retenção de lucros	34.689	6.236	34.689	6.236
Total do patrimônio líquido	109.212	75.785	109.212	75.785
Total do passivo	392.746	325.863	419.864	335.271

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Receita operacional líquida	595.435	477.056	609.307	484.666
Custo dos produtos vendidos	(501.348)	(386.803)	(465.807)	(386.849)
Lucro bruto	94.087	90.253	143.500	97.817
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas gerais e administrativas	(49.703)	(45.879)	(53.677)	(46.687)
Despesas	(32.987)	(32.352)	(42.748)	(38.926)
Outras receitas e despesas	12.397	4.586	12.407	4.581
Equivalência patrimonial	24.041	(287)	-	-
Lucro operacional antes do resultado financeiro	47.835	16.321	59.482	16.785
Despesas financeiras	(28.248)	(22.132)	(41.590)	(26.189)
Receitas financeiras	32.156	15.074	40.411	18.667
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	51.743	9.263	58.303	9.263
Imposto de renda e contribuição social diferidos	671	(175)	671	(175)
Imposto de renda e contribuição social	(5.293)	(91)	(11.635)	(91)
Lucro do exercício antes da participação dos trabalhadores	47.121	8.997	47.339	8.997
Participação dos trabalhadores no lucro	(9.894)	(2.098)	(10.112)	(2.098)
Lucro líquido do exercício	37.227	6.899	37.227	6.899
Lucro por ação (em Reais)	0,31	0,06		

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	37.227	6.899	37.227	6.899
Ajustes para:				
Depreciações e amortizações e arrendamentos	14.150	11.552	15.694	11.552
Equivalência patrimonial	(24.041)	287		
Resultado da baixa de imobilizado e intangível	3.042	69	3.050	69
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	85	(42)	85	(42)
Despesa de juros e atualização monetária	9.634	4.378	10.296	4.381
Provisão para demandas judiciais	9.075	270	9.075	270
Despesas de imposto de renda e contribuição - correntes e diferidos	4.622	266	10.964	266
Variações nos ativos e passivos	53.794	23.679	86.391	23.395
Contas a receber	(14.981)	(9.412)	(27.965)	(10.237)
Estoques	6.293	17.395	(9.657)	17.398
Impostos a recuperar	464	5.866	(1.030)	5.809
Adiantamentos a fornecedores	(3.039)	16.463	(4.667)	16.534
Despesas antecipadas	1.114	(1.566)	1.076	(1.650)
Outros créditos a receber	(131)	(5.842)	(145)	(5.842)
Depósitos judiciais	220	87	220	87
Ativo mantido para venda	-	1	(3.724)	2
Fornecedores	10.007	(17.233)	2.428	(17.231)
Contas a pagar com partes relacionadas	(21.557)	18.671		
Obrigações tributárias	596	(2.156)	5.838	(2.153)
Obrigações trabalhistas	8.285	(524)	9.120	(514)
Contas a pagar	332	(1.862)	690	(1.862)
Adiantamentos de clientes	3.154	100	737	99
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	44.551	43.667	59.312	23.936
Juros pagos	(6.561)	(4.018)	(7.069)	(4.018)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(5.293)	-	(11.635)	
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	32.697	39.649	40.608	19.817
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição do imobilizado	(18.524)	(20.888)	(41.330)	(20.888)
Aquisição do intangível	(767)	(48)	(803)	(48)
Aumento de capital em controlada	(17.926)	-	-	-
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento	(37.217)	(20.936)	(42.133)	(20.936)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captações de financiamentos	47.161	28.283	47.165	49.178
Emissão de debêntures	15.919	11.887	15.919	11.887
Pagamento de financiamento e debêntures	(39.182)	(63.122)	(41.711)	(63.002)
Pagamentos de arrendamentos	(3.449)	(598)	(4.266)	(598)
Dividendos pagos	(3.800)	(2.400)	(3.800)	(2.400)
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento	16.649	(25.950)	13.307	(4.935)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	12.129	(7.237)	11.782	(6.054)
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	19.283	26.520	21.067	27.121
No final do exercício	31.412	19.283	32.849	21.067
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	12.129	(7.237)	11.782	(6.054)

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Lucro líquido do exercício	37.227	6.899	37.227	6.899
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total do exercício	37.227	6.899	37.227	6.899

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas: Incentivos Fiscais	Retenção de Lucros	Lucros Acumulados	Total
Controladora					
Saldos em 31 de dezembro de 2018	50.000	14.986	6.261	-	71.247
Subvenções governamentais	-	4.563	-	(4.524)	39
Lucro líquido do exercício	-	-	-	6.899	6.899
Destinação:					
Reserva legal	-	-	345	(345)	-
Dividendos	-	-	(2.400)	-	(2.400)
Retenção de lucros	-	-	2.030	(2.030)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	50.000	19.549	6.236	-	75.785
Subvenções governamentais	-	4.981	-	(4.981)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	37.227	37.227
Destinação:					
Reserva legal	-	-	1.861	(1.861)	-
Dividendos	-	-	(3.800)	-	(3.800)
Retenção de lucros	-	-	30.385	(30.385)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	50.000	24.530	34.682	-	109.212

A integra das demonstrações financeiras, auditadas pela KPMG AUDITORES INDEPENDENTES, está à disposição dos acionistas na sede da companhia.

Amélia Ramos Heleno - Diretora Presidente
Tiago Heleno Forte - Diretor Superintendente
Alexandre Gonçalves - Diretor Corporativo
Luiz Cláudio Siqueira - Diretor de Operações
João Vicente de Masi Tuma - Diretor Técnico
Alexandre Amaral Piazza - Diretor
Carlos Rosmundo Wermann - Contador - CRC/RS 053005-O

Baldan Implementos Agrícolas S.A.

CNPJ/MF N.º 51.341.365/0001-59 NIRE 35.300.028.252

Aviso aos Acionistas

Baldan Implementos Agrícolas S/A, comunica que se acham a disposição dos Acionistas, na sede da Companhia, localizada na Avenida Baldan, nº 1500 - Matão/SP - CEP: 15.993.000, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro 2020. Matão, 29 de março de 2021.

Walter Baldan Filho
Presidente do Conselho de Administração (30,31/3,1/4)

Transbia Transpores Baldan S/A

CNPJ/MF N.º 55.539.555/0001-06 - NIRE 35.300.111.095

Aviso aos Acionistas

Transbia Transportes Baldan S/A, comunica que se acham a disposição dos Acionistas, na sede da Companhia, localizada na Avenida Tiradentes - 848 - Centro - Matão/SP - CEP: 15.990.185, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro 2020. Matão, 29 de março de 2021.

Walter Baldan Filho
Diretor (30,31/3,1/4)

BRANAVE S/A - TRANSPORTES FLUVIAIS

C.N.P.J/M.F: 93.032.738/0001-11 - N.I.R.E.: 35.300.132.289

CONVOCAÇÃO – ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

São convocados os Senhores Acionistas desta Sociedade, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 30 de abril de 2021, às 10:00 horas na sede social na Avenida Paulista, 460 – 18º Andar, São Paulo, Capital, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) Aprovação das Demonstrações Financeiras e Balanços Patrimoniais encerrados em 31.12.2020; b) Fixação dos honorários da Diretoria; c) Outros assuntos do interesse geral. As Demonstrações Financeiras e os Balanços Patrimoniais estão a disposição dos acionistas na sede social. São Paulo, 25 de março de 2021. **RONALDO ANDRES JEFFREY SMITH**

Boviel-Kyowa S.A. Consultoria e Planejamento - Em Liquidação

CNPJ nº 43.519.966/0001-42

Edital de Convocação AGO/AGE

Convocamos os Srs. Acionistas a se reunirem em AGO/AGE, a realizar-se no dia 25/04/2021, em 1ª convocação às 19h00 e, em 2ª convocação, às 19h00, a Rua Cardoso, 1.301, Sala 2 - Jardim Anjo - Araçatuba/SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: i) Aprovação do Balanço Patrimonial e das Demonstrações Financeiras da Sociedade, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2020; ii) Fixação da remuneração anual global do Liquidante de 2021; iii) Outros assuntos de interesse da Sociedade. Araçatuba, SP, 17/03/2021. Tsukasa Arakawa, Liquidante. Aviso aos Acionistas - Acham-se a disposição dos Srs. Acionistas, a Rua Tiuco Preto, 1981, Tabuçatê, SP/SP, os documentos a que se refere o artigo 133, Lei 6.404/76, relativo ao exercício encerrado em 31/12/2020. Araçatuba, SP, 17/03/2021. Tsukasa Arakawa, Liquidante.

BAUMER S/A

Companhia Aberta - CNPJ.nº 61.374.161/0001-30 - NIRE 35.300.027.213

Aviso aos Acionistas

Comunicamos que se encontram à disposição dos Srs. Acionistas, na Sede Social, os documentos a que refere o artigo 133 da Lei 6.404/76, com as alterações da lei 10.303/01, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2020.Mogi Mirim/SP, 29/03/2021.

Agro Reunidas S/A

CNPJ/MF n.º 28.539.255/0001-46 - NIRE 35.300.508.114

Aviso aos Acionistas

Agro Reunidas S/A, comunica que se acham a disposição dos Acionistas, na sede da Companhia, localizada na Avenida Tiradentes - 858 - Centro - Matão/SP - CEP: 15.990.185, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro 2020. Matão, 29 de março de 2021.

Cleber Baldan
Presidente do Conselho de Administração (30,31/3,1/4)

ISEC SECURITIZADORA S.A. - Companhia Aberta - CNPJ/NIRE nº 08.769.451/0001-08

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 45ª SÉRIE DA 4ª EMISSÃO DA ISEC SECURITIZADORA S.A.

Os senhores Titulares de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 45ª Série da 4ª Emissão da Isec Securitizadora S.A. ("Emissão" e "Emissora"), a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Agente Fiduciário"), estão convocados a se reunirem em Assembleia Geral dos Titulares dos CRI ("AGT"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia **22 de abril de 2021, às 10:00 horas**, de modo exclusivamente digital, através da plataforma Microsoft Teams, conforme Instrução Normativa CVM nº 625, de 14 de maio de 2020 ("IN CVM 625"), nos termos deste edital, a fim de nos termos da cláusula Décima Sexta do Termo de Securitização de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 45ª Série da 4ª Emissão da Emissora ("Termo de Securitização"), deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(A)** não declaração do vencimento antecipado da Cédula de Crédito Bancário Nº FP 2806619 (conforme aditada, a "CCB") e consequentemente dos CRI, em razão do não atendimento pela Devedora do Fluxo Mínimo Mensal CVC de forma tempestival, dentro do prazo estabelecido nos Documentos da Operação; **(B)** Caso não seja decretado o vencimento antecipado da CCB e consequentemente dos CRI, conforme item (i) acima, aprovar a prorrogação do prazo por por 120 (cento e vinte) dias, a partir da data da aprovação pelos titulares do CRI em Assembleia, para apresentação das demonstrações financeiras auditadas por empresa especializada, reconhecida pela CVM, referentes aos exercícios de 2018 e 2019; **(C)** ratificar a contratação realizada, por um dos Titulares dos CRI, de serviços de engenharia prestados pelo Sr. Eng. Alexandre dos Reanos Carvalho, a fim de constatar a evolução da obra do Empreendimento, bem como autorizar a Securitizadora a utilizar recursos existentes no Fundo de Despesas para reembolso do pagamento efetuado pelo Titular dos CRI, dos serviços ora prestados; **(D)** autorização para que a Securitizadora utilize recursos existentes no Fundo de Despesas para quitação das despesas vencidas com fornecedores e prestadores de serviços, relativas à obra do Empreendimento; **(E)** caso não aprovado o vencimento antecipado da CCB e consequentemente dos CRI, conforme item (i) acima, autorizar que a Securitizadora passe a utilizar eventuais recursos excedentes existentes na Conta Centralizadora dos CRI, para quitação das despesas à vencer com fornecedores e prestadores de serviços relativas a obra do Empreendimento, por conta e ordem da Devedora, bem como da empresa responsável pelo acompanhamento do cronograma e dos pagamentos das obras; **(F)** autorizar a venda dos imóveis objeto das matrículas de nº 50.863 ("Imóvel ARTENGE1") e de nº 43.765 ("Imóvel ARTENGE II"), ambos do 1º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Londrina/PR e de propriedade da garantidora Artenge Construções Civis S/A, CNPJ/ME nº 78.609.682/0001-21, para a empresa Santa Cruz Engenharia Ltda, ou sociedade controlada por esta ("Venda dos Imóveis", "Imóveis" e "Compradora" respectivamente) do modo que sejam estabelecidos pelos Titulares dos CRI em Assembleia ou de seguintes critérios: (i) preço mínimo para venda dos Imóveis ("Preço Mínimo"); (ii) forma de pagamento do Preço Mínimo, de modo que possa ser efetuado parte com recursos financeiros em moeda corrente nacional e outra parte com ativos imobiliários de propriedade do Comprador ou de empresas do mesmo Grupo econômico ("Novos Imóveis"); (iii) autorizar a contratação pela Securitizadora de escritório especializado, às expensas do Patrimônio Separado, para realização de auditoria jurídica acompanhado de parecer jurídico direcionado a Securitizadora

Ruge Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. - CNPJ 21.978.484/0001-89 - Companhia Aberta

Relatório da Administração

Comentário de desempenho - São Paulo, 27 de março de 2021.

Em atendimento aos preceitos legais e estatutários, a administração da Ruge Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. ("Companhia"), anteriormente denominada Gera Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. tem o prazer de submeter à apreciação de V.Sas. as informações contábeis intermediárias da Companhia relativas ao período de dois meses findo em 31 de dezembro de 2020. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários. **Contexto organizacional:** A Companhia atua como securitizadora de créditos financeiros, constituída nos termos da Lei nº 9.514/97, e alterada, e da Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 2.686, de 26 de janeiro de 2000, contendo atividades de aquisição de direitos de créditos originados em operações financeiras para posterior securitização destes créditos por meio da emissão de debêntures não conversíveis para distribuição pública ou privada nos mercados financeiro e de capitais do Brasil. A Companhia tem por objeto social: (a) a aquisição e securitização de créditos financeiros; (b) a emissão e colocação, privada ou nos mercados financeiro e de capitais, de títulos de crédito e/ou valores mobiliários compatíveis com suas atividades; e (c) a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados a essas atividades de securitização de créditos financeiros e demais sociedades controladas. Desde a sua constituição até a data do presente período, toda a receita auferida pela Companhia foi proveniente de operações realizadas no Brasil, não havendo dependência de mercados estrangeiros. Em 31 de dezembro de 2020, a companhia possuía 1.422.000 ações ordinárias, nominais e sem valor nominal (1.420.000 ações ordinárias, nominais e sem valor nominal em 31 de dezembro de 2019). A controladora integral da Companhia é a Gera Holding Limited, sediada em Londres, Reino Unido. **Operações:** A Companhia atua na aquisição de direitos creditícios originados por meio da plataforma Gera Tecnologia e Serviços S.A ("Gera Tecnologia" ou "Plataforma"), parte relacionada, envolve-se na aquisição por recursos captados junto aos investidores de direitos creditícios originados pela Plataforma. As cedidas de crédito bancário emitidas pelos tomadores, além de serviram de lastro para securitizadoras de debêntures da Companhia, também são cedidas em garantia a todos investidores do emissão vinculada aos seus créditos, através de contrato de cessão fiduciária. Os investidores do emissão vinculada são os fundos de investimento em direitos creditícios representados pela Cédulas de Crédito Bancário (CCB) são executados pela Gera Tecnologia. **Resultados:** Desde sua constituição, em 7 de julho 2015, até o período findo em 30 de junho de 2020, a Companhia realizou 7 emissões de debêntures, que somaram montante total de R$ 728.991 mil e com os recursos recebidos pela Companhia, foi adquirido o montante de R$ 728.991 mil durante o mesmo período. As debêntures arrecadaram seus determinados prêmios de remuneração e juros remuneratórios condicionados à realização dos créditos decorrentes das CCBs cedidas à Companhia.

Em R$ mil

Vencimento	Integralizações	Repagamentos
Debêntures - 1ª Emissão *(i)*	-	16.017
Debêntures - 2ª Emissão *(i)*	-	17.443
Debêntures - 3ª Emissão *(i)*	-	30.121
Debêntures - 4ª Emissão	-	50.174
Debêntures - 6ª Emissão	23/05/2021	140.315
Debêntures - 6ª Emissão - Série Sênior	16/11/2021	163.524
Debêntures - 6ª Emissão - Série Subordinada	16/11/2021	73.125
Debêntures - 7ª Emissão - Série Sênior	10/10/2022	142.598
Debêntures - 7ª Emissão - Série Mezanino	10/10/2022	47.607
Debêntures - 7ª Emissão - Série Subordinada	10/10/2022	47.837
Debêntures - 8ª Emissão - Série Subordinada Única *(ii)*	-	27.271
	299	228
	729.258	**706.906**

As CCBs referentes a 1ª, 2ª, 3ª e 4ª emissão, foi adquirida por "Chamada de Integralização" pela 6ª Emissão, qual utilizou parte dos valores nela aportada para compra dessas CCBs, repassando assim os direitos creditícios sobre essas certificados de recebíveis. As Debêntures da 6ª Emissão - Série Única assegurado aos determinados prêmios de remuneração das debêntures, observando os termos desta emissão, a Companhia deverá realizar quarto ordem de alocação de recursos nas datas de pagamento em prêmio de remuneração das debêntures, conforme a ordem de alocação de recursos mais prioritárias, conforme a ordem de alocação de recursos ("Prêmio de Reembolso"). Os recursos obtidos com as debêntures foram utilizados para a aquisição de CCBs no montante total de R$ 835.948 mil.

Em R$ mil

	CCBs adquiridas
CCBs - 1ª Emissão *(i)*	16.753
CCBs - 2ª Emissão *(i)*	18.438
CCBs - 3ª Emissão *(i)*	31.527
CCBs - 4ª Emissão *(i)*	52.235
CCBs - 5ª Emissão	171.369
CCBs - 6ª Emissão	245.998
CCBs - 7ª Emissão	319.680
	835.948

As CCBs referentes a 1ª, 2ª, 3ª e 4ª emissão, foram adquiridas por "Chamada de Integralização" pela 6ª Emissão, qual utilizou parte dos valores nela aportada para compra dessas CCBs, repassando assim os direitos creditícios sobre essas certificados de recebíveis. As Debêntures da 6ª Emissão - Série Sênior assegurado aos determinados prêmios de remuneração das debêntures, observando os termos desta emissão, a Companhia deverá realizar quarto ordem de alocação de recursos nas datas de pagamento em prêmio de remuneração das debêntures, conforme a ordem de alocação de recursos mais prioritárias, conforme a ordem de alocação de recursos ("Prêmio de Reembolso"). Os recursos obtidos com as debêntures foram utilizados para a aquisição de CCBs no montante total de R$ 835.948 mil.

Em R$ mil

	CCBs adquiridas
CCBs - 1ª Emissão *(i)*	16.753
CCBs - 2ª Emissão *(i)*	18.438
CCBs - 3ª Emissão *(i)*	31.527
CCBs - 4ª Emissão *(i)*	52.235
CCBs - 5ª Emissão	171.369
CCBs - 6ª Emissão	245.998
CCBs - 7ª Emissão	319.680
	835.948

Pandemia do COVID-19: As atividades da Companhia e de seus clientes foram impactadas pela pandemia do COVID-19 e pelas medidas de isolamento social e outras medidas governamentais de contenção e combate à pandemia. Os efeitos da pandemia e das medidas governamentais de contenção e combate à pandemia na economia brasileira e mundial podem afetar, de forma adversa, a Companhia e seus clientes. Ainda não é possível prever os efeitos da pandemia e das medidas governamentais de contenção e combate à pandemia na economia brasileira e mundial e, consequentemente, na Companhia e seus clientes. Ainda não é possível prever os efeitos da pandemia e das medidas governamentais de contenção e combate à pandemia na Companhia e seus clientes, e a Companhia não pode prever que a pandemia e as medidas governamentais de contenção e combate à pandemia não afetarão, de forma adversa, a

Brasil registra 3.869 novas mortes, maior número em 24h

No segundo recorde seguido de mortes por covid-19 registradas em 24 horas, o Brasil alcançou 3.869 óbitos entre terça-feira (30) e quarta-feira (31).

Na terça-feira, o país registrou 3.780 falecimentos registrados. Com as novas vítimas acrescidas às estatísticas, o total de vidas perdidas para a pandemia chegou a 321.515. Na quarta-feira, o total era de 317.646.

Ainda há 3.495 mortes em investigação por equipes de saúde. Isso porque há casos em que o diagnóstico sobre a causa só sai após o óbito do paciente.

A soma de casos confirmados foi a segunda maior em 24 horas, com 90.638, atrás apenas do dia 25 deste mês, quando foram computadas 100.158 pessoas contaminadas com o novo coronavírus. Na quarta-feira, a soma de pessoas infectadas até o momento estava em 12.658.109.

O número de pessoas recuperadas subiu para 11.169.937. Já a quantidade de pacientes com casos ativos, em acompanhamento por equipes de saúde, ficou em 1.257.295.

Estados

O ranking de estados com mais mortes pela covid-19 é liderado por São Paulo (74.652), Rio de Janeiro (36.727), Minas Gerais (24.332), Rio Grande do Sul (19.736) e Paraná (16.717). Já as Unidades da Federação com menos óbitos são Acre (1.262), Amapá (1.302), Roraima (1.341), Tocantins (2.032) e Sergipe (3.501).

Vacinação

Até o início da noite de hoje, haviam sido distribuídos 34,9 milhões de doses de vacinas. Deste total, foram aplicados 18,5 milhões de doses, sendo 14,3 milhões da primeiro dose e 4,1 milhões da segunda dose. (Agencia Brasil)

Dólar tem maior queda diária em três semanas e fecha março em R$ 5,62

Depois de um mês de forte volatilidade, o dólar teve a maior queda diária em três semanas e encerrou março praticamente estável em relação a fevereiro. A bolsa de valores registrou leve queda na quarta-feira (31), mas fechou o mês com alta de 6%, o primeiro desempenho positivo do ano.

O dólar comercial encerrou o dia vendido a R$ 5,629, com recuo de R$ 0,133 (-2,31%). Essa foi a maior queda diária desde o último dia 10, quando a divisa tinha caído 2,39%. Com o forte recuo de quarta-feira, a moeda norte-americana encerrou março com alta de apenas 0,5%, embora tenha se aproximado de R$ 5,80 no último dia 9.

Em 2021, a divisa acumula desvalorização de 8,45%. O real registra o terceiro pior desempenho entre as principais moedas de países emergentes, atrás apenas do peso argentino e da lira turca.

No mercado de ações, o índice Ibovespa, da B3, fechou o dia aos 116.634 pontos, com leve recuo de 0,08%. O indicador subiu durante a manhã, mas inverteu o movimento e passou a cair à tarde. Na hora final de negociação, o ritmo de queda diminuiu, até o índice fechar praticamente estável.

O dólar foi ajudado por fatores externos e internos. No mercado internacional, aumentou o apetite por risco em mercados emergentes, como o Brasil. Paralelamente, a proximidade do início das exportações de soja levou investidores a apostar na queda do câmbio tendo em vista a entrada de divisas nos próximos meses.

As negociações em torno de vetos de pontos do Orçamento que podem resultar na violação do teto de gastos também interferiram no mercado financeiro. Na quarta-feira, o relator do Orçamento, senador Márcio Bittar (MDB-AC), informou que pretende cancelar R$ 10 bilhões de emendas parlamentares aprovadas no texto para recompor despesas obrigatórias, como as da Previdência Social. (Agencia Brasil)

Estudo mostra queda na renda dos idosos durante pandemia

No Brasil, durante a pandemia de covid-19, houve diminuição de renda em quase metade dos domicílios dos idosos, principalmente entre os mais pobres, e o aumento de sentimentos relacionados à solidão e tristeza, sobretudo entre as mulheres. É o que mostra estudo da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) divulgado na quarta-feira (31).

Para investigar as condições de vida de idosos durante a pandemia, foram usados dados da Pesquisa de Comportamentos (ConVid), inquérito de saúde realizado pela Fiocruz em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). A coleta de dados foi feita por meio de um questionário eletrônico, preenchido por 9.173 pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, entre abril e maio de 2020.

A pesquisa mostrou que 50,5% dos idosos trabalhavam antes da pandemia, dos quais 42,1% sem vínculo empregatício. Durante o período analisado, foi registrada queda na renda em 47,1% dos domicílios, sendo que 23,6% relataram forte redução e até mesmo ausência de renda.

Entre aqueles que trabalhavam sem carteira assinada, a queda na renda ocorreu em 79,8% dos lares e a ausência de renda em 55,3%. A diminuição também afetou de forma mais intensa os que tinham renda per capita domiciliar menor que um salário mínimo. Apenas 12% citaram alguém do domicílio que recebeu algum benefício do governo relacionado à pandemia.

Segundo a principal autora do estudo, Dalia Elena Romero, a crise econômica, o desemprego e a perda de renda já vinham ocorrendo antes do início da pandemia no ano passado. "A pandemia veio somar os problemas para a saúde e o bem-estar da população idosa".

A pesquisadora destaca que a perda de renda do idoso afeta muito toda a família. Ela defende a ampliação do Benefício de Prestação Continuada (BPC), do auxílio emergencial e de programas de renda mínima, além de políticas que aumentem a escolaridade e a inclusão digital, para proteger a população idosa e seus dependentes da vulnerabilidade social.

A pesquisa mostrou ainda que o isolamento social total ou de modo intenso foi adotado por 87,8% dos idosos, enquanto 12,2% não aderiram ou aderiram pouco ao distanciamento, percentual que atingiu 66,6% entre os que continuaram trabalhando normalmente durante a pandemia.

Em relação às condições de saúde física, mais de 58% dos idosos indicaram ter pelo menos uma doença crônica não transmissível, como diabetes, hipertensão, doença respiratória, do coração e câncer. Se considerado o tabagismo, esse índice sobe para 64,1%.

Para a pesquisadora, a deterioração que o Sistema Único de Saúde (SUS) sofreu nos últimos anos, especialmente na atenção básica de saúde da família, causou impacto significativo na população idosa. Segundo Dalia, o fortalecimento da atenção básica pouparia muitos recursos em internações hospitalares.

O estudo revelou que a sensação de tristeza ou depressão recorrente foi maior em domicílios com menor renda (32,3%) e na população feminina (35,1%), em comparação com a masculina. O sentimento frequente de solidão pelo distanciamento dos amigos e familiares foi citado por metade dos idosos, sendo maior entre as mulheres (57,8%). (Agencia Brasil)

Bolsonaro sanciona lei que aumenta em 5% limite de crédito consignado

O presidente Jair Bolsonaro sancionou a lei que amplia de 35% para 40% margem de empréstimo consignado para aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O texto foi publicado hoje (31) no Diário Oficial da União .

De acordo com a lei, 5% dos recursos consignáveis devem ser destinados exclusivamente para saque ou amortização de despesas do cartão de crédito, um percentual já previsto. A medida vale para operações contratadas até 31 de dezembro de 2021. Após esse prazo, as dívidas de consignado voltarão ao patamar anterior, de até 35% do salário.

A lei foi originada da Medida Provisória nº 1.006, de 2020, que aumentou temporariamente a margem do consignado até 31 de dezembro de 2020. Após modificações feitas pelo Congresso, o prazo foi reaberto e prorrogado para 31 de dezembro de 2021.

O crédito consignado é aquele concedido com desconto automático em folha de pagamento. Outra modificação é que, agora, a ampliação do percentual também poderá ser aplicada para empréstimos tomados por militares das Forças Armadas, policiais militares dos estados e do Distrito Federal, militares e policiais reformados, servidores públicos estaduais e municipais, servidores públicos inativos, empregados públicos da administração direta, autárquica e fundacional de qualquer ente da Federação e pensionistas de servidores e de militares.

Também foi aberta a possibilidade de os bancos aplicarem carência de até 120 dias para novas operações de crédito consignado, mediante negociação.

Em nota, a Secretaria-Geral da Presidência explicou que o objetivo da medida era possibilitar que beneficiários do INSS tivessem maior acesso ao crédito consignado, modalidade que tem juros reais menores quando comparado a outras linhas de crédito disponíveis às pessoas físicas. "A urgência estaria vinculada aos impactos da pandemia de covid-19 na economia (recesso e desemprego), com impacto perverso aos indivíduos e, em particular, aos beneficiários do INSS", diz a nota.

A medida foi proposta considerando estatísticas do Banco Central de julho de 2020, que mostravam que a taxa média de juros do crédito consignado para beneficiários do INSS foi de 1,6% ao mês, e para o crédito pessoal sem consignação, de 5,1% ao mês. Além disse, segundo a Presidência, ao longo da pandemia, a concessão de crédito consignado aos beneficiários do INSS apresentou crescimento de 27,6% em julho de 2020 (R$ 8,5 bilhões), em relação a janeiro do mesmo ano.

"Outrossim, levou-se também em consideração que as instituições financeiras não são obrigadas a acolher todas as solicitações propostas de concessão de crédito, pois a concessão de novas linhas de crédito depende da avaliação de risco de crédito do cliente pela instituição financeira", explicou.

Mudanças no INSS

O texto ainda modificou a lei que trata dos planos de benefícios da Previdência Social, para que as consignações de mensalidades de associações e de entidades de aposentados legalmente reconhecidas devam ser reavaliadas a cada três anos a partir de 31 de dezembro de 2022, além de possibilitar a prorrogação desse prazo por mais um ano, por meio de ato do presidente do INSS. "Isso evitou que o INSS, no meio da pandemia, fosse obrigado a cortar os descontos devidos para associações", explicou a Secretaria-Geral.

Outra modificação feita pela lei é autorizar o INSS a conceder auxílio-doença mediante apresentação de atestado médico e de documentos complementares a serem elencados em ato posterior e conjunto da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia e do INSS. Antes da mudança, era necessário passar por perícia para ter o benefício.

Essa dispensa também tem caráter excepcional, até 31 de dezembro de 2021, e a duração do benefício por incapacidade temporária dele resultante não terá duração superior a 90 dias. (Agencia Brasil)

Rosa Weber suspende inquérito no STJ contra membros da Lava Jato

A ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu suspender um inquérito - aberto pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) - para apurar a conduta de procuradores que integraram a Operação Lava Jato.

O inquérito sigiloso havia sido aberto pelo presidente do STJ, Humberto Martins, de ofício, sem a provocação do Ministério Público Federal (MPF). O objetivo, segundo ele, é apurar se integrantes da força-tarefa da Lava Jato atuaram para intimidar e investigar ilegalmente ministros do tribunal. O ministro se autodenominou relator do processo.

Um dos alvos da investigação, o procurador Diogo Castor de Mattos pediu em um habeas corpus no Supremo a suspensão do inquérito. A defesa dele alegou, entre outros argumentos, que a competência para investigar procuradores que atuam em primeira instância é dos Tribunais Regionais Federais e não do STJ.

Relatora do habeas corpus, Rosa Weber decidiu suspender a investigação por completo, ao menos até que a Primeira Turma do Supremo analise o mérito da questão. Em sua decisão, tomada na terça-feira (30), ela mandou oficiar "com urgência" o presidente do STJ para que ele cumpra a decisão.

Interrupção do inquérito

Rosa Weber é relatora também de um outro habeas corpus, aberto pela Associação Nacional de Procuradores da República (ANPR), que pede a interrupção do inquérito no STJ, por entender que não poderia ter sido aberto sem a participação do Ministério Público.

Instada a se manifestar, a Procuradoria-Geral da República (PGR) também pediu a extinção do inquérito. O órgão alegou que os fatos supostamente investigados já são alvo de processo administrativo e que a investigação no STJ tem caráter persecutório e é "flagrantemente ilegal e abusiva".

O inquérito em questão foi instaurado pelo presidente do STJ em fevereiro, por meio de uma portaria. O processo foi aberto após serem reveladas conversas por aplicativo de mensagem em que procuradores da Lava Jato no Paraná falam em investigar a evolução patrimonial de ministros do tribunal.

As conversas vieram à tona após o ministro Ricardo Lewandowski, do STF, liberar à defesa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva o acesso ao material apreendido pela Polícia Federal na Operação Spoofing, que apura a invasão por hackers dos celulares de diversas autoridades da República. (Agencia Brasil)

Anvisa aprova autorização para uso emergencial da vacina da Janssen

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou a autorização temporária para uso, em caráter emergencial, da vacina da Janssen, um braço da Johnson & Johnson. O governo federal já adquiriu 38 milhões de doses do imunizante.

Seguindo a recomendação da área técnica da Anvisa, a maioria dos diretores votou pela permissão de uso com base em uma avaliação de que os benefícios da vacina superam os riscos trazidos por ela.

A posição foi puxada pela relatora, diretora Meiruze Freitas. "Esta relatoria conclui que os especialistas da Anvisa avaliaram que vacina atende às expectativas da agência quanto aos requisitos de qualidade, segurança e eficácia", concluiu.

Conforme a área técnica, o imunizante pode ser aplicado em pessoas com mais de 18 anos, com ou sem comorbidades. A eficácia geral demonstrada pela farmacêutica no processo de submissão foi de 66,9%. Quando considerados casos graves, a eficácia comprovada foi de 76,7% após 14 dias e 85,4% depois de 28 dias.

Diferentemente das vacinas de outros fabricantes, a da Janssen tem eficácia com apenas uma dose. Esta foi a quinta vacina aprovadas pela Anvisa, entre aquelas que obtiveram registro e as permitidas em caráter emergencial.

O gerente geral de Medicamentos e Produtos Biológicos da Anvisa, Gustavo Mendes, afirmou que os estudos e documentação analisados pela equipe técnica da agência confirmaram a eficácia e as condições adequadas para o uso no combate à covid-19.

Segundo Mendes, a vacina tem duração de até três meses com armazenamento entre 2º e 8ª. Quando retirados do acondicionamento térmico, os lotes ou frascos têm até seis horas para serem utilizados mantendo a eficácia.

Na análise sobre a cadeia produtiva da vacina, foram avaliados os diferentes locais onde ela ou algum insumo usado são desenvolvidos. A gerente geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Ana Carolina Araújo, informou que foram apresentadas informações sobre oito locais na cadeia produtiva. "A estrutura física das plantas fabris e atividades e os sistemas de garantia da qualidade se mostraram satisfatórios", afirmou.

As equipes técnicas da Anvisa também examinaram problemas de eventuais riscos adversos, sem que essas possibilidades tenham sido reveladas para além das reações normais da vacinação.

Gustavo Mendes destacou alguns pontos que carecem de mais informações, denominados no processo de "incertezas". "Ainda precisam ser gerados dados para subsidiar o processo de fabricação em larga escala. Nem todos os locais de fabricação têm a sua larga escala, a sua capacidade de fabricação de lotes industriais, bem caracterizada", comentou.

Mesmo assim, tanto os representantes da área técnica quanto os diretores da Anvisa destacaram que os benefícios superam os riscos. A relatora Meiruze Freitas ressaltou que a agência continuará monitorando a aplicação da vacina e poderá demandar novas informações ou medidas de mitigação de riscos.

A relatora também destacou o fato dos estudos clínicos não terem analisado a eficácia da vacina para novas variantes do coronavírus. Assim, esse aspecto ainda está carente de comprovação por novos ensaios clínicos.

Meiruze lembrou a importância de as equipes de saúde não misturarem as vacinas. A imunização com vacinas já aprovadas em esquema de duas doses devem ser feita com o mesmo tipo de vacina. "Não há resultados suficientes sobre os resultados com vacinas de dois fabricantes diferentes", afirmou.

"O desenvolvimento de novas vacinas é complexo, mas, neste momento da pandemia, a ciência permitiu o desenvolvimento de produtos bastante inferiores aos normalmente praticados. Tal situação faz com que o regulador deva considerar todas as informações benefício-risco. Todas os cinco pedidos autorizados até agora foram analisados de forma rigorosa", disse o diretor Alex Campos. (Agencia Brasil)